

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS**

ANTONIO FRANCISCO BOBROWEC

**AS MÍDIAS SOCIAIS COMO FERRAMENTA DE DIVULGAÇÃO DA HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS: O USO DO BLOG E FACEBOOK**

CURITIBA

2017

ANTONIO FRANCISCO BOBROWEC

**AS MÍDIAS SOCIAIS COMO FERRAMENTA DE DIVULGAÇÃO DA HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS: O USO DO BLOG E FACEBOOK**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias na linha de pesquisa Formação Docente e Novas Tecnologias, da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão do Centro Universitário Internacional, como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof. Dra. Siderly do Carmo Dahle de Almeida

CURITIBA

2017

B663m Bobrowec, Antonio Francisco
As mídias sociais como ferramenta de divulgação da
história da educação de São José dos Pinhais: o uso do
Blog e Facebook / Antonio Francisco Bobrowec. - Curitiba,
2017.
10 f. : il. (algumas color.)

Orientador: Prof. Dr.^a Sirdely do Carmo Dahle de Almeida
Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e
Novas Tecnologias) – Centro Universitário Internacional
Uninter.

1. Mídia social – Educação. 2. Facebook (Rede social on-
line). 3. Tecnologia educacional. 4. Inovações educacionais. 5.
Educação - Efeito das inovações tecnológicas. 6. Educação –
São José dos Pinhais (PR) – História. 7. Blogs. I. Título.

CDD 371.334

Catálogo na fonte: Vanda Fattori Dias - CRB-9/547

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO-PGPE
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E NOVAS
TECNOLOGIAS**

Secretaria do Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias

Defesa Nº 023/2017

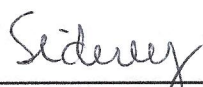
**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO PARA CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE EM
EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS**

No dia 30 de outubro de 2017, às 14h30, 5º andar – sala 54 - do Campus Divina do Centro Universitário Internacional UNINTER, à Rua do Rosário, 147 em Curitiba-PR, reuniu-se a Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias, composta pelos professores doutores: Siderly do Carmo Dahle de Almeida (Orientadora – UNINTER/PR), Maria Elizabeth Blanck Miguel (Integrante Externo – PUC/PR), Prof. Dr. André Luiz Moscaleski Cavazzani (Integrante Interno Institucional – UNINTER/PR), Prof. Dr. Rodrigo Otávio dos Santos (Integrante Interno Titular – UNINTER/PR) e Prof. Dr. Ivo José Both (Integrante Interno Suplente – UNINTER/PR), para julgamento da dissertação: “INSERÇÃO TECNOLÓGICA NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PARANÁ COM PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE DA COMUNIDADE EUROPEIA AS MÍDIAS SOCIAIS COMO FERRAMENTA DE DIVULGAÇÃO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS: O USO DO BLOG E DO FACEBOOK.”, do mestrando Antonio Francisco Bobrowec. O presidente abriu a sessão apresentando os professores membros da banca, passando a palavra em seguida ao mestrando, lembrando-lhe de que teria até vinte minutos para expor oralmente o seu trabalho. Concluída a exposição, o candidato foi arguido oralmente pelos membros da banca. Concluída a arguição, a Banca Examinadora reuniu-se e comunicou o Parecer Final de que o mestrando foi:

- () APROVADO, devendo o candidato entregar a versão final no prazo máximo de 60 dias.
- () APROVADO somente após satisfazer as exigências e, ou, recomendações propostas pela banca, no prazo fixado de 60 dias.
- () REPROVADO.

O Presidente da Banca Examinadora declarou que o candidato foi aprovado e cumpriu todos os requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação e Novas Tecnologias, devendo encaminhar à Coordenação, em até 60 dias, a contar desta data, a versão final da dissertação devidamente aprovada pelo professor orientador, no formato impresso e PDF, conforme procedimentos que serão encaminhados pela secretaria do Programa. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata que vai assinada pela Banca Examinadora.

Recomendações: seguiu as recomendações da banca



Dra. Siderly do Carmo Dahle de Almeida
Presidente da Banca



Dra. Maria Elizabeth Blanck Miguél
Integrante Externo



Dr. Ivo José Both
Integrante Interno Titular



Dr. André Luiz Moscaleski Cavazzani
Integrante Interno Institucional



Antonio Francisco Bobrowec
Mestrando

Dedico esta dissertação a todos os professores, historiadores e amantes da história da educação de São José dos Pinhais; à minha família, meu pai Paulo Cirilo Bobrowec, mãe Divanir Soares Bobrowec, filha Mariana P. Bobrowec e irmãos Paulo, João e Josiane; aos padres (In memoriam) Domingos e Fabiano Kachel, que deram oportunidade a uma criança pobre se tornar uma pessoa com sonhos.

AGRADECIMENTOS

À professora Siderly do Carmo Dahle de Almeida pela sua delicadeza e paciência em me orientar durante a confecção desta dissertação;

Às professoras Eliane Mimesse Prado e Elaine Cátia Falcade Maschio, e ao professor Jacques de Lima Ferreira, que também foram meus orientadores na Uninter e me instigaram a revelar o meu melhor como mestrando;

À professora Maria Elizabeth Blanck Miguel, carinhosamente conhecida como professora Betinha, que me mostrou na disciplina isolada Processo Histórico da Educação do Paraná, da PUCPR, a importância de entender as leis e políticas públicas e sua direta influência na formação da educação no Brasil, no Paraná e, conseqüentemente, em São José dos Pinhais;

Ao meu amigo Eduardo Freyer de Azevedo, que contribuiu e muito para que eu tivesse condições de participar das aulas do Mestrado.

“Um povo sem memória é sem história”

Ernani Zétola, fundador do Museu de São José dos Pinhais

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo principal a divulgação da história da educação de São José dos Pinhais por meio das mídias sociais. Para isso, ela subdivide-se em duas grandes partes. A primeira trata sobre a história da educação são-joseense, apresentada numa contextualização sociopolítica e econômica. Para a sua descrição, os estudos se dedicaram às instituições escolares como espaços de educação e cultura, bem como de patrimônio histórico-cultural. Também foi feita uma revisão de algumas leis de educação do Brasil e do Paraná e seus reflexos na educação em São José dos Pinhais. O estudo acadêmico também trabalhou com conceitos de Patrimônio Escolar e memória. Para o encaminhamento metodológico, usou-se da Fundamentação Teórica, Pesquisa Bibliográfica e Documental. A pesquisa documental teve como fontes o acervo da unidade de ensino, hoje Colégio Estadual Silveira da Motta, o acervo da Secretaria Estadual de Educação (Seed), o Núcleo Metropolitano Sul de Educação da Seed e do arquivo do Conselho Municipal de Patrimônio Artístico e Cultural (Compac). Na segunda parte do estudo desenvolveu-se uma análise das mídias sociais na história e o seu uso na sociedade e na educação, com foco na proposta de criação de espaços virtuais para a divulgação da história da educação de São José dos Pinhais por meio de uma *fanpage* no *Facebook* e em um *blog*, produtos desta dissertação.

Palavras-chave: Mídias sociais e educação. História da educação de São José dos Pinhais. Facebook e educação. Blog e educação.

ABSTRACT

This dissertation aims to disseminate the history of education in São José dos Pinhais through social media. For this, it is subdivided into two large parts. The first deals with the history of São José education, presented in a socio-political-economic context. For their description, the studies were dedicated to the school institutions as spaces of education and culture, as well as historical and cultural patrimony. A review of some education laws in Brazil and Paraná and their impact on education in São José dos Pinhais was also made. The academic study also worked with concepts of School Patrimony, Material Stuff Culture and memory. For the methodological referral, it was used the Theoretical Foundation, Bibliographic and Documentary Research. The documentary research had as sources the collection of the teaching unit (now State College Silveira da Motta), the approach of the State Secretariat of Education (Seed), the South Metropolitan Education Center of Seed and the archive of the Municipal Council of Artistic Patrimony and Cultural (Compac). The second part of the general objective developed an analysis of social media in history and its use in society and education, focusing on the proposal of creating virtual spaces for the dissemination of the history of education in São José dos Pinhais, through a Fanpage on Facebook and on a blog.

Keywords: Social media and education. History of education in São José dos Pinhais. Facebook and education. Blog and education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Casa Escola Silveira da Motta (1912)	35
Figura 2 - Prédio do Grupo Escolar Silveira Da Motta – década de 1950	48
Figura 3 - Fanpage do Colégio Estadual Silveira da Motta	53
Figura 4 - Portal do Museu Paranaense (Museu virtual)	55
Figura 5 - Página de apresentação do Google	67
Figura 6 - Página de acesso ou criação de uma conta no Google	68
Figura 7 - Espaço na página principal do Google onde aparece o ícone do Blogger	68
Figura 8 - Página para criação de endereço de blog no Blogger	69
Figura 9 - Editor de tema do Blogger para visual de blog em computador pessoal ou celular	70
Figura 10 - Designer de tema do Blogger para computador pessoal	71
Figura 11 - Ferramenta Configurações do editor do Blogger	72
Figura 12 - Ferramenta Configurações do editor do Blogger	73
Figura 13 - Layout de apresentação do blog História da Educação SJP	74
Figura 14 - Estatísticas sobre o público do blog História da Educação SJP	75
Figura 15 - Página do Facebook para criação de perfil de usuário	77
Figura 16 - Página do recurso Publicação do usuário do Facebook	77
Figura 17 - Perfil da fanpage da apresentadora Xuxa no Facebook	79
Figura 18 - Recurso Criar página (fanpage) no Facebook	80
Figura 19 - Recurso Criar página (fanpage) no Facebook	80
Figura 20 - Local para carregar uma imagem de perfil para a fanpage no Facebook	81
Figura 21 - Local para carregar uma imagem de capa para a fanpage no Facebook	81
Figura 22 - Layout de apresentação da fanpage História da Educação SJP no Facebook	82
Figura 23 - Recurso Sobre da fanpage História da Educação SJP no Facebook	83
Figura 24 - Recurso reshtag historiadaeducacaosjp no Facebook	84
Figura 25 - Grupo da página História da Educação SJP no Facebook	84
Figura 26 - Visão geral das publicações feitas na fanpage História da Educação SJP no Facebook	86
Figura 27 - Publicação que obteve mais alcance na fanpage História da Educação SJP no Facebook	87
Figura 28 - Publicação que obteve mais reações na fanpage História da Educação SJP no Facebook	87
Figura 29 - Horários das visualizações da fanpage História da Educação SJP no Facebook	88
Figura 30 - Curtidas na fanpage História da Educação SJP no Facebook (por sexo e idade)	89
Figura 31 - Publicação de artigo do blog História da Educação SJP na fanpage do Facebook	90

Figura 32 - Postagem de imagem do tempo de estudante realizada por seguidora do blog História de São José dos Pinhais91

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 UMA BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.....	16
2.1 OS ANTECEDENTES DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	17
2.2 DA CRIAÇÃO DO PRIMEIRO PRÉDIO ESCOLAR SÃO-JOSEENSE ATÉ OS GRUPOS ESCOLARES	35
3 AS MÍDIAS SOCIAIS COMO FERRAMENTA DE POPULARIZAÇÃO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	53
3.1 AS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E AS TRANSFORMAÇÕES NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA SOCIEDADE	56
3.2 A CRIAÇÃO DE ESPAÇOS VIRTUAIS PARA A POPULARIZAÇÃO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	66
3.2.1 O blog História da Educação SJP	66
3.2.2 A fanpage História da Educação SJP	75
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS.....	95

1 INTRODUÇÃO

A proposta de trabalho desta dissertação tem como objetivo geral a divulgação da história da educação de São José dos Pinhais por meio das mídias sociais. Para isso, o trabalho é dividido em duas partes: a primeira, no estudo, contextualização e análise da história da educação são-joseense. A segunda, a análise das mídias sociais na história, o seu uso na sociedade e na educação e a proposta da criação de espaços virtuais para a divulgação da história da educação de São José dos Pinhais, por meio de uma *fanpage* no Facebook e em um *blog*¹.

O uso de tecnologias digitais, a exemplo dos *blogs* e páginas no *Facebook* para a divulgação/promoção de conteúdo histórico, arqueológico, antropológico e arquitetônico do espaço escolar possibilita acesso democrático, a qualquer local e horário pelo internauta.

A dissertação tem como encaminhamento metodológico duas etapas distintas: para o estudo História da Educação em São José dos Pinhais lançar-se-á mão da Fundamentação Teórica, Pesquisa Bibliográfica e Documental com o intuito de construir um modelo de conteúdo a ser divulgado nas redes sociais. O objeto histórico é analisado pelo olhar da filosofia, política e economia. Como referenciais teóricos, os principais serão: Jacques Le Goff (1990) [História conceitual]; Otaíza Romanelli (1986) e Dermeval Saviani (1999) [História da Educação no Brasil]; Rui Christovam Wachowicz (2002) e Lilian Anna Wachowicz (1984), Altiva Pilatti Balhana, Brasil Pinheiro Machado e Cecília Maria Westphalen (1969) e Maria Elisabeth Blanck Miguel (1997) [História do Paraná e História da Educação no Paraná]; Maria Angélica Marochi (2003, 2006, 2007e 2014), Myriam Sbravati (1980), Eliane Mimesse Prado e Luciane Palaro (2011), Maria Cristina Colnaghi, Francisco de B. B. de Magalhães Filho e Marionilde Dias B. de Magalhães (1992) e Maria Lucia Bassa Zem (2004) [História de São José dos Pinhais e História da Educação em São José dos Pinhais].

Para reforçar o entendimento do uso de materiais multimídia, Educação a Distância, Aprendizagens na Era Digital e o uso das TIC na Educação, os teóricos serão Tanise Paula Novello e Débora Pereira Laurino (2012).

¹ Apesar da palavra ter um termo na língua portuguesa (blogue), optou-se por deixá-la no seu original. Ela vem de *weblog*, que por sua vez é uma justaposição de duas palavras do inglês, *web* (rede, da

Na primeira parte, em que o objeto de pesquisa é a História da Educação em São José dos Pinhais, os estudos se dedicaram às instituições escolares como espaços de educação e cultura, bem como de patrimônio histórico-cultural para a localidade. Também foi feita uma revisão de algumas leis de educação do Brasil e do Paraná e seus reflexos na educação em São José dos Pinhais.

O conceito de Patrimônio Escolar também foi explorado neste trabalho, principalmente quando se tratou da história dos grupos escolares no Município, com destaque para o Grupo Escolar Silveira da Motta. Este, como patrimônio da Cidade de São José dos Pinhais, é uma instituição escolar que faz parte da cultura escolar são-joseense.

O órgão responsável pela preservação e fiscalização do patrimônio cultural em São José dos Pinhais é o Conselho Municipal de Patrimônio Artístico e Cultural (Compac) que, por meio do processo chamado tombamento, protege 13 patrimônios locais, sendo 12 imóveis e um conjunto de atas paroquiais que estão em posse da Catedral (Igreja Católica) do Município. Dois dos imóveis, e os únicos imóveis tombados que abrigaram unidades escolares, pertenceram ao Grupo Escolar Silveira da Motta. Infelizmente, apesar de São José dos Pinhais ser um dos Municípios mais antigos do Paraná, muito da arquitetura histórica se perdeu. Por isso a importância dos dois prédios que abrigaram o grupo escolar (o de 1912 é hoje a Biblioteca Pública Municipal Scharffenberg de Quadros e o prédio de 1955 abriga atualmente o Colégio Estadual Silveira da Motta)

A partir daí entra em cena outro conceito de grande importância, que reforça a nova ideia de patrimônio: memória. A intersecção entre história e memória supera o patrimônio como algo apenas acessível aos vestígios materiais. Com o incremento da memória, os pesquisadores do patrimônio cultural podem lançar mão também do pensamento de que foi responsável pela formação material. Esta dissertação propõe a possibilidade de se trabalhar a preservação da memória escolar por meio das redes sociais eletrônicas. E a partir daqui se passa a explicar mais do segundo tópico deste trabalho, que é o uso das redes sociais para a divulgação da história e do patrimônio escolar.

O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na esfera pedagógica é cada vez mais tema de pesquisa, tanto acadêmica, quanto de mercado. Há uma infinidade de programas e recursos tecnológicos que propõem auxiliar o processo de ensino-aprendizagem. Por isso da criação de um canal de

diálogo com o público que irá acessar as redes sociais e, dessa forma, da criação de uma página de *Facebook* e de um *blog*.

Tanto o *Facebook*, quanto os *blog/site* são ferramentas de informação e comunicação muito recentes na nossa sociedade. No Brasil, por exemplo, essa realidade passou a ser presente somente no início desse milênio, mas que, em poucos anos, revolucionou o processo de aquisição da informação. A grande vantagem de se trabalhar com as redes sociais é que elas podem ser um importante canal de comunicação e aprendizagem e, ainda, estarem embasadas no acesso democrático de conteúdos.

Da interdependência entre cultura escolar e redes sociais nasce um canal *online* de divulgação e preservação do conteúdo histórico e patrimonial, aqui simbolizado e tendo como objetivo a divulgação/promoção da história da educação em São José dos Pinhais.

Historicamente, o uso de páginas de *Facebook* ou *blogs* para divulgação de material educacional, histórico e de peças de museus já são uma realidade. São várias as instituições, tanto de ensino, quanto de acervo museológico, que possuem domínios nas redes sociais e na Internet, de forma geral. É o caso, por exemplo, dos *museus virtuais*, muitos deles apresentando vários recursos tecnológicos que atraem os visitantes. Com eles, os usuários podem não só conhecer as peças arqueológicas, mas também estimular a educação patrimonial por meio de recursos lúdicos e pedagógicos em caráter virtual.

O próprio Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) define educação patrimonial como algo amplo. Dessa forma, pode-se incluir as tecnologias de comunicação para a sua divulgação e acesso, ou seja, educação patrimonial constitui-se em:

[...] processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. (IPHAN, 2016).

Com esse trabalho se espera também: 1) superar a ideia genérica de que o pedagógico e o tecnológico não são conciliatórios; 2) usar as redes sociais para alimentar e fomentar conteúdo pedagógico e/ou histórico; 3) trabalhar com as redes sociais para a divulgação e preservação do Patrimônio Cultural Escolar.

Atualmente, são poucas as escolas que possuem um acervo histórico no qual a comunidade tenha acesso (geralmente, o vulgo “arquivo morto” das escolas se resume a caixas guardadas inadequadamente em um depósito). Com a criação de um *blog/site* é possível armazenar informações, dados diversos, arquivos em áudio e vídeo, fotografias, boletins escolares e outros tipos de materiais de forma digital, e ainda disponibilizar conteúdos a todas as pessoas que tiverem interesse em consultar a história da educação no município de São José dos Pinhais.

Para tratar sobre o objeto *história da educação de São José dos Pinhais*, além da pesquisa bibliográfica, também foi pertinente a realização de pesquisa documental na Unidade de Ensino, hoje Colégio Estadual Silveira da Motta, do acervo da Secretaria Estadual de Educação (Seed), do Núcleo Metropolitano Sul de Educação da Seed, e do acervo do Conselho Municipal de Patrimônio Artístico e Cultural (Compac). Para o desenvolvimento do objeto de estudo *mídias sociais* será realizada pesquisa bibliográfica e digital (especialmente os dados oficiais e de notícias do *Facebook.com*, além da análise e desenvolvimento dos recursos disponíveis de um endereço de *blog* e uma *fanpage* de *Facebook*.

Esta dissertação está assim estruturada: no primeiro capítulo (introdução) é apresentada uma contextualização do tema, a questão-problema, os objetivos, a justificativa e o percurso metodológico. O segundo capítulo descreverá a história da educação de São José dos Pinhais, contextualizando-a com a história da educação do Paraná e do Brasil e as suas transformações diante das mudanças econômicas, políticas e culturais da sociedade. Por fim, o terceiro capítulo apresentará a temática das tecnologias de informação no Brasil; a introdução do Ensino a Distância na educação do país; uma análise crítica de conceitos e ideologias que reforçam a quase obrigação da sociedade em se integrar aos avanços tecnológicos; e, por fim, a criação de espaços virtuais para a divulgação da história da educação de São José dos Pinhais.

2 UMA BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

A compreensão da história da educação em São José dos Pinhais requer o entendimento de duas dimensões: 1) a sua visão macro, na sua relação com a história da educação estadual e nacional; 2) na sua inter/transrelação com as esferas política, econômica e sociocultural local, regional e do país. Isso porque a instituição da educação em São José dos Pinhais se deve a várias determinações e conjecturas, que extrapolam as ações dos agentes locais; ao mesmo tempo, se revela como uma idiosincrasia, não sendo meramente passiva às determinações externas.

Contudo, antes de se analisar as duas dimensões propostas acima, é importante entender quando a História da Educação passou a ser tema de estudo no Brasil e foi incorporada ao currículo nacional.

De acordo com Faria e Vidal (2003), a História da Educação teve a sua constituição por meio de três iniciativas no país: com a tradição historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB); por meio das escolas de formação para o magistério e, e por fim, com a produção acadêmica entre os anos 1940 e 1970, especialmente com os cursos de pós-graduação. E é somente no segundo âmbito que a história da educação surge mais sistematizada.

Roballo (2007) destaca que a disciplina começou a ser sistematizada com a sua implantação curricular nas Escolas Normais, ainda no início do século XX. Ele ainda afirma que ela tinha um caráter pragmático e moral. Com o passar do tempo, a disciplina passou a servir de base para o entendimento crítico da própria educação.

No Brasil, a história da História da Educação está relacionada à das Escolas Normais, sendo introduzida no currículo da Escola Normal do Rio de Janeiro a partir de 1928. [...] A disciplina de História da Educação, [...] desde sua implantação nos currículos das escolas de formação de professoras, passou pela “programatização”. Primeiramente, sofreu uma “pragmatização moral” porque desta disciplina utilitária havia de se tirar alguma lição, algum ensinamento doutrinário e útil. Em torno das décadas de 1950 e 1960, quando começaram a surgir estudos históricos relativos à Educação, a “pragmatização” já instaurada foi secularizada. (ROBALLO, 2007, p. 7-8).

O caráter pragmático da disciplina era descrito nos livros de história da educação de forma descritiva e informativa, próximo ao paradigma tradicional. Em geral, sua produção era realizada por educadores (GONÇALVES, 2005).

Nos anos de 1970, a colaboração de historiadores e a expansão dos programas de pós-graduação no Brasil fizeram com que, na década seguinte, a história da educação ganhasse visibilidade nas pesquisas acadêmicas. Para isso, o diálogo da disciplina com outras referências teórico-metodológicas, especialmente com novas colaborações historiográficas que a própria História teve na segunda metade do século XX, fez com que houvesse um maior interesse de estudo sobre a História da Educação no país.

Em 1986, foi criado o grupo de estudos e pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR). Ele é fruto da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), fundada em 1976 e que passa a coordenar o Grupo de Trabalho em História da Educação, que surge em 1984.

No final da década de 1990, surge a Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), outra importante iniciativa no estudo e afirmação da História da Educação como área de pesquisa brasileira.

Contudo, conforme Gonçalves (2005), poucas são as iniciativas de pesquisa acadêmica no Brasil que tem a relação Estado/Educação. De acordo com ela, dos 202 trabalhos feitos em 1971 a 2000, somente três eram da área de história.

2.1 OS ANTECEDENTES DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Com a chegada da família real portuguesa, em 1808, o Brasil deixa de ser uma Colônia para se tornar sede do Reino de Portugal. Em 1816, Dom João estabelece o ensino mútuo como o método a ser exercido na instrução primária. De acordo com Veiga (2007), foi determinada:

[...] uma ampla organização do ensino em quatro graus para a população, independentemente de condição e gênero, para que todos adquirissem os conhecimentos necessários ao desempenho de seus deveres e ao exercício de seus direitos. O ensino seguiria o método simultâneo, e apenas o aprendizado das primeiras letras, de aritmética básica e de doutrina moral seria gratuito.

[...] Entretanto, d. João VI decidiu-se por um sistema menos dispendioso e mais racional: o ensino mútuo. (VEIGA, 2007, p. 142-143).

O ensino mútuo, também conhecido como método *Lancaster*², era praticado em Portugal. No mútuo, “a responsabilidade é dividida entre o professor e os monitores”. Nele, “os alunos da escola, algumas centenas sob a direção de um só mestre, estão reunidos num vasto local que é dominado pela mesa do professor, esta sobre um estrado. Na sala estão enfileiradas as classes, tendo em cada extremidade o púlpito do monitor e o quadro-negro” (BASTOS, 2006, p. 35-36).

Nessa época, a maioria dos Estados-nação optou pelo método de Lancaster, ou pelo método simultâneo³. Além desses dois métodos, havia também o *individual*, onde o professor ensinava um aluno de cada vez. A pedagogia recebeu a contribuição de vários pensadores. Pykosz e Valério (2008) destacam três deles: Pestalozzi, Fröebel e Herbart. Assim como eles, várias pessoas defendiam que o acesso à escola deveria ser ampliado. A escola deveria ser para todos.

O século XIX representa um período de grandes disputas entre os Estados-nação pela supremacia comercial no mundo Ocidental. Nesse contexto, a educação era imprescindível para atender às várias mudanças que estavam acontecendo na sociedade, principalmente com a sua urbanização. Para isso, os Estados precisavam diminuir drasticamente o analfabetismo.

Se o lento crescimento da alfabetização se dá, frequentemente, sob os auspícios de associações beneficentes ou religiosas ou de municipalidades, a generalização da alfabetização ocorre sob a forma de uma intervenção maior ou menor do Estado central. Este organiza, canaliza, controla, procura responder a uma exigência social geral, acrescentando a esta resposta um projeto de integração social e política. (PETITAT, 1994, p. 152).

Porém, diminuir o analfabetismo e ampliar a rede de ensino não significava, necessariamente, o acesso igualitário a ela por toda a população. A educação continuaria a ser uma para o povo e outra para um grupo privilegiado, geralmente membros da nobreza e de uma pequena burguesia em ascensão.

²Também conhecido como Ensino Mútuo ou Monitorial, foi criado pelo inglês Joseph Lancaster no final do século XVIII. Tinha como objetivo ensinar um maior número de alunos em um curto espaço de tempo. Diferente do modelo de ensino atual, em uma sala poderia haver várias turmas (por isso do nome de Ensino Mútuo). Para dar conta de ensinar vários alunos em diferentes níveis de conhecimento, o professor tinha o auxílio de monitores, que eram os alunos que aprendiam com mais facilidade os conteúdos e auxiliavam o professor no ensino dos demais discentes. Foi muito defendido no Brasil por Dom Pedro I. Com esse método se esperava a disciplinarização mental e física.

³Neste, o professor é o foco das atenções, repassando um mesmo conteúdo simultaneamente para vários alunos. Cada sala corresponde a uma turma, que é ministrada para vários alunos com um único professor.

A população do Brasil, no final do século XVIII, era de 3,25 milhões de habitantes. Segundo Fausto (1999), em 1819 havia 3.596.132 habitantes⁴. A ocupação em território brasileiro era irregular, apresentando concentrações populacionais nos centros econômicos da época, como Minas Gerais (ouro), algumas cidades do Nordeste (cana-de-açúcar), Rio de Janeiro (como sede da Coroa) e, cada vez mais crescente, em São Paulo (café).

Em 1821, correndo o risco de perder o trono com a eclosão da Revolução Liberal em Porto, Dom João VI retorna a Portugal, deixando seu filho Dom Pedro I como príncipe-regente do Brasil. Contudo, nesse contexto a elite brasileira temia a volta do Brasil ao *status* de Colônia. A solução foi a sua independência, fato que aconteceu no dia 7 de setembro de 1822.

Aclamado Imperador no dia 12 de outubro, Dom Pedro toma posse oficialmente no dia 1º de dezembro de 1822, no Rio de Janeiro, na "Cerimônia de Coroação e Sagração do Imperador" (BRASIL, 2009). O novo país precisava confeccionar sua Lei maior. Para isso, o Imperador convoca a Assembleia Constituinte, realizada no dia 3 de maio de 1823. Em seu discurso inaugural, Dom Pedro I retrata a realidade da educação brasileira na época, bem como da sua iniciativa pela abertura de uma escola com o método de Lancaster:

Tenho promovido os estudos públicos, quanto é possível, porém necessita-se para isto de uma Legislação particular. Fez-se o seguinte – Comprou-se para engrandecimento da Biblioteca Pública uma grande coleção de livros dos de melhor escolha: aumentou-se o número das Escolas, e algum tanto o Ordenado de seus Mestres permitindo-se além disto haver um sem número delas particulares: Conhecendo a vantagem do Ensino Mútuo também Fiz abrir uma Escola pelo método Lancasteriano.

O Seminário de S. Joaquim, que seus fundadores tinham criado para educação da mocidade, achei-o servindo de Hospital da Tropa Europeia: Fui abrir na forma de sua Instituição. (BRASIL, 1823).

Contudo, de acordo com Chizzotti (2001), essa Constituinte se resumiu em “discursos veementes e oradores esfuziantes sobre a instrução, que [por] diretrizes fundamentais para a Educação nacional. A educação básica ficou absolutamente relegada à iniciativa privada até o Ato Adicional de 1834” (p. 50-51).

No dia 25 de março de 1824, Dom Pedro I outorga a 1ª Constituição do Brasil. Em sua redação é criado um *quarto poder*, denominado de Moderador. Ele seria

⁴ Os levantamentos realizados pela Coroa excluía, geralmente, menores de sete anos, indígenas e escravos.

exercido pelo próprio Imperador, dando-lhe total poder jurídico de ação à frente do país.

Art. 10. Os Poderes Politicos reconhecidos pela Constituição do Imperio do Brazil são quatro: o Poder Legislativo, o Poder Moderador, o Poder Executivo, e o Poder Judicial.

[...]

Art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização Política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independencia, equilibrio, e harmonia dos mais Poderes Politicos.

Art. 99. A Pessoa do Imperador é inviolavel, e Sagrada: Elle não está sujeito a responsabilidade alguma.

Art. 100. Os seus Titulos são "Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brazil" e tem o Tratamento de Magestade Imperial.

Art. 101. O Imperador exerce o Poder Moderador. (BRASIL, 1824).

A primeira Constituição brasileira também trata da instrução pública primária. Esta passaria a ser gratuita a toda população. No entanto, a redação da Lei não definiu de quem era a obrigação de ofertar a instrução, nem para quem caberia a sua responsabilidade.

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brazileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Imperio, pela maneira seguinte.

[...]

XXXII. A Instrucção primaria, e gratuita a todos os Cidadãos.

XXXIII. Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes. (BRASIL, 1824).

Importante lembrar que o país tinha um expressivo contingente de escravos. Estes não são citados na Constituição; logo, não eram considerados cidadãos. Porém, como atesta Veiga (2007), apesar da escola de instrução primária ser gratuita e de direito a todos, era a população “pobre, negra e mestiça, portadora de ‘hábitos e valores rudes’, não afeita às normas sociais nem ao cumprimento dos deveres e por isso passível de ser civilizada” (p. 149) que acabava por frequentá-la. Isso porque os filhos das famílias com mais condições optavam pelo ensino domiciliar. Porém, esta frequência, muitas vezes, não representava a alfabetização dessa população, visto que o número de analfabetos no Brasil será elevado até meados do século XX. Seja escravo, seja pobre liberto, ambos teriam que priorizar o trabalho, deixando as *letras* para quem tinha condição de *ócio* para isso.

O texto da *Carta Magna* de 1824 ainda reforça o vínculo com a Igreja Católica, como sendo a igreja estatal do país. É a retomada do padroado, que se configurará no Brasil até a Proclamação da República⁵.

Art. 5. A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fórma alguma exterior do Templo. (BRASIL, 1824).

Para complementar as poucas linhas dedicadas à educação na redação da Constituição de 1824, o Império brasileiro publica a Lei de 15 de outubro de 1827, que trata especificamente sobre o tema. Ela “Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império” (Art.1º). O método a ser aplicado nas escolas, principalmente “nas capitais das províncias; e serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se” (Art. 4º) é o de Lancaster (ensino mútuo).

Foi determinado também o conteúdo a ser ensinado, incluindo a moral e a doutrina da Igreja Católica (mais uma manifestação do *Padroado* no Período Imperial):

Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil. (BRASIL, 1824).

Merecem destaque também, segundo Vieira e Farias (2007), outras temáticas, como:

[...] previsão de formas de provimento de professores (Art. 7º, 8º e 14), ordenados (art. 3º) e capacitação (Art. 5º). Também apresenta determinação sobre edifícios escolares (Art. 5º), assim como a criação de escolas de meninas nas cidades e villas mais populosas (Art. 11) e os respectivos conteúdos do ensino a ministrar em tais instituições (Art. 12). (VIEIRA; FARIAS, 2007, p. 59).

De acordo com Santos (2000), o ensino técnico-profissional surge no Brasil com o texto da *Carta de 1827*. Isso se manifesta “com a inclusão da obrigatoriedade, por parte das meninas, de aprendizagem de costura e bordado, sendo que nos Liceus os alunos aprenderiam o desenho, necessário às artes e aos ofícios” (p. 209).

⁵ Aliás, ainda durante a República no Brasil a Igreja Católica, por mais que não seja tida como um poder estatal, continua a ter poder ideológico nas ações do Estado.

Apesar de ter sido uma lei que contemplava vários aspectos da educação do país, ela foi pouco efetiva na sua execução. Dentre os fatores, pode-se destacar o baixo recurso do Império⁶ para manter o sistema de ensino, a falta de professores – profissão que pouco atraía devido à oferta de baixos salários –, e a ineficiência da fiscalização dos espaços escolares.

Tendo que retornar a Portugal para salvar o trono de sua família, Dom Pedro I abdica o cargo de Imperador do Brasil em 1831. Para assumir seu lugar, deixou seu filho Pedro, de cinco anos. Contudo, a Lei do Império não permitia que ele assumisse o controle do país com tão tenra idade, como descreve o Capítulo V da Constituição:

Da Regencia na menoridade, ou impedimento do Imperador.

Art. 121. O Imperador é menor até á idade de dezoito annos completos.

Art. 122. Durante a sua menoridade, o Imperio será governado por uma Regencia, a qual pertencerá na Parente mais chegado do Imperador, segundo a ordem da Successão, e que seja maior de vinte e cinco annos. (Vide Lei nº 16, de 1834)

Art. 123. Se o Imperador não tiver Parente algum, que reuna estas qualidades, será o Imperio governado por uma Regencia permanente, nomeada pela Assembléa Geral, composta de tres Membros, dos quaes o mais velho em idade será o Presidente (Vide Lei de 12.10.1832). (BRASIL, 1824).

O Período Regencial no Brasil aconteceu entre 1831 a 1840. Em 1834, foi publicada a Lei nº 16, de 12 de agosto, também conhecida como *Ato Adicional de 1834*. Dentre outras coisas, ficou determinado que:

Art. 9º Compete ás Assembléas Legislativas Provinciaes propôr, discutir, e deliberar, na conformidade dos arts. 81, 83, 84, 85, 86, 87 e 88 da Constituição.

Art. 10. Compete ás mesmas Assembléas legislar:

[...]

§ 2º Sobre instrucção publica e estabelecimentos proprios a promovel-a, não comprehendendo as faculdades de Medicina, os Cursos Juridicos, Academias actualmente existentes e outros quaesquer estabelecimentos de instrucção que para o futuro forem creados por lei geral. (BRASIL, 1834).

A partir da Lei de 1834, as Assembleias Provinciais passaram a assumir a responsabilidade de legislar e promover a instrução nos estados, deixando de ser compromisso da União. Essa realidade deixa evidente que a educação não era encarada pelo Império como uma política de Estado. Viera e Farias (2007, p. 61) ressaltam que “não havia ainda bases sólidas de uma organização escolar no país [...]” e também pouco interesse. Os próprios dados oficiais de 1832 revelam que das

⁶ Certamente, isso se agravou com o empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas, feito por Dom Pedro I com a Inglaterra, para “comprar” sua independência ao indenizar Portugal.

180 escolas no Brasil, espalhadas pelas nove províncias (o Paraná ainda não existia, sendo uma extensão da Província de São Paulo), 40 delas não possuía professor.

Ainda nesse período, o Governo Regencial constatou a ineficácia do ensino mútuo no país, como revela o relatório do Ministério do Império, de 1833: “esse método não tem apresentado aqui as vantagens obtidas em outros países; por esta razão o governo está disposto a não multiplicar as escolas onde se ensine por este método, enquanto as existentes se não aperfeiçoarem” (SUCUPIRA, 2001, p. 59).

Levaria algum tempo ainda para o Governo resolver mudar de vez o método de ensino a ser exercido nas escolas do Império. Na concepção dos dirigentes políticos da época, a ineficiência do ensino não era resultado do método usado, mas da capacidade dos professores trabalharem com ele em sala de aula. Assim, para reverter esse quadro, foi criada, em 1835, na capital da Província do Rio de Janeiro (Niterói, na época), “a primeira Escola Normal do Brasil [...] com o intuito de preparar os futuros mestres no domínio teórico-prático do método monitorial/mútuo” (BASTOS, 2006, p. 43).

Para servir de modelo, especialmente para o ensino secundário⁷ no país, foi criado em 1837 o Imperial Collegio de Pedro II, para “educar a elite intelectual, econômica e religiosa brasileira”. Seus estatutos “foram organizados com base nos estatutos dos liceus franceses” (VECCHIA, 2006, p. 83).

No cenário social e político, o Período Regencial enfrentou diversos conflitos e revoltas, como a Guerra dos Farrapos (1835-1845), no Rio Grande do Sul; a Sabinada (1837-1838) e a dos Malês (1835), na Bahia; a Cabanagem (1835-1840), na Província do Grão-Pará; e a Balaiada (1838-1841), no Maranhão. Muitas delas eram de iniciativa popular e também reivindicavam a instauração da República no Brasil. Foi a oportunidade que o Partido Liberal teve de mobilizar a posse antecipada de Dom Pedro II ao trono, alegando que isso iria criar estabilidade política no país. No dia 24 de julho de 1840, o jovem imperador assumiu o Império com 15 anos incompletos.

Na década de 1860, depois de 25 anos da criação da primeira Escola Normal, havia 6 delas no Brasil. No começo elas eram destinadas ao público masculino, quadro que se modificou ainda no final do século XIX. De acordo com Xavier,

⁷Na época, o Ensino Secundário não passava do Ginásio ou os últimos anos do Ensino Fundamental.

Ribeiro e Noronha (1994), era baixa a procura masculina por essa formação técnica, principalmente porque os “ordenados eram baixos e a estabilidade, precária, face às disputas políticas regionais que marcaram todo o Período Imperial” (p. 86).

Essas disputas seriam também frequentes no Paraná, entre os que eram mais afeitos com os liberais, por um lado; e, pelos conservadores, por outro (WACHOWICZ, 1984). As escolas da época eram na realidade um professor com autorização para lecionar, geralmente na sua própria residência ou numa casa alugada por ele. Em muitos casos, eram os deputados ou líderes políticos que solicitavam a sua abertura. Contudo, quando esses políticos não se elegiam e perdiam o seu mandato, ou quando o presidente provincial (governador) em exercício era do partido rival, os professores perdiam a sua autorização para trabalhar ou ficavam anos sem receber seus honorários.

Esse contexto fez com que muitas escolas para formação de professores fechassem, ou que funcionassem *a duras penas*:

O pessoal docente, quase todo constituído de mestres improvisados, sem nenhuma preparação específica, não melhora sensivelmente com as primeiras escolas normais que se criam no país: a de Niterói, em 1835, a da Bahia, em 1836, a do Ceará, em 1846, e a do Rio de Janeiro, em 1880, todas com uma organização rudimentar, à maneira de ensaio, como a de São Paulo que se fundou, com um só professor, em 1846, desapareceu em 1867, para ressurgir com um novo plano e um curso de dois anos, em 1874, fechar-se novamente em 1877 e restabelecer-se afinal em 1880, e só então com um curso mais completo, de 3 anos. (AZEVEDO, 1963, p. 586).

Na educação, uma situação é diretamente relacionada com a outra. A diminuição de Escolas Normais resultava na diminuta formação de novos professores. Com poucos professores, poucos alunos e um número elevado de analfabetos, essa realidade era ainda mais grave entre as mulheres e escravos.

Em 1872, entre os escravos, o índice de analfabetos atingiu 99,9% e entre a população livre aproximadamente 80%, subindo para mais de 86% quando consideramos só as mulheres. [...] Apurou-se ainda que somente 16,85% da população entre seis e quinze anos frequentavam escolas. Havia apenas 12 mil alunos matriculados em colégios secundários. Entretanto, calcula-se que chegava a 8 mil o número de pessoas com Educação superior no país. Um abismo separava, pois, a elite letrada da grande massa de analfabetos e gente com Educação rudimentar. (FAUSTO, 1999, p. 237).

Machado (2006) afirma que o Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, “marcou o início do processo de organização da escola pública”. Ele “Reforma o ensino primário e secundário no município da Côrte e o superior em todo o Império”.

Vários tópicos descritos nesse decreto, mesmo que propriamente não aplicados na época, serviram de base para as leis sobre educação em todo o país, como, por exemplo, a criação do primeiro e segundo graus, com duração de 4 anos e a obrigatoriedade do ensino para crianças de 7 a 14 anos (masculino e feminino); o ensino religioso facultativo e liberdade de ensino; a livre frequência; a implantação de jardins de infância, assim como, diretrizes para a educação superior.

A partir da segunda metade do século XIX, muitas mudanças sociais, econômicas e políticas passaram a ocorrer no Brasil. Milhares de imigrantes, fugidos da miséria na Europa, por ocasião do auge da Revolução Industrial, passaram a residir e trabalhar no Brasil; o tráfico de escravos estava com os dias contados; a expansão e a hegemonia da economia cafeeira, despontando São Paulo como um dos principais centros urbanos do país; o aumento das tensões entre a Igreja Católica e o Estado. Acrescenta-se a esse contexto a vitória do Exército brasileiro na Guerra do Paraguai (1864-1870).

O contato com os exércitos dos outros países (Argentina, Uruguai e até mesmo o rival Paraguai), todos republicanos, fez com que começasse a se colocar em xeque a continuidade do sistema monárquico no Brasil. Vários dos oficiais brasileiros tomaram conhecimento da filosofia positivista de August Comte. Conforme descreve Fausto (1999), isso fez com que esses oficiais percebessem o quanto o Brasil estava distante das descobertas científicas e das maiores economias da época.

Em 19 de dezembro de 1853, a então 5ª Comarca de São Paulo se emancipa e torna-se a Província do Paraná. No mês de janeiro daquele ano, a então freguesia de São José dos Pinhais iria conquistar sua independência diante da Vila de Curitiba.

Quando São José dos Pinhais era uma freguesia, a Câmara de Curitiba fiscalizava-a e determinava o cumprimento da padronização das propriedades do seu pequeno espaço urbano. Para a pequena elite são-joseense não bastava mais ter apenas um mero vereador da freguesia para representá-la na Câmara de Curitiba. A emancipação política de São José ocorre em 8 de janeiro de 1853.

Até 1890, São José dos Pinhais tinha uma grande extensão territorial, incluindo, além do seu atual território, as terras dos atuais municípios de Agudos do Sul, Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e Tijucas

do Sul, e ainda boa parte das terras de Araucária, Campina Grande do Sul e Colombo.

Na década de 1850, São José dos Pinhais tinha muito que se desenvolver. E mais, a organização política local era uma reprodução do sistema político português, ainda de grande influência no Brasil (MAROCHI, 2003).

O comércio era pequeno e supria apenas as necessidades básicas da reduzida comunidade da área urbana. Fora a pequena população em volta da Igreja Matriz, a freguesia de São José dos Pinhais era rural.

Desde 1831, São José dos Pinhais possuía uma cadeira de ensino (COLNAGHI; MAGALHÃES; MAGALHÃES FILHO, 1992). Contudo, ela se resumia a uma dezena de alunos, todos meninos, que aprendiam na própria residência do professor ou casa alugada.

Em 1854, de acordo com o resultado do censo organizado pelo próprio presidente da Província (GÓES E VASCONCELLOS, 1854), o Paraná tinha 62.258 habitantes (sem contar os indígenas), sendo que 52.069 eram livres e 10.189 escravos (19,57%). Este relatório também revela informações populacionais sobre São José dos Pinhais⁸. Nele havia 20 bairros, num total de 4.660 moradores⁹, sendo 2.301 homens e 2.359 mulheres. Desses, 2.881 tinham até 21 anos de idade, 1.251 de 21 a 40 anos e 528 acima de 40. O censo ainda informa o estado civil dos são-joseenses: 3.286 solteiros, 1.208 casados e 166 viúvos. A quantidade de escravos era de 365 pessoas, representando 7,83% da população. O Brasil contava com 8 milhões de habitantes em 1850 (IBGE, 2017)¹⁰.

O relatório de Góes e Vasconcellos (1854) também faz um retrato da situação do ensino da Província, do qual também aparece São José dos Pinhais. De acordo Lilian Wachowicz (1984), a população em idade escolar (entre 6 a 14 anos) nessa época era 5.376 homens e 4.709 mulheres. Utilizando-se de outros dados além dos de Góes e Vasconcellos¹¹, Wachowicz (1984) revela que havia apenas 862 pessoas

⁸ GÓES E VANCONCELLOS, Zacarias de. **Relatorio do presidente da provincia do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854**. Curitiba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854. Disponível em: <<<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/614/000145>>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

⁹ Assim como no Paraná, esta quantidade não leva em conta as comunidades indígenas.

¹⁰ Com base nas informações de Souza e Silva, J. N. de. Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje (1870). [S.l.: s.n.], 1870.

¹¹ Relatórios dos presidentes da Província de São Paulo de 1850 e 1852. O Paraná ainda era 5ª Comarca de São Paulo, nesse período (WACHOWICZ, 1984, p. 41).

estudavam, representando somente 8,55% do público em idade escolar. A tabela abaixo mostra o número de alunos por escolas e municípios, assim como a situação funcional do professor.

Tabela 1: Quadro das escolas existentes, por localidade, no Paraná (1854)

Local	Aluno		Provimento (Condição do Professor)
	M*	F*	
Curitiba 1ª ordem	54		Definitivo
Curitiba 2ª ordem	35		Definitivo
Curitiba 1ª ordem		28	Definitivo
Campo Largo	21		Interino
Iguaçu (Araucária)	20		Interino
São José dos Pinhais	20		Contratado
Palmeira	-	-	-
Votuverava (Rio Branco do Sul)	-	-	-
Príncipe (Lapa)	54		Definitivo
Príncipe (Lapa)		29	Definitivo
Rio Negro	20		Contratado
Castro	41		Definitivo
Castro		32	Definitivo
Tibagi	17		Contratado
Ponta Grossa	17		Contratado
Guarapuava	55		-
Paranaguá 1ª ordem	67		Definitivo
Paranaguá 2ª ordem		61	Definitivo
Paranaguá 1ª ordem		34	Definitivo
Paranaguá 2ª ordem	55		Interina
Guaraqueçaba	20		Contratado
Guaratuba	39		Definitivo
Guaratuba		24	Contratada
Morretes	56		Definitivo
Morretes		23	Interina
Porto de Cima	31		Interina
Antonina	37		Contratado
Antonina		27	Definitiva
TOTAL	604	258	

Fonte: WACHOWICZ, 1984, p. 41.

Nota: * Masculino (M) e feminino (F).

Com base na tabela acima, São José dos Pinhais tinha 20 alunos, todos meninos, em 1854. No relatório consta o nome de Manoel Gonçalves de Oliveira como professor. Outro detalhe importante é sobre a condição dele, que aparece no relatório como *contractado*.

Góes e Vasconcellos (1854) não descreve o quantitativo de pessoas em idade escolar em São José dos Pinhais. Contudo, se fizermos a mesma relação feita por Wachowicz (1984), onde o total de pessoas em idade escolar (entre 6 e 14 anos) era de 10.085 (somando homens e mulheres), relacionando com o dado do relatório de 1854, onde a população de até 21 anos de idade era de 34.895 pessoas, teremos a porcentagem de 28,9% a população em idade escolar. Em São José dos Pinhais, a população de até 21 anos era de 2.881 pessoas. Considerando a mesma porcentagem de pessoas em idade escolar do Estado, e aplicando esse referencial para São José dos Pinhais, teremos uma população em idade escolar de 833 pessoas. Dessa forma, os 20 meninos que recebiam instrução pelo professor são-joseense representavam apenas 2,4% da população em idade escolar. Essa realidade fica ainda mais gritante com o relato de Colnaghi; Magalhães; Magalhães Filho (1992):

No ano de 1831, em São José dos Pinhais foi criada a primeira cadeira de ensino de instrução primária. Onde era ministrada não se sabe ao certo; o que se sabe é que enfrentava grandes dificuldades no desempenho de suas atribuições, desde a falta de habilitação do professor até a pouca frequência de alunos. Com relação a última, sabe-se que ocorria não só pela dificuldade que enfrentavam os alunos que moravam mais longe, como também pelo desprezo com que os pais encaravam a instrução primária. (COLNAGHI; MAGALHÃES; MAGALHÃES FILHO, 1992, p. 125).

Ainda em seu relatório, Góes e Vasconcellos (1854) destaca que todas as *Villas* da Província deveriam ter uma cadeira de instrução feminina e lamenta que, das nove *Villas* na época, São José dos Pinhais e Guarapuava ainda não possuíam:

He mui para notar-se que haja villas e municípios, como S. José e Guarapuava, onde o bello sexo não tenha escola especial para instruir-se em primeiras letras, e parece essa falta de tanto maior alcance e gravidade, quanto é conhecido que a instrucção do sexo feminino recomendar-se á attenção do legislador debaixo de mais de um titulo, sendo hum delles singularmente valioso. (GÓES E VASCONCELLOS, 1854, p. 19).

Um ofício enviado ao presidente da Província pela recente Câmara de São José dos Pinhais, em 1854, reforça a necessidade dessa cadeira de instrução. Felizmente, naquele mesmo ano, uma professora de nome Anna Joaquina Alves de

Jesus passou a estar à frente da cadeira de instrução feminina são-joseense. Pode-se assim considerá-la a primeira professora em terras são-joseenses.

Sobre o ensino secundário, o relatório de Góes e Vasconcellos (1854) revela uma realidade ainda mais precária.

Exceptuando-se a cadeira de lingua latina e franceza, existente em Paranaguá, não há absolutamente na provincia ensino secundário. E todavia promulgou-se huma lei, creando nesta cidade em 1846 hum lycêo, que, em resultado offerece-nos huma historia singular como poucas instituições semelhantes apresentão, porque das 4 cadeiras creadas, a de geographia nunca houve quem a quizesse, a de geometria foi preenchida, mas nunca exercida, a de philosophia racional e moral, preenchida, teve em hum anno 2 alumnos, e a de latim e francez pouco durou, porque, reduzido por lei o respectivo vencimento, não pôde o professor continuar, tendo havido um periodo de tempo em que só elle existia no lyceo, de que era ao mesmo tempo diretor! (GÓES E VASCONCELLOS, 1854, p. 20-21).

A rotatividade dos presidentes provinciais, bem como a falta de raízes com os locais onde eram designados a trabalhar – a exemplo de Zacarias de Góes e Vasconcellos na Província do Paraná, que era da Bahia –, será um empecilho para o progresso e concretização de políticas públicas nas províncias, principalmente no que tange à educação.

Em quase 36 anos de Província do Paraná no Período Imperial, entre 19 de dezembro de 1853 a 16 de novembro de 1889, o cargo de presidente mudou 54 vezes de comando e assumido por 41 pessoas, a maioria de origem de outras províncias.

Como a vila era quase em sua totalidade de pequenos e médios proprietários rurais, e os seus representantes na Câmara provavelmente faziam parte desse grupo, a administração e política municipal era muito dependente de locais com melhores estruturas, como Curitiba e Paranaguá.

A primeira vista, não se pode afirmar que pessoas mais esclarecidas politicamente, fizeram parte do perfil político da Câmara. É de se supor que poucas eram as pessoas letradas ou conhecedoras das leis vigentes no país. Estas pessoas é que faziam os contatos com os políticos do Governo da Província, ou ainda, com os dirigentes políticos de outras localidades paranaenses. (MAROCHI, 2003, p. 58).

Em 1854 é publicado o Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro, também conhecido como *Reforma Couto Ferraz*, executada por Luiz Pedreira do Couto Ferraz (Visconde do Bom Retiro). Nela aparece pela primeira vez a instituição do método simultâneo, por parte do Governo Central:

Art. 73. O methodo do ensino nas escolas será em geral o simultaneo: poderá todavia o Inspector Geral, ouvindo o Conselho Director, determinar, quando o julgue conveniente, que se adopte outro em qualquer parochia, conforme os seus recursos e necessidades. (BRASIL, 1854).

Curiosamente, mesmo numa época em que o Brasil passa a ser pressionado pela Inglaterra para o fim da escravidão – a Lei Eusébio de Queirós, de 1850, é um exemplo – a Reforma Couto Ferraz nega aos escravos a participação da instrução escolar:

Art. 69. Não serão admittidos á matricula, nem poderão frequentar as escolas:
 § 1º Os meninos que padecerem molestias contagiosas.
 § 2º Os que não tiverem sido vaccinados.
 § 3º Os escravos. (BRASIL, 1854).

O Decreto de 1854 relata que cabe ao Governo providenciar “casas no centro dos districtos, com as precisas accomodações para as escolas” (Art. 55). E ainda, “Onde não houver edificios publicos, os mandará construir, alugando provisoriamente edificios particulares”. Porém, Cardoso (2005) relata que as primeiras edificações escolares públicas foram construídas somente em 1870.

As escolas deveriam contemplar, tanto meninos, quanto meninas: “Em cada parochia haverá pelo menos huma escola do primeiro gráo para cada hum dos sexos” (BRASIL, 1854, art. 51).

Se o político leigo era de certa forma um analfabeto, o mesmo não se poderia dizer dos padres. Nesta época, vários sacerdotes assumiram cargos políticos, como o de vereador, em São José dos Pinhais. Dentre eles se pode citar José Baptista Ferreira Bello, que exerceu a vereança por três vezes, e, já nos primeiros anos da República, Domingos Pianceta e Joaquim Nazario. Houve ainda o caso emblemático do padre Francisco de Paula Prestes, que com sua influência como pároco da Igreja Matriz, ajudou seu filho Francisco de Paula Prestes Branco a se eleger três vezes vereador. Isso demonstra como era forte o *Padroado* em São José dos Pinhais.

Nesse período político até 1889, nem todo mundo tinha o direito de votar; e mais, dependendo do resultado das eleições as mesmas poderiam ser anuladas. Em São José dos Pinhais até o início da República (período que também não será uma exceção nesse assunto) foram cancelados alguns resultados eleitorais ou simplesmente feitas novas eleições sem que a gestão em vigor houvesse terminado

o mandato. Esses fatos aconteceram entre 1872 e 1882, e também entre 1887 e 1889.

Até a metade do século XIX o Paraná tinha a maioria do seu território despovoado, o que preocupava as autoridades da época quanto uma possível invasão pelos países vizinhos, de colonização espanhola, resultando na fragmentação da Província. Uma realidade também presente em São José dos Pinhais. De acordo com Balhana, Machado e Westphalen (1969, p. 14), em 1872 o Paraná era um dos estados menos povoados do Brasil, com 126.722 habitantes. No mesmo ano, São José dos Pinhais possuía uma população de 7.344 pessoas (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2016).

Tabela 2 – Evolução da População de São José dos Pinhais (1772-1980)

Ano	Habitantes
1772	833
1776	1.169
1782	996
1789	1.282
1797	1.502
1815	1.277
1816	1.299
1846	3.702
1854	4.660*
1863	6.145
1872	7.344**
1890	13.955***
1900	14.897
1920	27.818
1924	40.000
1940	32.270
1950	35.778
1960	28.888****
1970	34.124*****
1980	70.634

Fonte: Colnaghi; Magalhães; Magalhães Filho, 1992 e São José dos Pinhais, 2016.

* Soma-se o contingente populacional que vivia no território dos atuais municípios de Agudos do Sul, Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Pinhais, Piraquara e Tijucas do Sul, além de boa parte das terras de Araucária, Campina Grande do Sul, Quatro Barras e Colombo.

** Soma-se o contingente populacional que vivia no território dos atuais municípios de Agudos do Sul, Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Pinhais, Piraquara e Tijucas do Sul.

*** Soma-se o contingente populacional que vivia no território dos atuais municípios de Agudos do Sul, Tijucas do Sul, Mandirituba e Fazenda Rio Grande.

**** Soma-se o contingente populacional que vivia no território dos atuais municípios de Mandirituba e Fazenda Rio Grande

***** A partir de 16 de novembro de 1961 o contingente populacional de São José dos Pinhais corresponde apenas ao seu atual território

Principalmente no século XIX, a Europa expulsa boa parte da sua população devido ao alto crescimento demográfico, em descompasso com a oferta de emprego, no auge da Revolução Industrial. Mas havia outros motivos, como a miséria e a falência da economia familiar agrícola frente à expansão latifundiária – situação vivida em vários países europeus – e multidões de refugiados de guerra.

Com as exigências da Inglaterra para o fim do tráfico de escravos no Brasil e a expansão do movimento abolicionista, especialmente após a Guerra do Paraguai (1864-1870), o país precisava arranjar mão-de-obra para o trabalho, especialmente agrícola. Assim, o Governo brasileiro investiu em propaganda no exterior para atrair imigrantes.

Mais da metade dos imigrantes que desembarcaram no Brasil, ou seja, 55% do total, ficaram em São Paulo. Nota-se ali a forte propaganda das companhias e agentes imigratórios, empenhados em trazer trabalhadores livres para as fazendas de café, onde a mão-de-obra escrava foi sendo extinta gradativamente até a abolição definitiva do sistema escravocrata no ano de 1888. (MAROCHI, 2006, p. 21).

Na Europa, a partir do século XVIII, a realidade era inversa. Com o auge da Revolução Industrial, milhares de pessoas deixaram a área rural e acabaram por viver na miséria, desempregados e sem perspectivas de vida. A situação ficou preocupante para os governos europeus, que não sabiam o que fazer com tanta gente nas cidades, criando todo tipo de problema social, como insegurança, violência, doenças e rebeliões. Tais fatos criaram condições para a emigração.

Os governos europeus queriam se livrar de milhares de miseráveis, ao mesmo tempo em que os governos da América necessitavam de contingente populacional trabalhador. Assim, milhares de europeus, na sua maioria pobres e que possuíam experiência no campo, vieram morar na América em busca de melhores condições de vida.

O Brasil, para atrair imigrantes, divulgou na Europa as vantagens de morar no país. Essa promessa de um *El Dourado* brasileiro atraiu pessoas de diversas

localidades. A imigração iniciou-se no Brasil em 1808, com a instalação de suíços no Rio de Janeiro. No Paraná houve uma primeira tentativa em 1829 com russos e alemães, em Rio Negro (na época território da Lapa), mas foi um verdadeiro fracasso. Novas tentativas foram feitas nas décadas seguintes, mas dessa vez várias delas prosperaram.

São José dos Pinhais teve diversas colônias instaladas. De acordo com Marochi (2006, p. 55), “Entre os anos de 1876 e 1908, portanto em 32 anos, foram criadas nove colônias agrícolas no município”.

Dentre os diversos costumes trazidos por esses imigrantes a São José dos Pinhais, destacam-se a religião e a necessidade de educação formal. Assim, as primeiras medidas que os colonos empreendiam logo que construía as suas residências era a construção de uma igreja e a destinação de um local para dar aula aos seus filhos.

Das nove colônias oficiais que foram instaladas em São José dos Pinhais, seis foram criadas ainda no Período Imperial brasileiro: em 1876, Thomas Coelho¹², com imigrantes poloneses; em 1878, as colônias Murici, Inspetor Carvalho (atual Gamelas) e Zacarias, ambas com poloneses e italianos; também em 1878, Santa Maria do Novo Tyrol, com italianos; e, em 1888, a colônia municipal Silveira da Motta, com italianos (MAROCHI, 2006).

Com a vinda de imigrantes europeus, especialmente de origem polonesa, italiana, ucraniana e alemã no século XIX, e no séc. XX de árabes e persas, o ambiente cultural, político e econômico mudaria radicalmente em São José dos Pinhais. E a mistura étnica formaria um novo perfil de são-joseense.

No dia 15 de novembro de 1889, um grupo de militares do Exército, liderados pelo Marechal Deodoro da Fonseca, destituiu o imperador do trono e instaurou a República no Brasil.

Depois da instauração da República, foi feita uma nova Constituição, em 1891, a segunda da história do país. Nela, as províncias passaram a se chamar estados. Com a nova lei, foram criados como “órgãos da soberania nacional o Poder Legislativo, o Executivo e o Judiciário, harmônicos e independentes entre si” (BRASIL, 1891, Art. 15). Entre os anos de 1891 a 1900, São José dos Pinhais iniciou

¹² Com a perda de território em 1890, onde hoje é parte da região de Araucária e Piraquara, deixam de pertencer a São José dos Pinhais as colônias de Thomas Coelho e Santa Maria do Novo Tyrol. Essas eram também as colônias mais distantes, mais de 22 km do centro urbano são-joseense, o que justifica, em parte, a perda dessas comunidades.

o processo de instauração do seu Executivo com a nomeação dos primeiros prefeitos.

Diferente do Período Imperial, onde os líderes políticos de São José dos Pinhais eram, na sua maioria, descendentes de portugueses e membros do clero, já no início do Período Republicano surgem políticos descendentes de/ou imigrantes que se instalaram no Município. Vários deles, principalmente os de origem italiana, optaram por deixar a área rural e residir no centro da Cidade.

Um desses líderes políticos são-joseenses foi o Coronel Luiz Victorino Ordini, um imigrante italiano radicado no Município que, em 1900, seria eleito primeiro prefeito de São José dos Pinhais e ficaria no cargo por dois mandatos de quatro anos. Naquele ano, a população de São José dos Pinhais era de 14.897 habitantes (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2016).

Contudo, se São José dos Pinhais começava a ter uma estabilidade de poder local permitindo, inclusive, ao seu primeiro prefeito eleito se manter no cargo por oito anos consecutivos, o mesmo não acontecia na esfera estadual. Desde a instauração da República no Brasil, em 1889, até a eleição de Francisco Xavier da Silva em 26 de abril de 1908, o Paraná mudou de governador 18 vezes, além de uma Junta Governativa entre 1891 a 1892. Desses, somente um governador foi eleito (Francisco Xavier da Silva), único governo que durou quatro anos.

Não se pode deixar de mencionar outro fator que justifica a instabilidade regional política paranaense, que certamente refletiu na constituição política de São José dos Pinhais: a Revolução Federalista (1893 a 1895). Essa foi uma guerra civil realizada no Sul do país. Os revolucionários federalistas, também chamados de *maragatos*, queriam a autonomia e a descentralização da região, em especial do Estado do Rio Grande do Sul, diante da recém proclamada República do Brasil.

Instaurada a estabilidade política, tanto no Estado, quanto no Município, tornou-se mais fácil a realização de obras públicas de infraestrutura como o alargamento de estradas, construção de praças e a iluminação pública (que naquela época era a gás). Estas conquistas deram condições para que se colocasse em prática um projeto de construção de um patrimônio escolar na Cidade.

2.2 DA CRIAÇÃO DO PRIMEIRO PRÉDIO ESCOLAR SÃO-JOSEENSE ATÉ OS GRUPOS ESCOLARES

Em 1908, assume o poder municipal o capitão Francisco de Paula Killian, permanecendo no cargo por três mandatos. Isso trouxe estabilidade política à localidade, sendo possível pensar na realização de obras como a do prédio que abrigaria o Grupo Escolar Silveira da Motta.

Outro detalhe relevante ao contextualizar o fato político com a concretização e materialidade do espaço escolar deve-se à formação dos líderes do Executivo dessa época. Assim como é sabido na história do Brasil, a instauração da República no país foi liderada pela ala militar, de um lado, e pela oligarquia latifundiária e pecuarista, de outro. Em São José dos Pinhais, até a década de 1930, todos os prefeitos faziam parte da Guarda Nacional¹³.

Além disso, os dois primeiros prefeitos são-joseenses foram renomados membros da maçonaria, inclusive uma das lojas maçônicas do Município leva o nome de Francisco Killian. A formação dessas pessoas, ao contrário de grande parte da população daquele tempo, revelaria princípios positivistas de *ordem* e *progresso*, materializando-os por meio de instituições e obras públicas de relevância.

Figura 1 - Casa Escola Silveira da Motta (1912)



Fonte: Acervo fotográfico do Museu Municipal de São José dos Pinhais.

¹³ Força militar criada no Brasil em 1831, que existiu até as primeiras décadas do século XX.

É Francisco Killian quem organiza o espaço público da Cidade, com o aumento e o nivelamento das ruas do Centro e a destinação de um local de destaque para a construção do prédio da primeira escola pública do Município. Esse, além de prefeito, também exerceu, concomitantemente, no período o cargo de deputado estadual, o que era permitido na legislação da época. Talvez isso tenha colaborado, dentre tantas coisas realizadas em sua gestão como prefeito, na concretização do espaço patrimonial escolar nessa época.

Havia no território de São José dos Pinhais unidades escolares públicas, conhecidas como *escolas isoladas*. Elas eram, na verdade, professores nomeados pelo Estado para lecionar em locais determinados, geralmente em uma casa ou sala locada por eles. Nelas eram ministradas as aulas, geralmente para vários alunos em diversos níveis de aprendizagem.

Apesar de um dos intuitos da educação escolarizada ser a aculturação da população de descendentes de imigrantes (muitos deles, mesmo nascidos em São José dos Pinhais, falavam apenas a língua de seus pais e avós) por meio do ensino da língua portuguesa, o ensino ainda não possuía um método eficaz de aprendizagem. E se ele resultava em falhas na alfabetização dos alunos brasileiros, mostrava-se ainda com mais dificuldades para as crianças filhas de imigrantes.

Somente em 1908 um grupo de pessoas da elite social e política da localidade, cansados de esperar por uma resposta do Governo do Estado, resolveram dar início à construção da primeira instituição escolar são-joseense. No mesmo ano, através da Lei Estadual nº 788, de 2 de abril, é criada como Cadeira de Instrução (PARANÁ, 2012), destinada apenas para os meninos. Em 1912, é inaugurado o prédio bem no centro da Cidade. Ele possuía 415,55 m², distribuídos em quatro salas de aula, uma sala para a direção escolar, secretaria e dependências sanitárias. A delimitação do espaço era feita por um muro com grades de ferro. Em 1914, passou a se chamar Casa Escolar.

Assim como a escola pública, ainda no início do século XX foi feita uma praça contemplando um paisagismo que tinha, no centro da Cidade, o símbolo da República do Brasil em forma de jardim. Com esses fatos, fica claro o novo modelo arquitetônico de Cidade, tendo como marco não somente a igreja – que abandonaria a arquitetura portuguesa proveniente do Império –, mas também o patrimônio escolar.

No dia 9 de janeiro de 1917, por meio do Decreto nº 7, também conhecido como Código de Ensino do Estado do Paraná (PARANÁ, 1917), foram estabelecidas várias diretrizes para a educação estadual. Dentre elas, a obrigatoriedade de frequência das crianças: “A matrícula e a frequência assidua das meninas de 7 a 12 annos e dos meninos de 7 a 14, em escola publica do ensino primario, são obrigatorias” (*idem*, Art. 41). Contudo, como escolarizar todas as crianças em idade escolar em um território tão grande, como era o de São José dos Pinhais?¹⁴ O próprio Código de Ensino dá a resposta:

Art. 42 – Exceptuam-se da obrigatoriedade:

I As creanças que residirem á distancia de mais de tres kilometros da sede da escola urbana, suburbana ou rural mais proxima ou nas localidades do circuito da mais proxima escola ambulante.

II As que, por enfermidade ou defeito physico permanente, devidamente provados, não puderem frequentar a escola.

III As que receberem em sua residencia ou em escola particular ensino sufficiente. (PARANÁ, 1917, p. 16).

Em 27 de dezembro de 1897, conforme Lei Estadual nº 259, São José dos Pinhais foi elevada à categoria de Cidade. Contudo, conforme aponta Colnaghi, Magalhães, Magalhães Filho (1992), ainda em 1924 a população que vivia na área rural do Município correspondia a 87%. Vários de seus habitantes viviam em colônias ou em comunidades formadas por imigrantes europeus e seus descendentes.

Distante da cidade, a cerca de 9 km, as colônias Murici e Inspetor Carvalho formaram um dos principais espaços culturais de origem polonesa na região. Nesse núcleo populacional, optou-se por um isolamento diante do restante da sociedade são-joseense, formando assim um segundo espaço educacional no Município.

Em 1907, instalaram-se na Colônia Murici as religiosas da congregação das irmãs franciscanas da Sagrada Família de Maria. Essas passaram a assumir a educação das crianças dessa região. Os colonos também construíram uma escola em alvenaria ainda no início do século XX, prédio que até hoje existe na forma de espaço cultural administrado pela Prefeitura de São José dos Pinhais.

O Artigo 4º, do Código de Ensino de 1917, determinava que o poder público deveria inspecionar os estabelecimentos de ensino (públicos e particulares). É implantado assim o Serviço de Inspeção Escolar. A partir de então, os métodos e

¹⁴ Nessa época, o território de São José dos Pinhais correspondia à sua área atual mais as dos atuais municípios de Agudos do Sul, Tijucas do Sul, Mandirituba e Fazenda Rio Grande.

livros adotados, bem como a organização e distribuição dos alunos, eram comunicados ao Estado. Várias restrições passaram a ser impostas às escolas de imigrantes. Isso fica mais claro no Título V desse Código de Ensino, que trata sobre as determinações “Do ensino particular”:

Art. 180 – É obrigatorio em todos os institutos particulares do curso primario ou secundario nacionaes ou estrangeiros o ensino da Lingua Portuguesa.

Art. 181 – Não poderão receber quaesquer favores directos ou indirectos do Estado os institutos ou escolas particulares que não cumprirem os seguintes preceitos:

1º Communicar ao Secretario do Interior a sua abertura e o seu encerramento annuaes;

2º Ensinar a Chorographia do Brasil, a Historia do Brasil e a Lingua Portuguesa, ao menos, de accordo com o programma official do curso primario; [...]. (PARANÁ, 1917, p. 51-52).

Mesmo com as intervenções do Estado e do Governo Municipal para que os imigrantes aprendessem a língua oficial no Brasil – o português – numa escola isolada na comunidade de Costeira (a mais próxima da colônia), os moradores da colônia Murici preferiram manter aulas com professores particulares na escola local por eles construída. O próprio pároco erradicado na colônia no início do séc. XX, o polonês Karol Dworaczek, passou a lecionar a língua polonesa aos filhos dos imigrantes.

O embate entre imigrantes e Estado sobre a instrução em língua portuguesa é descrito por Marochi (2006):

Em um novo país eles procuraram achar soluções para a construção de uma escola, mas uma escola que garantisse o aprendizado da língua polonesa e a preservação dos costumes. O que o governo vinha fazendo em outras localidades era criar uma escola pública, onde era nomeado um professor que trabalhava dentro das leis educacionais brasileiras. Nestas escolas, a língua utilizada era somente a portuguesa e com isto os poloneses da Colônia Murici não concordavam.

[...] seus filhos não frequentavam a escola já criada na localidade de Costeira, mais ou menos próxima à colônia, porque além da distância, nela o professor era brasileiro e seus filhos não compreendiam a língua ali falada. (MAROCHI, 2006, p.76-77).

Anos depois, em 1924, no relatório do inspetor de Ensino do Estado do Paraná, professor César Pietro Martinez, foi repensada a ação do governo e cogitou-se na reabertura das escolas polonesas (MIGUEL, 1997; WACHOWICZ, 2002).

O que se presenciava na Colônia Murici, e que também seria fervorosamente seguido na colônia Marcelino pelos imigrantes ucranianos, foi o isolamento da comunidade da colônia diante da população brasileira no Município, fato que só

seria modificado na segunda metade do século XX. Isso porque, como afirma Marochi (2006, p. 80), “durante décadas a escola da Colônia Murici funcionou com dupla finalidade: alfabetizar dentro dos padrões educacionais poloneses e garantir a continuidade do fervor religioso trazido da Polônia”.

A escola foi um marco para esse espaço escolar, pois mesmo na década de 1930, com a implantação do Estado Novo por Getúlio Vargas no Brasil (1937-1945) e o clima de perseguição moral aos imigrantes nos períodos de Primeira e Segunda Guerras Mundiais (1914-1918 e 1938-1945), não se deixou de ensinar o polonês na escola da Colônia Murici.

Ainda sobre as colônias instadas em São José dos Pinhais no Período Imperial brasileiro, pode-se dizer que houve a formação de outro espaço escolar formado por imigrantes no Município, que foi na região da Colônia Zacarias.

Diferente da Colônia Murici, onde a distância dela até a Cidade era de quase 10 km, a Zacarias foi instalada próximo à área urbana, distanciando apenas 7 km. Além de ter uma distância menor que as outras, as estradas de acesso à Zacarias eram melhores.

A Colônia Zacarias não teve um padre polonês fixo na localidade e nem houve o auxílio educacional de alguma congregação religiosa. Esses fatos, aliados mais tarde à instalação de comunidades rurais com predomínio de descendentes de italianos, farão com que na Zacarias não se concretize um patrimônio escolar expressivo. Esse assunto será mais bem discutido mais adiante.

Mesmo com a instauração da República em 1889, os programas de instalação de colônias agrícolas de imigrantes continuaram. Em São José dos Pinhais foram três delas: em 1891, a Colônia Tenente Coronel Accioli, de iniciativa particular do Barão do Serro Azul¹⁵, com imigrantes italianos, poloneses e suecos; em 1896, a Santos Andrade, com poloneses, italianos, ucranianos, austríacos e suíços; e, e em 1908, a Colônia Afonso Pena, com poloneses, austríacos, suíços, alemães, belgas e franceses.

A Colônia Accioli foi instalada ao lado da Colônia Murici, a 16 km do núcleo urbano do Município. Com a Murici ela teve laços culturais estreitos, principalmente os poloneses. Em vez de construírem sua escola, por exemplo, optaram em

¹⁵ Título de nobreza dado a Ildfonso Pereira Correia, maior exportador paranaense e maior produtor do mundo de erva-mate.

encaminhar seus filhos para estudarem na colônia vizinha. Assim como os imigrantes do Murici, eles preferiram se isolar e preservar a cultura polonesa.

Pode-se dizer que a instalação da Colônia Accioli foi bem sucedida; o mesmo não se pode dizer sobre a Santos Andrade. Localizada a 68 km do centro urbano são-joseense, numa região de serra e bioma impróprio para a lavoura extensiva, esta colônia se mostrou um fracasso. Se não bastasse, a população sofria frequentes ataques de grupos indígenas e a maioria dos habitantes morreu vítima de tifo (MAROCHI, 2006). Os sobreviventes abandonaram a região e migraram para o sudoeste do território de São José dos Pinhais, reforçando o contingente populacional das comunidades da Contenda, Rio de Una, Faxina e Campestre da Faxina. A maioria dos poloneses e, principalmente ucranianos, formaram a comunidade chamada Colônia Marcelino. Mais adiante será falado mais desta comunidade rural, devido à sua importância na formação de um novo espaço escolar no Município.

Em 1908, no território da histórica Fazenda Águas Bellas, onde foi instaurada a primeira capela em solo são-joseense, foi fundada a Colônia Afonso Pena, em homenagem ao então presidente brasileiro Afonso Augusto Moreira Pena. Diferente de outras colônias que tiveram a presença de imigrantes poloneses, esses vieram da parte da Polônia onde houve invasão russa, e não austríaca ou alemã. Dessa forma, os seus moradores se preocuparam mais com a criação de uma escola e de uma cooperativa do que em construir uma igreja.

Ao lado da cooperativa instituída pelos poloneses do Afonso Pena, em 1916 foi construída a primeira escola de madeira, intitulada Escola Pública Afonso Pena. Constituída de uma sala, ela comportava, em média, 50 alunos.

Em 1930, a escola passa a se chamar Casa Escolar Afonso Pena. Nela, assume como diretor o normalista Jorge Nascimento, que também dirigiu o Grupo Escolar Silveira da Motta, em 1919.

Os imigrantes poloneses da Colônia Afonso Pena, em vez de se isolarem como os da Colônia Murici e Accioli, preferiram a proximidade com os moradores do centro da Cidade. A maioria deles começou a deixar a colônia na década de 1940. Na mesma época é instalado o aeroporto na região.

Além da fundação de colônias oficiais agrícolas no Município, houve a criação de outras comunidades de imigrantes em São José dos Pinhais. Elas começaram a

se formar no final do século XIX e início do XX, convivendo com os descendentes dos colonizadores portugueses, presentes no Município desde o século XVII.

Com o reforço populacional dessas comunidades serão definidos os espaços culturais que se desenvolverão, de um lado, o aumento populacional e o desenvolvimento econômico na área urbana do Município; e, de outro, o reforço da preservação da cultura polonesa e ucraniana e o desenvolvimento da economia agrícola na área rural.

Diferente da maioria dos imigrantes de origem eslava (poloneses, ucranianos e russos), os italianos optaram por se instalarem nas proximidades do espaço urbano de São José dos Pinhais. Isso se deve, principalmente, por três motivos: a língua, pois para eles era mais fácil compreender e aprender a língua portuguesa praticada no Brasil; a herança econômica, onde os italianos já exerciam diversas profissões no espaço urbano italiano ou faliram com a perda e a fragmentação do patrimônio rural, tornando-se insustentável conviver com a economia latifundiária; e cultural, pois os italianos não procuraram se isolar ou criar escolas e igrejas que separassem italianos de brasileiros.

Os imigrantes italianos optavam pela proximidade com os brasileiros e tiveram aptidão para criar frentes de trabalho e prestação de serviço ou em se apresentar como mão-de-obra qualificada. Sua fixação próxima ao espaço urbano se tornou mais interessante para eles. De fato, várias comunidades rurais foram instaladas nos arredores da Cidade, como a Colônia Rio Grande, a 4 km do Centro, Barro Preto (9), Costeira (10), Campina do Taquaral (10,5) e Cachoeira (13). De acordo com Marochi (2006):

[...] constata-se que no processo de crescimento da vila/cidade e seus arredores, os imigrantes italianos tiveram uma participação marcante. A maioria deles fazia parte do grupo de imigração espontânea e, exercendo as mais diferentes atividades, todos procuravam garantir a permanência nos locais onde se instalavam. Era no espaço urbano que eles acreditavam vencer ou obter o sucesso financeiro. (MAROCHI, 2006, p. 287).

A exceção da formação de comunidades espontâneas italianos foi o Mergulhão (que depois foi popularmente conhecida como Colônia Mergulhão) que, mesmo a 11 km da Cidade, preferiu na primeira metade do século XX conviver com a colônia de poloneses ao lado, a Murici. Além da comunidade rural no Mergulhão, houve outras, de origem polonesa, que incrementaram o espaço rural em volta da Colônia Murici: Malhada, Avencal e Capão Grosso.

Com o fracasso da Colônia Santos Andrade, a população sobrevivente de ucranianos e poloneses migrou para a região sudoeste são-joseense. A maioria decidiu se estabelecer na região conhecida como *Marcelinos*, adquirindo seus lotes diretamente dos comerciantes de terras Flanklin Gonçalves Cordeiro e Marcelino José Nogueira.

Diferente de parte do contingente populacional que migrou da colônia Santos Andrade, os ucranianos que se fixaram no Marcelinos (depois conhecido como Colônia Marcelino) não se misturaram com os brasileiros, formando uma colônia isolada, assim como a de Murici.

Sobre a Colônia Marcelino, é importante falar que ela teve no mesmo núcleo territorial duas comunidades, que por sinal também não se misturavam. Em uma parte da colônia moravam os ucranianos – que, como foi dito, optaram por se fechar e manter a cultura de origem. Na outra, os descendentes de poloneses que, apesar de também construírem sua própria igreja, preferiram com o tempo se aculturar com os brasileiros, aprendendo a língua local com mais facilidade.

Ainda no início do século XX, de acordo com o *Inventário da Arquitetura Antiga de São José dos Pinhais*, realizado pela Secretaria Municipal de Urbanismo, (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2012), os imigrantes ucranianos construíram sua primeira igreja de madeira em louvor à Santíssima Trindade. Em 1927 teve início a construção da igreja em alvenaria, concluída em 1932. Nela foi anexado o Educandário Sagrado Coração de Maria, que desde a sua fundação foi administrado pelas irmãs servas de Maria Imaculada.

Conforme o que já foi dito, as ideias culturais de comunidade e educação defendidas pelas colônias Murici e Marcelino iam de encontro ao modelo de escola que era imposto pelo Estado em terras são-joseenses. Deve-se considerar que se havia, por um lado, uma negação da cultura brasileira em defesa dos costumes dos países de origem dessas colônias; por outro, um dos grandes empecilhos da aculturação dessas comunidades era o aprendizado da língua portuguesa ser muito diferente da língua materna dos descendentes de poloneses e ucranianos – as idiossincrasias de cada língua. O resultado disso foi que os imigrantes eslavos, principalmente, insistiram em falar a língua de origem em casa, prejudicando assim a assimilação da língua falada pelos brasileiros.

Isso justifica, em parte, a maior dificuldade dos imigrantes de origem eslava em se adequarem à cultura brasileira em comparação aos imigrantes de origem

latina, como os italianos e seus descendentes. Com o passar dos anos, fica visível que, na grande maioria dos casos, em localidades onde a imigração foi de origem polonesa e ucraniana a população preferiu trabalhar na lavoura e construir suas próprias escolas e igrejas, longe da Cidade.

O que viria a ser o espaço urbano são-joseense tem sua origem ainda no século XVIII, com a edificação da primeira capela de madeira em louvor a São José. No início do século XX, mesmo com o regime republicano no país, a arquitetura do pequeno espaço urbano ainda apresentava características da herança do padroado, com uma igreja de alvenaria em estilo português e casas alinhadas parede a parede, uma ao lado da outra, circundando o prédio da igreja matriz.

Com a chegada dos padres alemães da Sociedade do Verbo Divino (SVD) em São José dos Pinhais, em 1899, a direção da paróquia matriz da Cidade deixaria de pertencer aos padres seculares, descendentes de portugueses e brasileiros. O centro urbano passa, assim, por diversas modificações de costumes e também na sua arquitetura. Esse fato é confirmado por Marochi (2007):

A realidade tão comum a todos, conheceu as primeiras mudanças a partir do final do século XIX. No ano de 1899, Dom José de Camargo Barros, nomeado primeiro bispo após a criação da nova Diocese de Curitiba, delegou a direção da paróquia de São José dos Pinhais a um grupo de religiosos europeus [...]. Os padres da Congregação Do Verbo Divino assumiram o comando religioso poucos anos após a instalação da República no Brasil, ou nos primeiros momentos após a religião católica deixar de ser a religião oficial do país. (MAROCHI, 2007, p. 131).

As mudanças implantadas pelos *padres verbitas* no início do século XX teve como uma das prioridades a demolição e construção de uma nova igreja matriz, deixando de ser em estilo português para assumir uma arquitetura neoclássica, mais moderna para a época.

O dinamismo dos verbitas deu novo impulso a uma paróquia quase abandonada. Seus primeiros cuidados visaram dar aos são-joseenses uma nova matriz, visto que a existente não mais correspondia às exigências de uma ordenada administração paroquial. (COLNAGHI; MAGALHÃES; MAGALHÃES FILHO, 1992, p. 118).

Para isso, os padres verbitas contaram com a mão de obra dos imigrantes e seus descendentes que já faziam parte da população do espaço urbano de São José dos Pinhais nessa época.

Por longos anos, muitos deles trabalharam como carpinteiros ou pedreiros. Alguns deles eram bem conhecidos na sociedade são-joseense e sempre

procurados para a construção ou reforma das casas. No centro da cidade, ainda no início do século XX, ficaram famosos os trabalhos de carpintaria do imigrante italiano Francisco Zeni e seus filhos. A construção da atual Igreja Matriz, cujas obras iniciaram no ano de 1905, contou com os serviços de vários imigrantes e seus descendentes diretos. (MAROCHI, 2006, p. 278).

A iniciativa de uma reconstrução de filosofia religiosa dos padres verbitas estava afinada com o novo processo de romanização do mundo católico. No Brasil, esse “projeto” foi ainda mais decisivo depois da instauração da República, onde uma das consequências foi o final da religião oficial em território brasileiro, que desde o Brasil Colônia era a Igreja Católica. Não se pode esquecer que esse “processo de romanização” em São José dos Pinhais já vinha acontecendo nos núcleos rurais do Murici e, depois, do Marcelino, onde a criação de suas igrejas e escolas eram também uma forma de impor a ideologia católica diante do Estado laico.

Outra importante ação da Igreja no espaço urbano de São José dos Pinhais foi a criação de uma escola paroquial. Ela, inclusive, foi criada antes da cadeira de instrução masculina, que viria ser a Escola Silveira da Motta. Dessa forma, Estado e Igreja criavam suas instituições distintamente e realizavam obras na sociedade para, por meio do seu patrimônio arquitetônico no espaço urbano, demarcarem seu poder e força ideológica perante a população são-joseense.

Outra iniciativa que concentrou esforços dos padres verbitas foi a criação em 1900, logo ao chegarem, da escola paroquial, à qual o Padre João Lux dedicou-se de corpo e alma, até suceder como vigário o padre José Schimid em 1902. A partir daí, parte da escola ficou entregue às Irmãs “Servas do Espírito Santo”, que assumiram definitivamente a direção da escola em 1905, quando da transferência do Padre Lux para Ponta Grossa. (COLNAGHI; MAGALHÃES; MAGALHÃE FILHO, 1992, p. 122).

Apesar de Igreja e Estado defenderem suas ideologias e na Constituição estarem separadas, no cotidiano da vida são-joseense isso não era evidente. Mais do que isso, a Igreja e os poderes políticos tinham, de certa forma, um bom relacionamento. Há de se lembrar que a grande maioria da população do Município era católica e levaria décadas para que, de fato, a escola fosse laica e a população almejasse isso.

Com o Código de Ensino de 1917, são implantados no Paraná os grupos escolares. Em São José dos Pinhais isso ocorreu em 1919, substituindo a Casa Escolar de São José dos Pinhais; ela passa a se denominar Grupo Escolar Silveira da Motta – em homenagem ao juiz são-joseense Joaquim Ignácio Silveira da Motta, que também foi chefe superintendente de Ensino local, no ano de 1884.

Os grupos escolares surgem no Brasil como um projeto republicano de renovação da educação no país, onde se deixava de ensinar individualmente, por meio de aulas particulares ou em escolas isoladas, para padronizar o ensino primário em escola graduada.

Nesse sentido, a substituição do método individual pelo simultâneo constituiu um eixo importante da escola graduada, pois, através do ensino simultâneo, o professor ensinava a mesma lição a todos os alunos com se fossem um só, sendo, para isso, necessário homogeneizar os grupos redistribuindo os alunos em graus e classes. Essa organização escolar sofreu influências do princípio da divisão do trabalho, presente na revolução industrial. (SÁ, 2016, p. 1).

Com isso, o Grupo Escolar passa a ser um equipamento público de preparação da população para a nova realidade econômica, que começa a surgir no Brasil, mesmo que de forma tímida. Nessa época, São José dos Pinhais já tinha sua primeira indústria, de propriedade do imigrante italiano João Senegaglia, localizada no Centro do Município. Nela se fabricava utensílios dos mais diversos, como chocolateiras, canecas, baldes, panelas, e até placas de automóveis.

A integração com Curitiba, porém, por meio de transporte coletivo, só seria possível no final da década de 1920, quando a população de São José dos Pinhais já havia passado de 27 mil pessoas.

Somente em 1928, teve início uma linha regular de transporte ligando São José dos Pinhais à Curitiba. Tratava-se do primeiro ônibus, um Ford “de empurrar com o pé”, do que viria a ser a Auto Viação São José dos Pinhais, de propriedade de Antonio Zen. A chegada do primeiro automóvel na cidade data de dois anos antes, ocasião na qual Onofre Chiuratto causou sensação ao dirigir pelas ruas seu reluzente modelo Ford. (COLNAGHI; MAGALHÃES; MAGALHÃES FILHO, 1992, p. 132).

Na década de 1930, mesmo o país passando por um expressivo impulso industrial no então Governo Vargas, a educação em São José dos Pinhais não era vista pela população como base para ascensão social. Muitos pais ainda deixavam de mandar seus filhos para escola para lhes utilizarem como mão-de-obra na lavoura e nos afazeres domésticos. Uma realidade que vai perdurar por décadas.

Contudo, a elite intelectual e política da época já avistava a educação como uma instituição de progresso social e que precisava ser compreendida pela população como tal.

Quando a professora Dolores Taborda Ribas assumiu a direção do Grupo Escolar Silveira da Motta, em 1934, encontrou-o em franca decadência,

uma vez que não havia ainda desenvolvido-se nos pais a consciência da importância da educação formal de seus filhos. Contando com a colaboração do juiz de direito James Portugal de Macedo, ela desencadeou uma campanha de conscientização dos pais, de excelentes resultados na ocasião. Foi iniciativa sua, também, a criação do curso complementar, de 2 anos, após o primário. Já que São José dos Pinhais não tinha ainda o curso ginasial, o complementar passou a valer como ginasial para o exercício do magistério. (COLNAGHI; MAGALHÃES; MAGALHÃES FILHO, 1992, p. 126).

No fim do *Estado Novo* no Brasil, com a destituição de Getúlio Vargas do poder presidencial em janeiro de 1946, o processo democrático volta a ser instituído no país. Surge assim uma nova classe política em São José dos Pinhais.

Até meados de 1940, mesmo o Município possuindo dois grupos escolares – nessa época a Casa Escolar Afonso Pena já havia se tornado grupo escolar – quem pretendesse estudar além do ensino primário teria que se deslocar até Curitiba para fazer o curso ginasial.

São José dos Pinhais nessa época começava a formar outras instituições públicas. Uma delas foi a fundação, em 1946, de um clube de Rotary no Município. A diretoria era composta pelo médico João Ernane Bettega (presidente), pelo também médico Atilio Talamini (tesoureiro) e pelo advogado Dario Marchesini. São esses personagens que atuaram decisivamente pela criação do primeiro ginásio público da Cidade.

Cansados de esperar que o poder público atendesse à antiga reivindicação pelo curso ginasial, um grupo de são-joseense [sic] tomou a iniciativa e criou em 1947 o Ginásio Costa Viana. Foram eles: O Dr. Atilio Talamini, Dr. João Ernane Bettega e Dr. Dario Marchesini. Buscaram auxílio e orientação na pessoa do Dr. Luiz Anibal Calderari, diretor do Colégio Parthenon da Capital. (COLNAGHI; MAGALHÃES; MAGALHÃES FILHO, 1992, p. 130).

Fazer parte do clube de Rotary em São José dos Pinhais em meados do século XX, em suas devidas proporções, seria como que um requisito para quem almejava a carreira política, assim como foi ser membro da Guarda Nacional e da Maçonaria no final do século XIX e início do XX. Prova disso é que vários políticos de destaque nas décadas de 1940 e 1960 foram rotarianos, como foi o caso de Silvio Pinto Ribeiro, Dario Marchesini, Atilio Talamini, Francisco Quirino dos Santos e Flávio Zétola, todos assumindo a função de prefeito nesse período.

Logo depois da inauguração do Ginásio Costa Viana, a Igreja Católica local inaugura seu Ginásio. Ele seria uma ampliação da Escola Paroquial São José:

São José dos Pinhais em 1950 ganhou novo ginásio, dirigido pelas freiras da congregação francesa de São José. O Ginásio São José funcionava no prédio que mais tarde a congregação venderia ao Hospital Psiquiátrico Pinheiro. As irmãs de São José substituíram as irmãs da Divina Providência, que desde o início da década de vinte administravam a Escola Paroquial São José. Tratava-se de escola primária mista, com internato e semi-internato, onde gerações de são-joseenses aprenderam, tanto as primeiras letras, quanto música, trabalhos manuais e religião. (COLNAGHI; MAGALHÃES; MAGALHÃES FILHO, 1992, p. 131).

Em 1947, São José dos Pinhais voltaria a escolher os seus representantes por meio de sufrágio universal. Nessa época dois grupos políticos merecem destaque, tendo Dario Marchesini (UDN)¹⁶ e Ernesto Moro Redeschi (PSD)¹⁷ como seus principais líderes. No dia 2 de dezembro daquele ano tomam posse o prefeito Elpídio Monteiro Espínola e mais 12 vereadores. Contudo, quatro meses depois, Elpídio renuncia o cargo. Assume no lugar dele o presidente da Câmara, o vereador Dario Marchesini. Conforme a lei da época, dois meses depois assume o Executivo Municipal o segundo colocado das eleições, Ernesto Moro Redeschi.

Uma grande vantagem para a comunidade são-joseense com a posse de Ernesto Moro na Prefeitura foi o fato de ele ser filiado ao PSD, mesmo partido do então governador, Moysés Lupion e do presidente da República, Eurico Gaspar Dutra. Esse estreitamento político fez com que o Governo do Estado do Paraná assinasse um contrato de construção de um novo prédio para ser sede do Grupo Escolar Silveira da Motta.

De acordo com o arquivo do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria Municipal de Cultura de São José dos Pinhais (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2002), o Departamento de Edificações do Estado do Paraná realizou concorrência pública no dia 21 de fevereiro de 1949 para a execução das obras do novo prédio do Grupo Escolar Silveira da Motta.

¹⁶ União Democrática Nacional, fundado em 1945, possui ideologia de conservadorismo social e liberalismo econômico, foi um partido de direita e de oposição a Getúlio Vargas.

¹⁷ Partido Social Democrático, também fundado em 1945, de ideologia liberal-econômica populista, conservadorista fiscal e de centro-direita. Era um partido pró Getúlio Vargas.

Figura 2 - Prédio do Grupo Escolar Silveira Da Motta – década de 1950



Fonte: Arquivo fotográfico do Museu Municipal de São José dos Pinhais.

A 8 de março de 1949 foi dado o parecer da Comissão de Julgamento da Concorrência Pública, que escolheu a empresa Achilles Colle como a melhor proposta para a realização das obras – Cr\$ 1.115.373,50 (Cruzeiros) contra Cr\$1.234.357,00, da Construtora Mueller e Caron Ltda. No dia 7 de janeiro de 1950, o Termo de Contrato do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (protocolo 183, instrução n. 8) cita a empresa Achiles Colle como a que foi contratada para realizar o trabalho, conforme publicação no Diário Oficial do Estado, n. 252, de 26 de dezembro de 1949 (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2002).

Para a sociedade são-joseense, a construção desse novo patrimônio escolar foi encarada como um símbolo histórico. Em 1953, São José dos Pinhais e o Estado do Paraná completariam 100 anos de emancipação política. O novo prédio do Grupo Escolar Silveira da Motta foi ostentado como uma das obras públicas de maior relevância para o progresso da Cidade. Uma fotografia do prédio, mesmo ainda em construção, aparece na Edição Especial do Centenário, do jornal Correio de São José, de 8 de janeiro daquele ano (CORREIO DE SÃO JOSÉ, 1953).

A euforia da sociedade são-joseense com o novo prédio do Grupo Escolar não era para menos. Seu tamanho era mais que o dobro do prédio anterior, passando a ter quase 1.000 m² de pavimento térreo e 170 m², no piso superior. Nele foram construídas oito salas de aula, de 48 m² cada uma. O projeto contemplava

ainda a construção de outros espaços no prédio para abrigar a biblioteca, o almoxarifado, o museu, a sala da diretoria, a sala de professores, a secretaria, um gabinete médico e outro dentário, um depósito, uma cantina e banheiros masculino e feminino.

O novo prédio atendia às novas determinações e concepções de espaço escolar, onde deveria haver condições de trabalho não mais para um professor e sua turma, mas que pudesse abrigar uma equipe escolar, tendo o diretor como seu administrador. O Grupo Escolar passa assim a ser um patrimônio de destaque dentro do espaço urbano, sendo construído em local nobre e respeitando concepções modernas de ordem, limpeza e organização.

Os edifícios destinados aos grupos escolares apresentavam algumas semelhanças. Instalados em lugares de destaque nas cidades, seja na capital ou no interior, esses edifícios marcaram não só pela imponência e pela localização, mas também pelo seu significado no cenário urbano. A entrada era única, porém a parte interna era dividida por sexo, sendo as alas destinadas à seção masculina ou feminina. No meio do prédio, havia um pátio que unia as salas de aula. Havia também muitas janelas que permitiam a iluminação e a circulação do ar, atendendo aos preceitos higienistas. (SÁ, 2016, p. 4).

Contudo, o que era euforia passou a ser tema de discórdia devido ao abandono das obras do novo prédio do Grupo Escolar. Isso porque, com as eleições majoritárias de 1951, Moysés Lupion deixa o Governo do Estado para a entrada do *udenista* Bento Munhoz da Rocha Neto. Para prefeito, foi eleito, em dezembro daquele ano, João Nester do PTB, mesmo partido que elegeu Getúlio Vargas a presidente. Os dois partidos, o do prefeito de São José dos Pinhais e do governador do Estado, eram oposição um ao outro, justificando, em parte, a não continuidade das obras iniciadas no governo anterior, onde Prefeitura e Governo de Estado e Federal comungavam da mesma legenda.

O mais interessante é que nesse período, entre 1951 a 1955, São José dos Pinhais tinha dois representantes eleitos na Assembleia Legislativa – Dario Marchesini, pela UDN e Ernesto Moro Redeschi, pelo PSD – e nenhum deles conseguia junto ao Governo do Estado dar uma solução para o caso. Em 1954, a imprensa são-joseense começou a denunciar a situação precária do imóvel do grupo escolar, enquanto as obras do novo prédio ficaram sem conclusão:

Nos dias atuais a matrícula estará muito aumentada, frequência maior, naturalmente, e as salas de aula são as mesmas de quando o prédio era

considerado pequeno. Alguma diferença existe, porém. É que atualmente, o prédio está carecendo de reformas urgentes, estando com vidros partidos, caxilhos quebrados, goteiras nas diversas salas, mitórios em condições anti-higiênicas e desconforto do professorado e alunos. O prédio atual, sem receber qualquer reparo ou melhoramento, dentro em pouco está em condições de não mais ser possível a sua habitação, e os alunos naturalmente, entrarão em férias bem prolongadas por falta de um local apropriado para serem ministradas as aulas. Não é justo que o novo Grupo Escolar continue abandonado em sua fase final de construção, pelo Governo, e esteja servindo de local para crianças brincar ou ainda de albergue noturno. (CORREIO DE SÃO JOSÉ, 1954, p. 3).

Em entrevista realizada por Zem (2004) com a professora Filomena Cozetti Galante – a primeira diretora do Grupo Escolar Silveira da Motta no novo prédio – a docente declara que o impasse para a conclusão das obras só foi resolvido com a intervenção da direção da instituição de ensino e o estreitamento de relações desta com o secretário de Viação e Obras Públicas do Governo do Estado.

Quando eu assumi a direção do Silveira da Motta [o antigo], estava com as telhas quebradas, o gabinete não dava para entrar. As salas você precisa saber que situação estava!...(...) No prédio novo eu fui a primeira diretora, em 1955, porque quando eu assumi a direção quando era na Câmara de Vereadores, as obras do Silveira da Motta estavam paralisadas, aí arranjei com Seu Ernesto um cartãozinho para o Dr. Raul Macedo, que era Secretário de Obras e Viação, que era o moço encarregado. Fui, Dr. Raul me mandou pro Palácio do Governo. Para encurtar a história para você, eu ia toda semana na Secretaria e no Palácio do Governo e em oito meses a gente conseguiu a inauguração do grupo. (ZEM, 2004, p. 54).

O ofício n. 517/55, da Secretaria de Viação e Obras Públicas, expedido pelo próprio secretário Raul de Azevedo Macedo e encaminhado ao secretário de Educação e Cultura do Paraná, Nilson Baptista Ribas, confirma a entrega do prédio à comunidade escolar, mesmo em caráter condicional – ou seja, com a liberação judicial, mesmo sem a conclusão total da obra. É o que atesta os Autos de Tombamento do Colégio Silveira da Motta:

Curitiba, 27 de setembro [de 19]55

SENHOR SECRETÁRIO:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, pelo DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES, desta Secretaria, a 14 do corrente, foi recebido o prédio destinado ao GRUPO ESCOLAR de São José dos Pinhais, em caráter condicional, tendo em vista a grande necessidade da ocupação do referido grupo, por essa Secretaria.

2) – Outrossim, comunico a Vossa Excelência que as chaves do mesmo, foram entregues à Sra. Diretora do Grupo Escolar daquela localidade. (Prot.10706/55-SVOP). (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2002).

O novo prédio do Grupo Escolar Silveira da Motta passaria a ser o patrimônio de referência para o ensino público do Município. A instituição escolar também

passou a se adequar às Leis Federais – as Leis Orgânicas do Ensino, de 1942 a 1946, também chamadas de Reforma Capanema: Lei do Ensino Secundário (nº 4.242/1942); Lei do Ensino Comercial (nº 6.141/1943); Lei do Ensino Primário (nº 8.529/1946) e Lei do Ensino Normal (nº 8.530/1946).

Em 1956, passou a fazer parte do novo prédio do Grupo Escolar o Ginásio Costa Viana (26 de janeiro de 1956), que deixava de ser particular com a sua estadualização, e a Escola Normal Colegial Estadual Henrique Pestalozzi, que oferecia o ensino profissional de formação para o exercício do magistério (PARANÁ, 2012).

No ano seguinte, em 1957, é anexada à escola de formação de magistério a Escola de Aplicação Olavo Bilac, de 1ª a 4ª série, destinada ao estágio das futuras professoras. Em 1960, o Grupo Escolar sediaria uma escola de Ensino Médio de formação técnica em contabilidade, o Colégio Comercial Estadual Roque Vernalha, funcionando no local até 1979.

O Ginásio Costa Viana é elevado a Colégio pela Lei nº 3.929, de 17 de março de 1959, mas permanece no prédio do Grupo Escolar até 1967. Dois anos depois, por meio da portaria nº 2.869/1969, é transferido para prédio próprio, local onde se encontra até hoje, à Rua Paulino de Siqueira Côrtes (ZEM, 2004).

Em 1972, o espaço escolar implanta o chamado Ensino Supletivo Fase I e a Educação Integrada para adultos, no período da noite. No ano seguinte, passa a ofertar o ensino de 5ª a 8ª série, sendo de grande importância, principalmente com a saída do Ginásio Costa Viana.

Em 1974, a Escola Normal e a Escola de Aplicação seriam transferidas para o antigo prédio do Seminário do Verbo Divino, na Rua Sete de Setembro com a Rua Veríssimo Marques. Dois anos depois, o Grupo Escolar Silveira da Motta passa a se chamar Escola Estadual Silveira da Motta – Ensino Regular e supletivo de 1º grau.

Por meio do Decreto nº 6.337, de 21 de fevereiro de 1979, foi criado pela Secretaria de Educação do Paraná o Complexo Escolar Iguaçu – Ensino de 1º e 2º Graus, no prédio onde foi instalado o Ginásio Estadual Costa Viana. Nesse espaço são sediados, além do Ginásio Costa Viana, a Escola Normal Colegial Henrique Pestalozzi, o Colégio Comercial Estadual Roque Vernalha (também deixando de pertencer ao Grupo Escolar Silveira da Motta), o Grupo Escolar Afonso Pena e a Escola de Aplicação Olavo Bilac (ZEM, 2004). A partir daquele ano, esse local passaria a abrigar o espaço de ensino profissional público de São José dos Pinhais.

O reconhecimento da importância, tanto arquitetônica, quanto institucional, faria com que o Poder Executivo Municipal preservasse a memória da antiga escola Silveira da Motta com o tombamento do seu primeiro prédio inaugurado em 1912. O *tombo* do Patrimônio Cultural aconteceu por meio do Decreto Municipal nº 249 de 1980. O imóvel abriga hoje a Biblioteca Municipal Scharffenberg de Quadros. Em 2004, o prédio que abrigou o Grupo Escolar Silveira da Motta nos anos de 1955 a 1976 também seria tombado, dessa vez pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural (Compac), no dia 30 de março. O imóvel funciona atualmente como Colégio Estadual Silveira da Motta. Até hoje, esses dois prédios são os únicos prédios escolares tombados como Patrimônio Cultural de São José dos Pinhais.

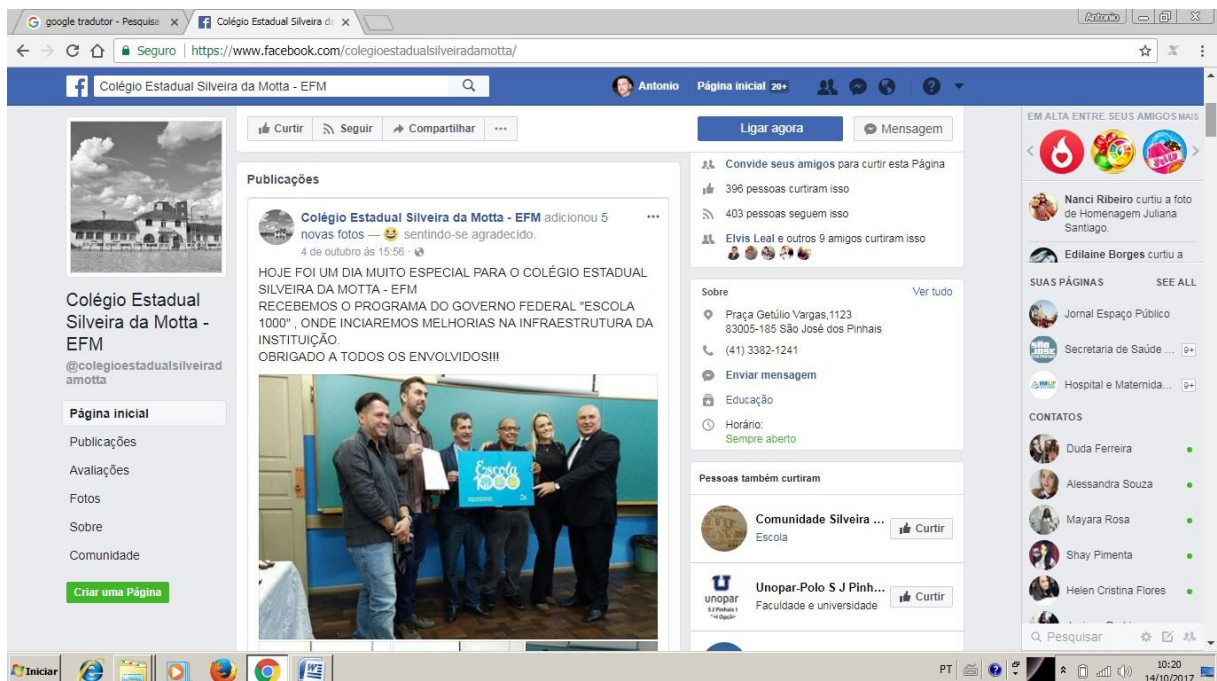
O Grupo Escolar Silveira da Motta, dentre os diversos espaços escolares de São José dos Pinhais, pode ser entendido como o mais representativo para a constituição do patrimônio escolar do Município, principalmente sendo ele símbolo do ensino público entre os anos de 1919 a 1976, e pela importância que os dois prédios que o abrigaram representam para o patrimônio cultural da Cidade.

3 AS MÍDIAS SOCIAIS COMO FERRAMENTA DE POPULARIZAÇÃO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Até agora foi feita uma breve análise contextualizada da história da educação em São José dos Pinhais, um dos objetos de estudo desta dissertação. Nesse capítulo passa-se a discutir de que forma popularizar e ainda receber contribuições da população por meio das mídias sociais, em especial por meio de um *blog* e uma *fanpage* (página) no *Facebook*.

Atualmente, com a proliferação das redes sociais e o fácil acesso à Internet, por meio de computadores pessoais e celulares, várias unidades escolares têm *fanpage*. Contudo, como é o caso do Colégio Estadual Silveira da Motta, elas se restringem à divulgação de eventos da escola, avisos e divulgação de eventos, não para a publicização da história e espaço escolar. Esta será a proposta desta dissertação: a criação de mídias sociais na Internet com foco na divulgação e preservação da história da educação de São José dos Pinhais.

Figura 3 - Fanpage do Colégio Estadual Silveira da Motta



Fonte: Facebook pessoal do autor.

O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na esfera pedagógica é cada vez mais tema de pesquisa, tanto acadêmica, quanto de

mercado. As tecnologias agilizam as mudanças da sociedade. Uma realidade que, atualmente, é vista com ferramentas tecnológicas e softwares que se tornam novidades e de última geração hoje e que, em poucos meses, já são obsoletos. Basta lembrar o uso em massa da rede social *Orkut* e a sua progressiva baixa adesão com o lançamento do *Facebook* e *Instagram*.

Isso faz com que o autor deste trabalho também tenha consciência de que assim que essa dissertação for aprovada e se torne pública pela própria Internet – por meio do banco de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), ou outros portais de produção científica –, os objetos aqui usados como referência de divulgação da história da educação de São José dos Pinhais podem já não estar em moda. Por isso, a finalidade de utilizar, tanto o *Facebook*, quanto um *blog*, como objetos de pesquisa servem como referência de como trabalhar com a história da educação com o auxílio das tecnologias de informação, que se encontram atualmente disponíveis na sociedade.

Os objetos de pesquisa poderão servir como modelo para:

- 1) o entendimento das mídias sociais virtuais como ferramentas de democratização e popularização para conteúdos de história da educação;
- 2) apresentar possibilidades de trabalhar com história e novas tecnologias;
- 3) possibilitar a preservação da história por meio da memória virtual;
- 4) que as mídias sociais possam ser o *lócus* para uma Educação Patrimonial.

A grande vantagem de se trabalhar com as mídias sociais é que elas podem ser um importante canal de comunicação e aprendizagem e, ainda, estarem embasadas no acesso democrático do conteúdo – desde que, é claro, tenha-se acesso a um computador pessoal/público com Internet e obtenha-se uma conta de *Facebook*¹⁸.

O espaço online nasce como um canal de divulgação e preservação do conteúdo histórico e patrimonial, aqui simbolizado e tendo como objeto de estudo os espaços de educação do Município de São José dos Pinhais – em especial dos prédios que abrigaram o Grupo Escolar Silveira da Motta, hoje tombados como patrimônio cultural e artístico. Isso é possível por meio da divulgação de imagens fotográficas e históricas dos prédios, das classes escolares de décadas anteriores,

¹⁸ Para acessar conteúdo no *Facebook*, faz-se necessário ter um perfil nessa rede social.

da publicação *online* de documentos, artigos, texto de jornais, etc, nos canais virtuais aqui propostos.

A ideia também é criar um espaço de relacionamento com as pessoas que estudaram ou trabalharam nessas unidades de ensino, incentivando que elas manifestem suas lembranças, experiências, objetos de recordações (fotos, boletins, tarefas escolares da época, etc).

Figura 4 - Portal do Museu Paranaense (Museu virtual)



Fonte: Site do Museu Paranaense <<<http://www.museuparanaense.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=215>>>.

O uso de páginas de *Facebook* ou *blogs*, como foi dito, é uma realidade. Várias instituições, tanto de ensino, quanto de acervo museológico, possuem domínios nas redes sociais e na Internet, de forma geral. É o caso dos museus virtuais – por exemplo, o Museu Paranaense (figura 4). Muitos deles apresentam recursos tecnológicos que atraem os visitantes. Com eles, os usuários podem não só conhecer as peças arqueológicas, mas, também, estimular a educação patrimonial por meio de recursos lúdicos e pedagógicos em caráter virtual.

Antes de tratar de como será a proposta de seu uso para a divulgação da história da educação de São José dos Pinhais e de como isso pode colaborar, inclusive, para a preservação da memória da educação são-joseense, passar-se-á a

discorrer sobre o conceito e a contextualização das mídias sociais na sociedade, especialmente na sua relação com a educação.

3.1 AS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E AS TRANSFORMAÇÕES NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA SOCIEDADE

Na atualidade, a palavra comunicação é muitas vezes vista como meios ou veículos de comunicação, ou seja, uma metonímia ou transnomação do que ela é, de fato. Isso se deve em boa parte ao impacto que as novas tecnologias têm na contemporaneidade, principalmente o acesso cada vez mais globalizado das modernas descobertas tecnológicas, que chegam ao maior número de pessoas por meio de produtos comercializados no mercado.

Mas é válido lembrar que essa *curta duração*¹⁹ – entre o lançamento de um produto mais moderno e outro mais moderno ainda – criou uma sensação ilusória de que a atual sociedade em que vive a humanidade está no ápice tecnológico e que tradicionais instituições, como as de educação, estão fadadas a desaparecerem ou a ser totalmente modificadas.

A tecnologia não é uma coisa tão nova como se convencionou entendê-la, mas fruto de mudanças que vêm acompanhando o homem ao longo de milhares de anos de evolução. O celular, por exemplo, é o acúmulo de muitas tecnologias de comunicação. Várias delas remetem ao século XIX, como é o caso do rádio, telefone, máquina de escrever, câmera fotográfica, e até ao século XVIII, como é o caso do telégrafo.

Não se pode esquecer também que muitas dessas descobertas foram possíveis com a de outras coisas ainda mais fundamentais para o processo evolutivo das tecnologias de comunicação, como é o caso da bateria, da luz de carbono e depois elétrica, do entendimento de como funcionam os elementos químicos, físicos e biológicos para que fosse possível se criar os componentes de

¹⁹O conceito de curta duração e longa duração foi abordado pelos teóricos dos *Annales*, especialmente por Fernand Braudel na sua tese *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo à Época de Felipe II*, defendida em 1947. A temporalidade do estudo em história deixou de ser entendida apenas como cronológica e passou a ser analisada no binômio estrutura e conjuntura. De acordo com Cardoso e Vainfas (1997), os fatos históricos passaram a ser pesquisados como duração: curta (ou rápida), média ou longa (lenta). Para as de **curta duração** compreendem-se os eventos efêmeros e passageiros, mesmo que impactantes, como as mudanças relacionadas à tecnologia; de **média duração**, por exemplo, a economia; e, finalmente, as de **longa duração** referem-se à mentalidade e às formas de pensar de uma sociedade, ou ainda a geografia ou geo-história.

um celular: placas de memória e de circuitos elétricos, baterias mais duráveis e menores, e até produtos de designer em plástico.

No que condiz à educação, assim como foi dito sobre a comunicação, a sensação de que há uma revolução no modo de exercê-la também parece ser um exagero, se não errônea. Cada vez mais crescem os defensores de uma adesão dos produtos tecnológicos de comunicação em sala de aula. Em várias escolas, por exemplo, são realizadas diversas capacitações para professores, pedagogos e educadores para se integrarem as TICs.

No Paraná, as popularmente conhecidas *TVs laranjas* ou *TVs pendrive*, instaladas no governo Roberto Requião na primeira década deste milênio, podem ser encaradas como uma inserção das novas tecnologias na sala de aula com um produto que agregava televisão e computador, possibilitando a reprodução de vídeo e áudio. Mas ela se mostrou um grande desafio para os professores, pois o único formato que ela aceitava para a reprodução de vídeos era o MPEG, diferente do popular MP4, o que se tornou uma barreira e impossibilidade de utilização para vários professores. Não se pode esquecer ainda da instalação dos primeiros laboratórios de informática nas escolas, dos quais poucos efetivamente funcionaram e, quando isso acontecia, eram utilizados quase que exclusivamente pelos professores.

Desde maio deste ano, a Prefeitura de São José dos Pinhais firmou uma parceria histórica com os institutos NET Claro Embratel e Crescer, que está levando Internet banda larga de 10 megabytes de velocidade e dois pontos de TV a cabo para 30 escolas municipais (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2017). A parceria, materializada com o projeto intitulado Educonexão, ainda oferece formação gratuita pelos profissionais dos institutos a 60 professores, educadores e pedagogos da Rede Pública de Ensino do Município. O conteúdo trabalho envolve conhecimento do uso de informática e recursos *online*, desde como usar e-mail, arquivamento em nuvem e até a utilização de celular, *tablet* e *smartphones* em sala de aula.

É importante deixar claro que, assim como o conceito de comunicação nos dá uma ideia errônea de revolução tecnológica, o mesmo pode ser dito sobre a educação.

A cada ano, inúmeras propagandas de lançamentos tecnológicos são divulgadas nos meios de comunicação de massa, como TV e Rádio, e na Internet, pelas redes sociais. Os produtos são os mais variados, e também cobiçados. A

moda pegou inclusive as escolas, que cada vez mais aderem às ferramentas tecnológicas. Por outro lado, há uma grande resistência, por boa parte de professores e educadores, em aderir às novas tecnologias.

A partir desse paradoxo, é válido destacar que a implantação de mídias sociais para a divulgação e preservação da história da educação deve ter bem claro o objetivo a ser alcançado. Isto porque o assédio que hoje estão sofrendo as instituições escolares, de que elas devem se adequar às novas demandas tecnológicas da sociedade, também tem por trás interesses econômicos, inclusive internacionais.

Não se pode criar espaços midiáticos de divulgação de conteúdos historiográficos sem antes planejar quais conteúdos divulgar. Com base nesse fato esta dissertação não visa apenas mostrar uma proposta de propaganda nas mídias sociais sobre a história da educação de São José dos Pinhais, mas também discutir e propor uma reflexão sobre o papel de uma história crítica da educação.

Para Marx, é por meio do trabalho que há a ação do homem sobre a natureza e ele se diferencia como espécie. Assim, a ação produtiva do homem se caracteriza pelo seu *caráter ontológico*, aquilo que o constitui como ser humano.

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal. Ao produzirem os seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material. (MARX; ENGELS, 2001, p. 10-11).

O caráter ontológico do ser humano pelo trabalho está, dessa forma, na relação de produção e no que ele produz. Na perspectiva marxiana, a construção histórica não é algo dado, mas sim vivido. Aliado a este pensamento, a educação é fundamental, pois ela possibilita esse *molde social*, não só no repasse de valores e da moral, mas também na assimilação de conteúdos e informações que possam ser utilizadas no domínio da natureza pelo homem. Assim, a forma como os homens criam os meios de produção depende: 1) da natureza dos meios existentes e disponíveis ao homem em determinada sociedade; 2) e o que se precisa produzir.

Esses conceitos ajudam a enriquecer os conteúdos a serem trabalhados na proposta desta dissertação porque questionam o tipo de conteúdo a ser divulgado nas mídias sociais; ao mesmo tempo, encaram essas mídias como algo não

meramente dado à sociedade, mas que tem objetivos dos mais diversos, inclusive (se não especialmente) de mercado. Tudo isso faz com que não se olhe as mídias sociais como a “tabua de salvação” da educação ou algo livre de influências e interesses de grandes corporações na sociedade. Para entender melhor isso, recorreremos a mais um conceito de Marx: *infraestrutura/superestrutura*.

Sobre o conceito de infraestrutura/superestrutura em Marx, pode-se compreender a sociedade na sua totalidade, nas suas mais diversas relações sociais.

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. (MARX, 2008, p. 47).

O entendimento da infraestrutura/superestrutura como um sistema complexo social contribui no estudo da educação ao se: 1) compreender como funcionam as forças e relações de produção entre empregados/empregadores e a divisão de trabalho (infraestrutura); e 2) como se constituem as instâncias e instituições de poder na sociedade, como o Estado, por meio da cultura (superestrutura).

Como ficou evidente na primeira parte desta dissertação, que trata da formação histórica da educação em São José dos Pinhais, muitas das iniciativas educacionais tiveram forte influência do momento político e econômico são-joseense; mas, também, de macro influências, como a do Paraná e o Brasil dentro de um contexto global de transformação da sociedade capitalista e suas novas demandas. Nesse contexto que surgiram iniciativas educacionais de Estado, como a publicação de leis e decretos para regulamentar o ensino no país. Mas, por que isso? Para preparar o homem para ser cidadão, mas também para transformá-lo em mão de obra para o modelo de trabalho que vinha cada vez mais se tornando complexo no século XX. Isso é até hoje evidente quando se recorre à Lei Maior do Brasil, a Constituição (CF) de 1988. No caso da Educação, a CF lhe destina os artigos 205 ao 214, onde trata dos diversos aspectos relevantes ao setor. Nos artigos 205 e 206 ficam estabelecidas as metas, os responsáveis pela educação no país (Estado e família) e os seus princípios:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006). (BRASIL, 1988).

A primeira coisa que o texto traz é que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. A educação, assim, torna-se um compromisso ético e uma ferramenta de promoção social e de política pública.

O próximo ponto a destacar é que a educação no Brasil deve visar “ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Essa tríade, que incorpora a missão da educação no país, destaca o papel dela na formação *cognitiva*, *ética* e *profissional* do indivíduo. É válido frisar que essas três metas não vêm no texto como “e/ou”, mas como sendo uma meta única em três partes.

No artigo 206 é descrito como será exercido o ensino, visados na CF pelos princípios da igualdade, liberdade, pluralidade e gratuidade. Contudo, o discurso sobre a gratuidade sofre distorção pelo princípio da liberdade e pluralidade ao permitir a coexistência entre o ensino público e privado: “pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino”. Nasce assim um paradoxo de práxis da educação.

É interessante como o texto da CF sobre a educação (aliás, não só sobre a educação, mas não compete aqui a análise de outros temas) revela o incremento de termos e palavras que, aparentemente, mostram-se harmoniosas e não conflitantes, mas que ao serem atentamente analisadas revelam, inclusive, inconsistências.

Utilizar-se, por exemplo, da palavra *pluralismo* agregado ao conceito de *liberdade*, a primeira vista parece manifestar respeito às várias formas de se

entender ou manifestar o pensamento educativo e/ou sobre educação, quando na verdade é, implicitamente, aceitar uma sociedade não igualitária, que pode ser exercida por interesses do privado e não só pelo Estado ou a família, como é dito no início do artigo 205.

Há ainda a ambígua defesa do pluralismo de concepções pedagógicas. Analisando o discurso implícito da CF, mais uma vez a ideia primária é que o texto-lei defende a liberdade de teorias e formas de se encarar as idéias de educação, quando na verdade ele permite que a educação seja interpretada e, pior, executada com o conceito pedagógico que mais convir.

Essas ambiguidades de termos e palavras no texto da CF manifestam e possibilitam que a educação no Brasil seja exercida por interesses: mercadológicos, ideológicos e sociais. Defender a educação gratuita a todos, mas permitir o ensino privado, manifesta um discurso falacioso na sua consistência. Coloca-se em xeque, inclusive, a responsabilidade do Estado em terceirizar para o mercado o que a CF define como ser “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”.

Permitir o privado junto ao público deixa claro que: ou o Estado é conivente com uma sociedade dicotômica e classista, ou que é incapaz (ou quer ser) de arcar com a sua responsabilidade de propulsor da educação como foco na cognição, na ética e na formação profissional do cidadão.

O processo político de boa parte dos países do Ocidente, incluindo o Brasil, tem forte influência da corrente filosófica neoliberal – uma adaptação do liberalismo clássico do século XIX, que se adequou ao modelo político-econômica capitalista vigente em quase todo o mundo.

A concepção de um Estado representativo, com a formulação e execução de leis, e de um Estado liberal, onde o governo não deve interferir no processo da economia e de mercado, ficam evidentes na ideia de “o que é educação” na CF, exposta logo no início do art. 208: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”.

A definição de educação como direito e dever é entendida com o seu “vir a ser” e o seu “é” como lei. A ideologia passa a ser materializada como documento, definindo a educação com base na moral e não mais na ética. Dessa maneira, o primeiro limite da definição do que “é” educação é defini-la ambiguamente como *direito* de todos, atrelado ao seu ato “heróico” de *dever* (obrigação) institucional, por meio do Estado e da família.

Contudo, o mais curioso ao se definir oficialmente o que vem a ser educação para o Brasil, por meio de sua Carta Magna, é a sua ação como dever. Diferente da concepção *ôntica* de educação como lei, a sua aplicabilidade é dinâmica, assumida metafisicamente pelo conceito de sociedade. Enquanto o “é” educação é um direito supostamente material (como lei) para cada indivíduo, entendido no seu coletivo como *todos*, o “dever” da educação é metafísico, entendidos pelos verbos “incentivar” e “promover” e o sujeito “sociedade”). Literalmente, a educação é lei e deve ser propagada sem atritos e conflitos.

Não é de hoje que a educação se tornou um produto mercadológico. É visível o elevado número de instituições que aderem à propaganda de oferecerem cursos e métodos de ensino com “condições” de acesso e pagamento para conquistarem alunos-clientes. Somando a esse contexto, um fenômeno crescente nos últimos anos, que vem disputando grande fatia do mercado educacional, está o ensino na modalidade Educação a Distância (EaD) – também chamado de Ensino a Distância, que no presente texto também será usado com a sigla EaD.

A educação, submetida aos parâmetros do regime capitalista se torna mais uma mercadoria disponível ao público consumidor, aos estudantes transformados em clientes do sistema de ensino. Não é de se estranhar que instituições acadêmicas privadas substituam os diretores pedagógicos por “gerentes de ensino”, evidenciando assim de forma nua e crua a analogia dessas instituições com as grandes corporações empresariais. (BITTENCOURT, 2013, p. 9).

Destaca-se o epíteto *mercadológica* para a educação contemporânea com o assédio das propagandas de instituições e cursos nos mais diversos meios de comunicação. O que principalmente chama atenção é que essas propagandas se adequam à ambiguidade do texto da CF que trata sobre a educação.

Quando a propaganda é de instituições que oferecem o Ensino Fundamental e Médio, ela tem caráter institucional. Ao passo que se a instituição oferecer cursos de Ensino para Jovens e Adultos (EJA), profissionalizantes, Graduação e pós-Graduação, a propaganda é claramente publicitária e, como gostam de denominar os críticos marxistas, fetichista. A política do *laissez-faire*²⁰, que foi importada na economia brasileira, criou um impacto forte também na educação do país. Sutilmente, ela está presente no texto da CF, como já foi mostrado, e serve de base para que a educação no Brasil seja um produto de mercado.

²⁰ Expressão no francês, que significa “deixe fazer”.

Esse é outro ponto importante ao se escrever e divulgar sobre a história da educação: que tipo de educação foi feita para a elite e, por outro lado, para a grande maioria da população. Por isso que as mídias sociais não podem meramente divulgar uma história da educação de São José dos Pinhais (que é o fim desta dissertação) de forma meramente narrativa; mas, sim, que proporcione criticidade, que analise o porquê do surgimento de instituições escolares, como o Grupo Escolar Silveira da Motta e a Escola Normal são-joseense na década de 1950.

Voltando a falar da lei do *laissez-faire*, essa favorece o mercado no setor da educação porque se baseia fortemente no campo ideológico, na premissa da “capacidade do aluno” galgar um “lugar ao sol” na sociedade. Assim, o discurso de castas na sociedade capitalista não é vitalício, desde que o indivíduo (e não mais o cidadão) consiga, por sua “capacidade”, mudar seu *status* social. E qual seria uma das maneiras mais “eficazes” de ascender socialmente? A resposta é a educação (um incremento ao discurso ideológico).

O “lavar as mãos” por parte do Estado é que possibilita o privado se aproveitar da oferta de educação, fazendo com o direito se transforme em produto. A educação como produto se torna um fetiche para a população, que deixa de ser cidadã ao ficar alienada ao acesso gratuito garantido por lei.

Mas, para a iniciativa privada se tornar consistente, é necessário formular uma ideologia que faça com que a oferta pública gratuita seja inferior ao que é vendido pelo privado. Dessa forma, a iniciativa privada ataca e visa tirar o mérito da educação pública com a defesa de duas falácias: a do apelo à emoção e a do apelo ao novo.

A primeira é embasada legalmente no já citado inciso III, do art. 206 da CF, onde o ensino seguirá também o princípio do “pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino”. Curioso que nesse trecho o conceito de pluralismo de ideias e concepções pedagógicas serve de premissa para a segunda parte, onde elenca também como princípio de ensino no país a coexistência de instituições privadas e públicas. Não cabe aqui demonstrar o mérito e o porquê da disposição desse artigo da CF, mas sim o apelo ideológico que esse inciso tem para corroborar o apelo à emoção.

O inciso III acima revela que o institucional tem distintas formas e concepções de entender o processo pedagógico. Assim, o material (instituições públicas e privadas) não corresponde necessariamente ao mesmo viés pedagógico.

Mais do que isso, se há a defesa na CF do pluralismo é que existem diferentes formas ideológicas de encarar o processo pedagógico, e que o Estado não defende nenhuma em particular. Então, se uma instituição defender uma linha voltada à pedagogia da Escola Nova, a outra pode escolher a linha da Escola do Porto, e a seguinte o ensino tradicional, e assim por diante. Dessa forma, o pluralismo favorece que a concepção pedagógica não seja somente ideológica, mas estratégica.

O processo de conhecimento como ensino-aprendizagem foca nos dias de hoje no uso de técnicas de comunicação. Essas transnomações dificultam compreender a educação na sua inter-relação com a comunicação e as políticas de Estado, vendendo a imagem de ser algo natural e em moda para a atual realidade. Mas, como essas ideias conseguem ter forte influência na sociedade?

Sem dúvida, o presente contexto da educação como método, em detrimento do pedagógico, se justifica pela sua releitura de *devir* na modernidade.

É a partir da ideia de moderno como oposto ao passado que a sociedade capitalista fundamentará suas relações nas mais diversas áreas, como na Economia, na Política, na concepção e relação com as instituições (escola, igreja e família), transformando o *ethos* da atual sociedade, com vistas para o trabalho, o mercado, a disputa e diferenciação social.

Aqui fica mais claro entender que a concepção de moderno exercida pela sociedade não é meramente retórica, muito menos dialética, mas maniqueísta, onde o “bom” é ter aquilo que a sociedade capitalista e o mercado ditam como bom, ao passo que quem não segue essa “lei” passa a ser ultrapassado e desprezível.

Na educação isso passa a ser mais evidente com o dualismo entre tradicional e moderno. Daí o mero desprezo de toda a educação clássica, muito mais pelo seu método tradicional do que pela sua constituição pedagógica. Nesse contexto há um estreito relacionamento da educação com as novas tecnologias de informação e comunicação, as TICs.

Surge assim o discurso falacioso da crise da educação na contemporaneidade, devido ao sistema educacional ainda ser constituído de como era no século passado, com salas de aula, carteiras, mesas, quadro negro e giz, professor presencial, com horário para se entrar e sair do espaço escolar. Todos esses elementos são colocados em oposição por alguns dos defensores da Educação a Distância, que cada vez mais conquistam adeptos (para não dizer clientes e “colaboradores”) vendendo a ideia de uma educação moderna, que será o

futuro da educação no país e em todo o mundo, de conceitos como a da autonomia do aluno, a mobilidade de tempo e espaço da aula como uma educação democrática, e a facilidade do acesso às aulas com apenas um computador pessoal, *tablet* ou mesmo celular.

Todas as críticas ao método de ensino tradicional visam justamente a concepção de moderno em oposição ao que ficou “ultrapassado” pelas novas tecnologias, especialmente de comunicação. Por outro lado, faz-se questão de não se deixar evidente o lado pedagógico, evitando assim o discurso do que precisa ser mudado na sua constituição e no que o moderno poderia fazer para melhorar o acesso, de fato, a uma educação transformadora na sociedade.

Parafraseando Sacristán (1998), as autoras Novello e Laurino (2012) enfatizam que o ensino como metodologia não pode ser visto apenas como técnicas de ensino. É preciso acrescentar a essa visão as estratégias usadas pelos educadores, tendo como meta o aprendizado dos alunos por meio de um projeto e programa de educação.

Com relação à metodologia de ensino é preciso saber que ela não diz respeito unicamente às técnicas de ensino como, por exemplo, o uso do vídeo, o trabalho em grupo e a aula expositiva. Sacristán (1998) entende metodologia como as estratégias que o professor emprega para auxiliar seu aluno a construir conhecimento a partir dos instrumentos conceituais e dos recursos materiais que utiliza, ou seja, existe uma relação das estratégias com os instrumentos e isso é o que contribui para o processo de construção de conhecimento. (NOVELLO; LAURINO, 2012, p. 1).

Entender a educação como uma estratégia representa dizer que método é muito mais que uma apresentação ou sua exposição aos alunos. Educar significa, acima de tudo, planejar a forma como o docente irá alcançar o seu objetivo principal, que é o aprendizado do estudante. Por um lado, usar-se de técnicas de ensino é uma maneira de representar o conteúdo a ser ensinado; por outro, ter uma estratégia de ensino exige uma causa, uma intencionalidade e, sobremaneira, um fim além de um repasse de informação e conhecimento bem sucedidos.

Tudo que foi tratado até aqui faz com que a proposta da criação das mídias sociais para a divulgação da história da educação de São José dos Pinhais ganhe um sentido além de domínio técnico das ferramentas *Facebook* e *blog*.

3.2 A CRIAÇÃO DE ESPAÇOS VIRTUAIS PARA A POPULARIZAÇÃO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

A proposta da criação de espaços em mídias sociais – no caso desta dissertação, no *Facebook* e em um *blog* –, como já foi dito, visa a divulgação/promoção da história da educação de São José dos Pinhais. Até aqui, falou-se sobre o conteúdo a ser divulgado, principalmente sobre o cuidado em repassar uma história crítica e contextualizada. Daqui em diante o foco será como criar e estruturar esses espaços midiáticos.

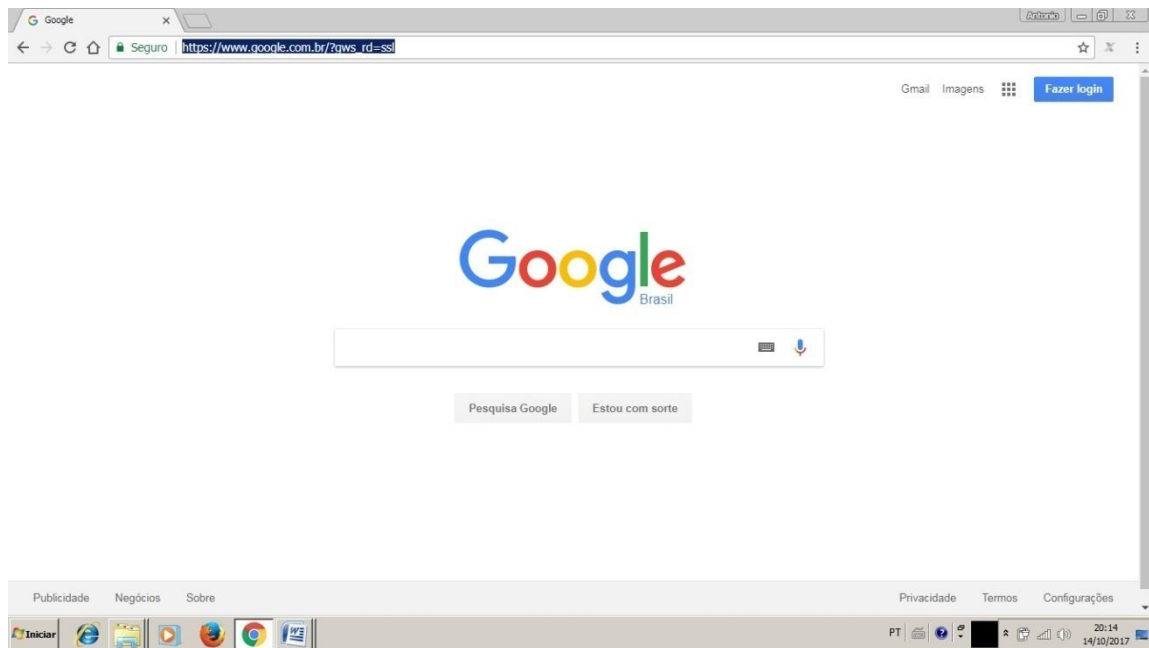
Primeiramente, é necessário criar os perfis dessas mídias sociais. No caso do *Facebook*, a criação de uma **fanpage História da Educação SJP** exige que o administrador da página tenha um perfil nessa rede social. Para o blog é necessário criar um perfil pessoal ou empresarial em um site de hospedagem na Internet.

3.2.1 O blog História da Educação SJP

Um *blog* é entendido como um local eletrônico e virtual que possibilita ao usuário da Internet atualizar, de forma rápida e prática, artigos, postagens e publicações das mais diversas, inclusive fotos, áudios e vídeos. Eles têm a vantagem, sobre os sites, de serem gratuitos. Sua apresentação é organizada, na sua maioria, de forma cronológica e decrescente. Optou-se por criar um *blog* no *Blogger*, da empresa Google, por ser uma ferramenta fácil de manusear e de criar conteúdos. Contudo, antes de criar *blog* no Google, é preciso abrir uma conta nele. Para isso, o internauta²¹ precisa digitar o endereço eletrônico <<www.google.com.br>> na parte superior da página, como mostra a imagem:

²¹ Termo usado para um usuário da Internet.

Figura 5 - Página de apresentação do Google



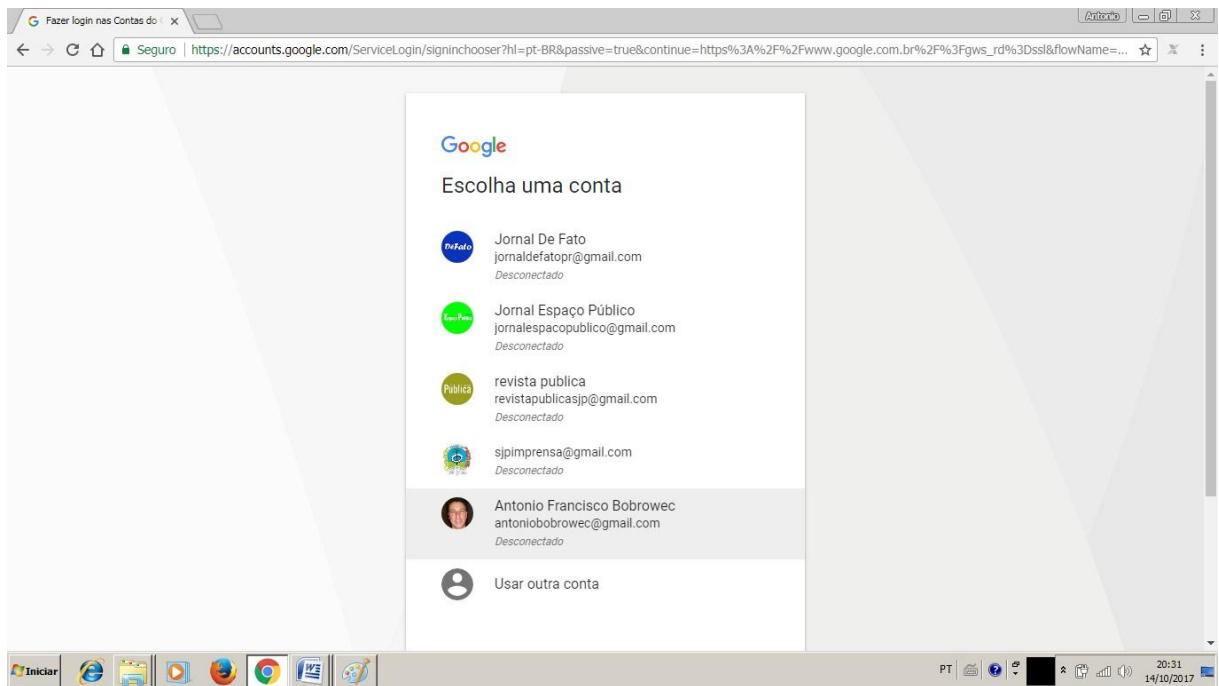
Fonte: Internet.

Depois, o usuário deve acessar o botão azul escrito **Fazer login**, localizado no canto superior direito da página, para criar um perfil no Google. Clicando, abre-se outra página. Se o usuário tem uma conta no Google, vai aparecer a opção, bastando clicar nela. Se não, deve clicar na opção **Usar outra conta** ou **Criar conta** e seguir os passos para criar o seu perfil. No caso deste trabalho, como já possuo uma conta no Google, cliquei no meu perfil Antonio Francisco Bobrowec e inseri meu *login* e senha de acesso (figura 6).

Após inserir seu login e senha de acesso, o acesso retoma a página principal do Google. Aparentemente, parece que nada aconteceu. No entanto, observando o canto superior direito, o usuário notará que aparece uma imagem dentro de um círculo (se caso o usuário inseriu no momento do cadastro), representando que a página está *logada* com o perfil do usuário.

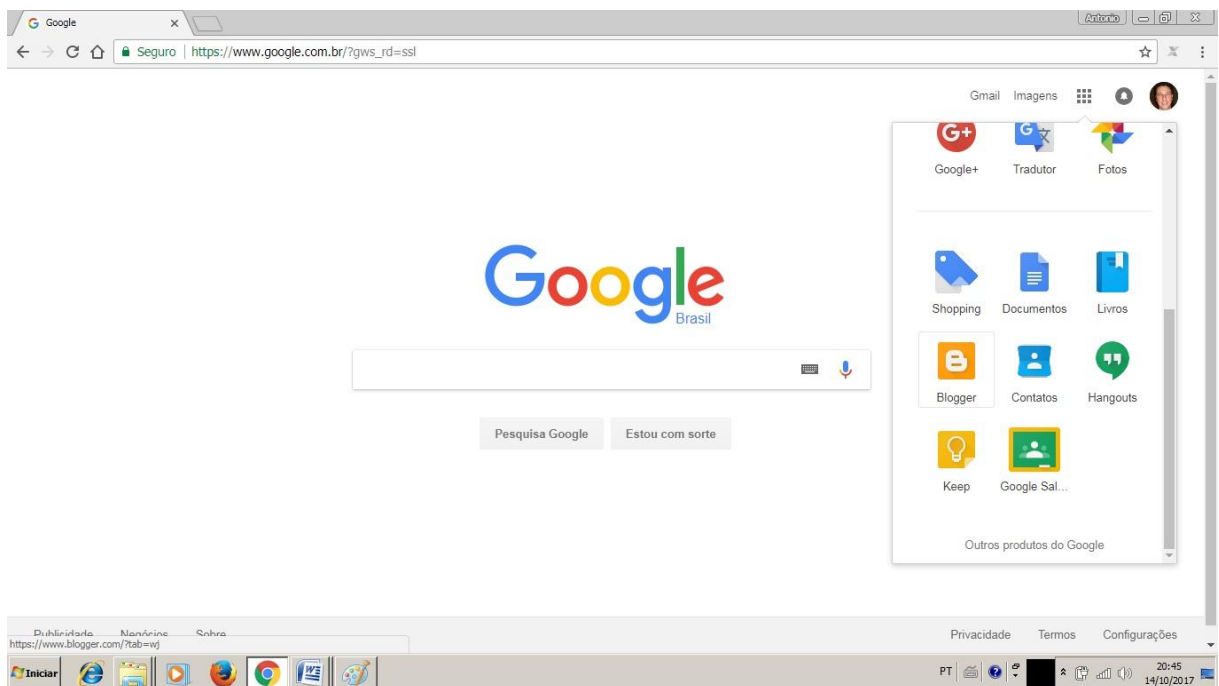
Para criar/acessar o *Blogger* basta o usuário clicar no ícone representado com vários quadradinhos formando um quadrado maior, ao lado da imagem do usuário, no canto superior direito da página. Após, aparecem vários produtos disponíveis pelo Google. Contudo, o usuário vai perceber que no primeiro momento não aparece o ícone de acesso ao Blogger. Para isso, deve-se clicar na opção **Mais** que o ícone em **Outros produtos do Google**.

Figura 6 - Página de acesso ou criação de uma conta no Google



Fonte: Internet.

Figura 7 - Espaço na página principal do Google onde aparece o ícone do Blogger



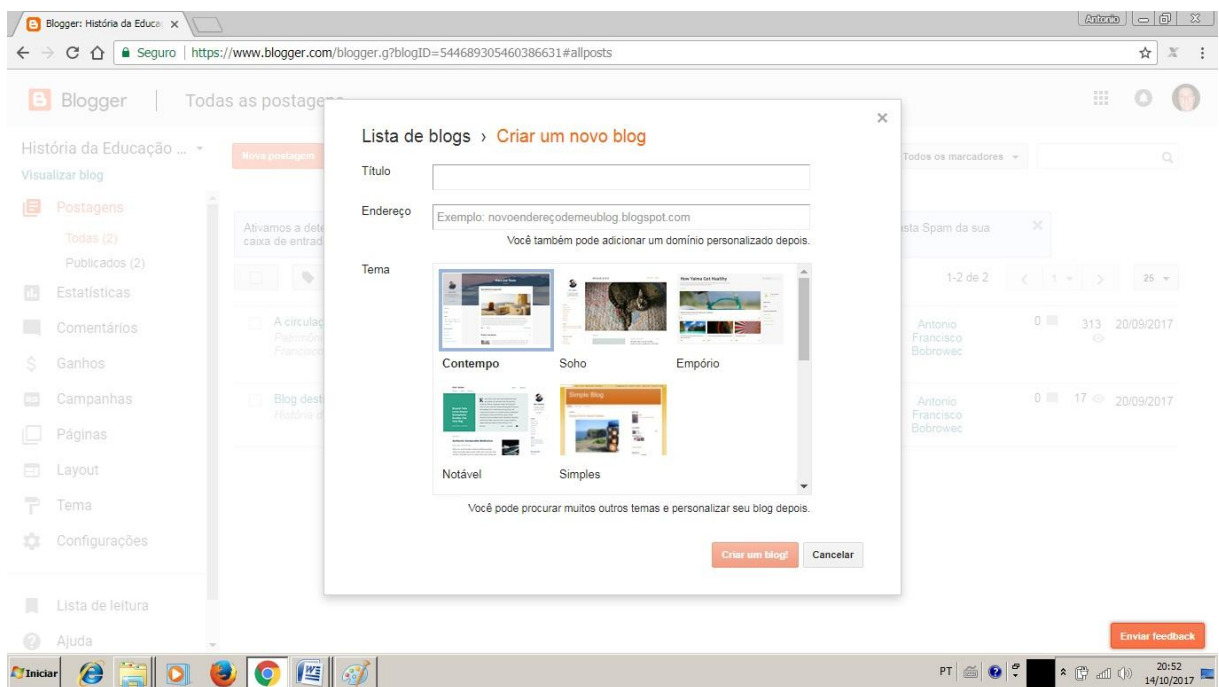
Fonte: Internet.

Ao clicar no ícone Blogger, uma nova página é aberta, onde o usuário pode criar um blog propriamente dito. Para isso, basta clicar no botão **Novo blog**, situado no canto superior esquerdo da página, logo abaixo do ícone do Blogger. Em cima

dessa página, abra uma página menor intitulada **Lista de blogs > Criar um novo blog**, onde o usuário deve digitar no espaço *Título* o nome do blog a ser criado e, em *Endereço*, criar um endereço eletrônico para o seu blog. Esse endereço deve conter o nome do blog criado pelo usuário seguido do texto **.blogspot.com**, que é o endereço padrão de hospedagem no *Blogger*. Para o objeto desta dissertação foi criado o endereço de blog <<historiadaeducacaosjp.blogspot.com>>.

Criar um endereço para um blog é só o primeiro passo para tê-lo, de fato. Antes de postar algo, é preciso deixá-lo atrativo e apresentável. Para isso, o *Blogger* oferece vários recursos de edição, que se encontram no lado esquerdo do editor de *template*²². No botão **Tema**, o usuário terá uma ideia de como aparecerá o blog ao acessá-lo em um computador pessoal e/ou celular.

Figura 8 - Página para criação de endereço de blog no Blogger



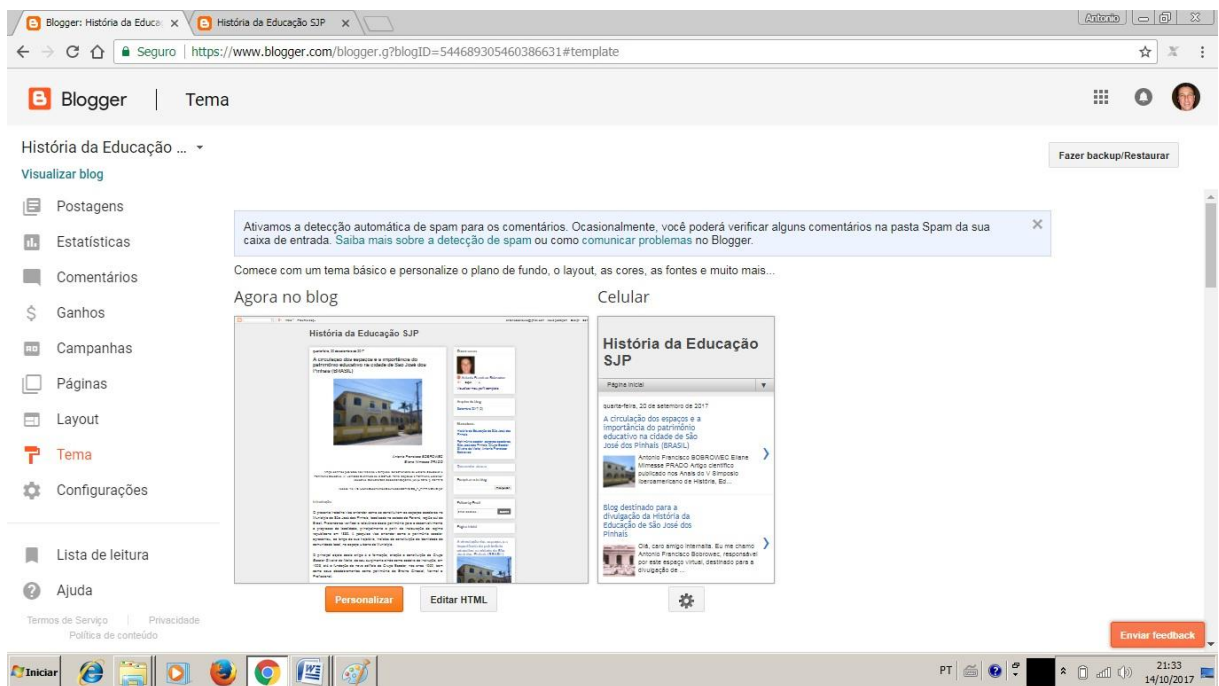
Fonte: *Blogger pessoal do autor.*

Ao clicar em **Personalizar**, uma nova página abre com o nome **Designer de tema do Blogger**, na qual o usuário pode editar o seu blog com vários modelos pré-estabelecidos, intitulados como Contempo, Soho, Empório, Notável, Simples, Visualizações Dinâmicas, Janela de imagens, Espetacular Ltda., Marca d'água, Celestial e Viagem. Para cada um deles há ainda modelos prontos com recursos de

²² Traduz-se por "modelo de documento", que se resume no resultado final e visual do blog, site ou página na web.

cor e fonte. Depois de escolher, o usuário deve salvá-las clicando no botão **Aplicar ao blog**. O editor **Tema** pode também ser aplicado para verificar como o blog vai aparecer no celular. Para isso, basta clicar no botão *Personalizar tema para dispositivos móveis*, que aparece no formato de uma engrenagem abaixo do espaço *Celular*. Ao clicar no botão, na página que abre o usuário pode escolher o layout clicando no botão *dropdown*, que oferece os mesmos *designers* de tema do editor de blog para computador pessoal.

Figura 9 - Editor de tema do Blogger para visual de blog em computador pessoal ou celular

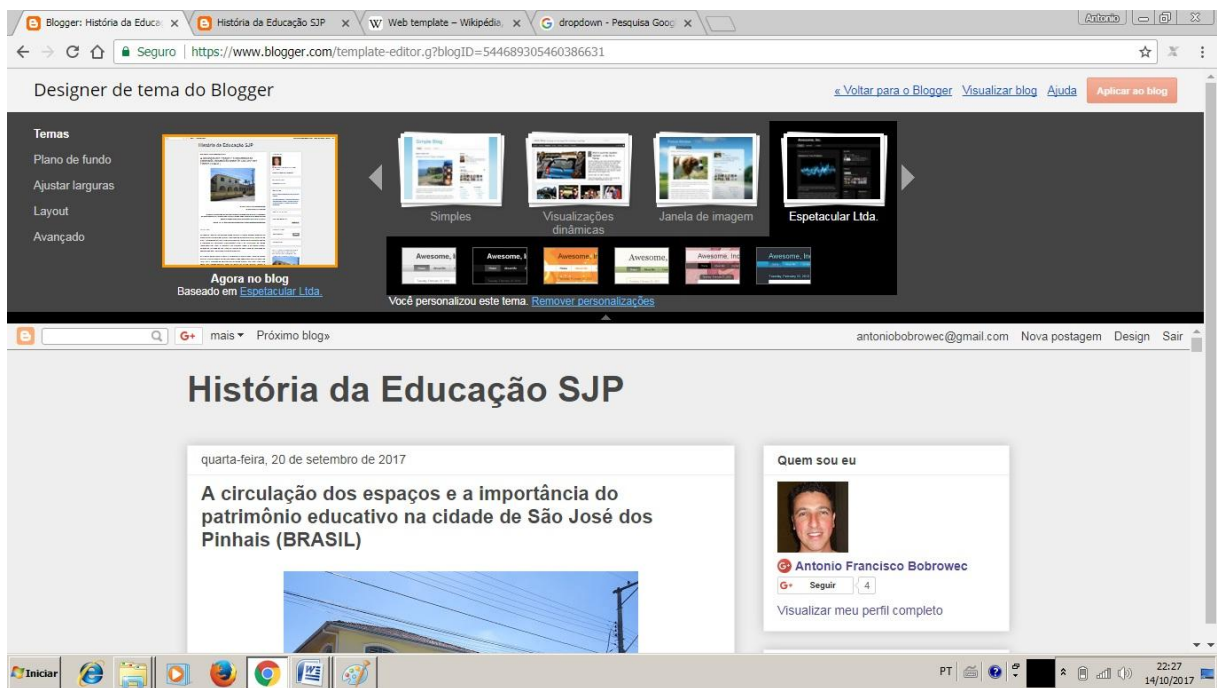


Fonte: Blogger pessoal do autor.

Ainda no canto esquerdo da página de edição do Blogger, tem o botão **Configurações**. Ao ser clicado, ele abre as opções **Básico**; **Postagens, comentário e compartilhamentos**; **E-mail**; **Idioma e formatação**; **Preferências de pesquisa**; **Outro** e **Configurações de usuário**.

No **Básico** o usuário pode editar em seu blog: o Título, a Descrição (pequeno texto de apresentação do *blog*), Privacidade. Há ainda nesta página o item Publicação, onde se pode editar o endereço eletrônico do *blog*. O endereço pode ser o que é disponibilizado pelo Blogger ou ainda um privado e adquirido pelo usuário, com final **.com**, **.edu**, **.br** ou outros.

Figura 10 - Designer de tema do Blogger para computador pessoal



Fonte: Blogger pessoal do autor.

Em **Postagens, comentário e compartilhamentos** o usuário pode editar a quantidade máxima de postagens a ser exibida na página principal (que tem a opção ser editado como postagem ou dia), o modelo de postagem e se deseja ou não mostrar imagens com a Lightbox. Nessa página ainda aparece as opções *Comentários*, *Comentários do Google+* e *Compartilhador do Google+*. Em *Comentário* é possível editar o local do comentário, quem pode comentar, moderação de comentários, mostrar verificação de palavras, mostrar *blacklinks* e mensagens do formulário de comentário. Em *Comentários do Google+* é possível usar ou não comentários desse dispositivo no blog. Já no *Compartilhador do Google+* há as opções de compartilhar ou não a postagem no perfil do usuário no *Google+*.

Em **E-mail**, pode-se configurar o e-mail que o usuário utilizará para notificação de comentários.

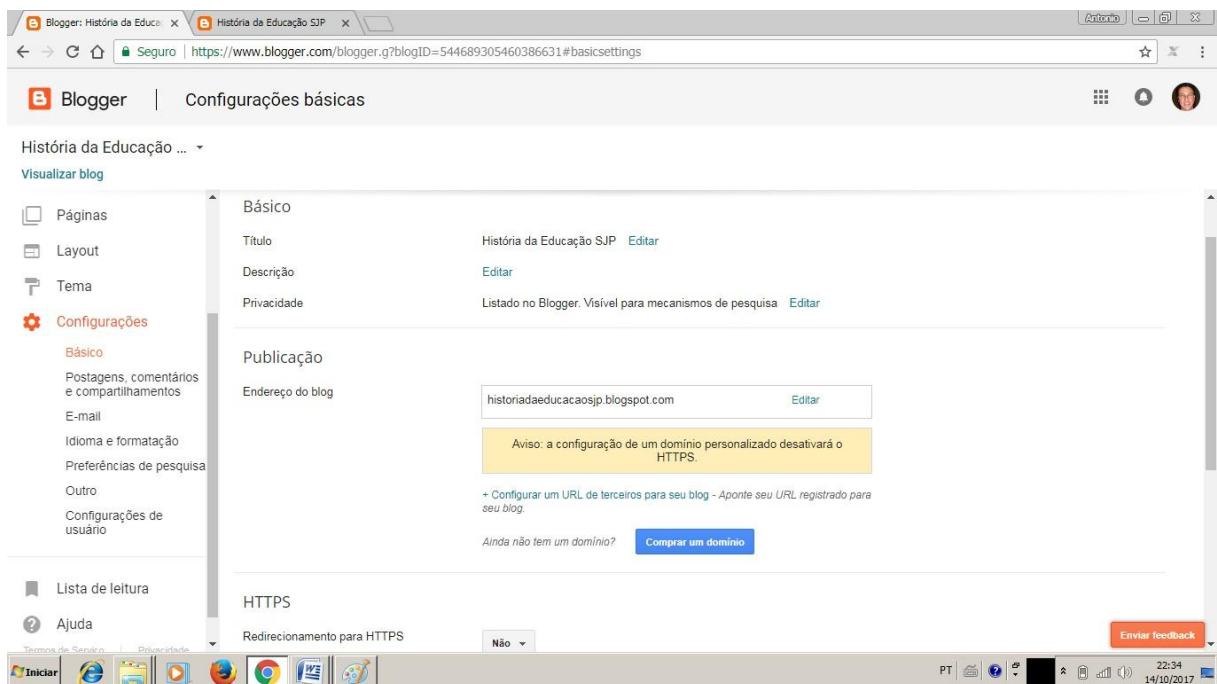
Na opção **Idioma e formatação** de **Configurações** pode-se editar o *Idioma* e a *Formatação* do blog. Em *Idioma* pode ativar ou não a opção transliteração. Já em *Formatação* pode-se escolher o fuso horário, o formato da data, o formato da data e hora e o formato de data e hora do comentário.

Na seção **Preferências de pesquisa** em **Configurações** se pode editar as opções Metatags, Erros e direcionamentos e Rastreadores e indexação.

Em **Outros**, o usuário pode ou não importar ou fazer backup, excluir seu blog, permitir *feed* de blog, além das opções OpenID, Conteúdo adulto (para se adequar à política de conteúdos para maiores de 18 anos) e Google AnalyTIC.

Não se pode esquecer de que, após as configurações, deve-se salvar tudo clicando no botão **Salvar configurações**.

Figura 11 - Ferramenta Configurações do editor do Blogger



Fonte: Blogger pessoal do autor.

Após realizar a edição visual do blog, o usuário pode passar para o próximo passo, que é a edição e postagem de conteúdo a ser publicado no blog. Essa opção é encontrada na lateral esquerda do editor do *Blogger* no ícone **Postagens**. Após clicar nele, é possível criar um conteúdo a ser publicado clicando no botão **Nova Postagem**.

A ferramenta **Postagem** no *Blogger* é mais uma opção padrão de edição que possibilita o usuário publicar com facilidade conteúdos no *blog*. Nela é possível colocar um título para a matéria a ser publicada, além de adicionar foto e texto. No corpo do texto é possível editar a fonte (seu tamanho, cor e edições como itálico e negrito), a cor do plano de fundo, a cor do texto (além do alinhamento e as opções

de lista numerada ou com marcadores) ou simplesmente remover todas as formatações. Ainda na **barra de ferramentas** do ícone **Escrever** é possível utilizar formatos de títulos (normal, título, subtítulo e título secundário), verificar a ortografia, adicionar ou remover links, inserir vídeos, caracteres especiais e expansão de postagem.

No lado direito do editor **Postagem** há as opções **Marcadores**, **Publicado em**, **Link permanente**, **Local** e **Opções**. Os **Marcadores** possibilitam uma melhor procura e referência da página em site de buscas na Internet. Na seção **Publicado em** o usuário pode publicar o conteúdo como *Automático* ou *Definir a data e hora*. Esta última possibilita ainda programar uma postagem para uma data futura. Em **Local**, o usuário pode inserir, se desejar, um local para a sua postagem. Já em **Opções**, têm-se as alternativas de editar *Comentários dos leitores*, *Modo escrever* e *Quebra de linha*.

Depois de realizada todas essas edições o administrador do blog pode **Visualizar** a página editada, *Reverter para rascunho* e *Atualizar* a publicação, clicando nos botões homônimos.

Figura 12 - Ferramenta Configurações do editor do Blogger

Fonte: *Blogger pessoal do autor.*

Para o perfil de blog *História da Educação SJP*, criado como objeto de pesquisa para esta dissertação, foi usado o *Tema Espetacular Ltda.*, com opção de plano de fundo cinza claro e títulos cinza escuro. No blog foram feitas duas publicações: uma, realizando uma apresentação do blog; a outra, de um artigo feito por mim e a professora doutora em Educação Eliane Mimesse Prado, intitulado *A circulação dos espaços e a importância do patrimônio educativo na cidade de São José dos Pinhais (BRASIL)*, publicado no V Simpósio Iberoamericano de História, Educación y Patrimonio Histórico-Educativo, realizado em Donastia/San Sebastián, na Espanha.

Figura 13 - Layout de apresentação do blog História da Educação SJP

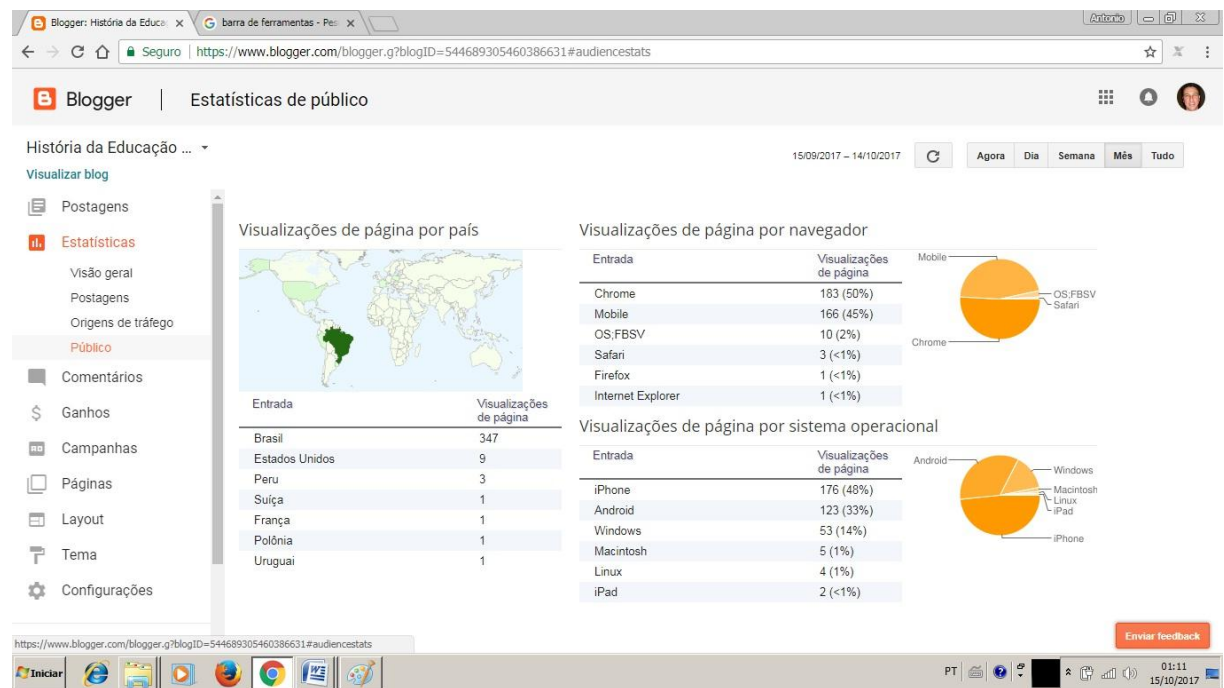


Fonte: *Blogger pessoal do autor.*

O perfil do blog foi criado em 20 de setembro de 2017. Até o dia 15 de outubro, o blog teve 364 visualizações. Destas, 347 foram realizadas no Brasil, 9 nos Estados Unidos, 3 no Peru e 1 na Suíça, Polônia, França e Uruguai. Das visualizações de página por navegador, 183 foram feitas no Chrome (50%) e 166 no Mobile (45%). Por sistema operacional, 176 visualizações foram realizadas pelo iPhone (48%), 123 pelo Android (33%) e 53 pelo Windows (14%).

No blog não foram realizadas postagens de vídeo ou áudio (*podcast*).

Figura 14 - Estatísticas sobre o público do blog História da Educação SJP



Fonte: Blogger pessoal do autor.

3.2.2 A fanpage História da Educação SJP

Nesta seção será tratado sobre o segundo produto proposto neste trabalho acadêmico para a divulgação de conteúdos sobre a história da educação de São José dos Pinhais nas mídias sociais: a *fanpage* História da Educação SJP, no *Facebook*.

O *Facebook* é uma rede social criada, em 4 de fevereiro de 2004, pelos estudantes estadunidenses da Universidade de Harvard, Mark Zuckerberg, Eduardo Saverin, Dustin Moskovitz e Chris Hughes. O nome *facebook* remete ao livro que é entregue por algumas universidades dos Estados Unidos aos alunos, no início do ano letivo, com o objetivo de que eles se conheçam uns aos outros.

Ao abrir acesso a estudantes de outras universidades norte-americanas, o *Facebook* começou cada vez mais a ter novos usuários. O sucesso foi tanto que, de aplicativo e rede social, o *Facebook* passou a ser uma grande companhia, avaliada no mercado em US\$ 393,34 bilhões (de dólares), segundo artigo da revista Exame

*online*²³. Em outubro de 2012, o *Facebook* tornou-se a maior rede social do mundo, atingindo a marca de 1 bilhão de usuários ativos.

No Brasil, segundo o próprio *Facebook para empresas*²⁴, “102 milhões de brasileiros se conectam em nossa plataforma todos os meses. Desse total, 93 milhões acessam via dispositivos móveis” (FACEBOOK, 2016). Isso representa todos os meses metade da população do Brasil entrando na plataforma para acessar e compartilhar conteúdos. Ainda, segundo a rede social, são 3 milhões de anunciantes ativos ao redor do mundo e que:

[...] 99% das pessoas no Facebook afirmam que leem as publicações das marcas no Facebook, segundo nossos dados internos de agosto de 2015. Desses, 68% destacam [que] acessam nossa plataforma para descobrir novos produtos. Isso nos faz acreditar que estamos no caminho certo da conectividade e mobilidade para todos. (FACEBOOK, 2016).

Para ter acesso aos conteúdos do *Facebook*, o internauta deve criar primeiramente um perfil na rede social, acessando o link <<www.facebook.com.br>>. No lado direito da página aparece **Criar uma nova conta**, onde se deve preencher os dados *nome, sobrenome, celular ou email, data de nascimento e sexo do usuário* (masculino ou feminino). O *Facebook* tem como Política de Dados a proibição para criação perfil a menores de 13 anos. Após preencher esses dados, deve-se clicar no botão **Criar conta**. Após isso, o novo usuário irá seguir o passo a passo para finalizar seu cadastro e, daí sim, terá uma conta na rede social.

Com o perfil criado no Facebook e desbravando os vários recursos da plataforma (não cabe aqui aprofundar sobre o assunto), o usuário poderá convidar e encontrar amigos e pessoas conhecidas, recurso intitulado de *Amigos*, localizado logo abaixo do local onde fica a *foto da capa*. Um pouco mais abaixo, há um espaço intitulado **Publicação**, que é destinado para as publicações do usuário, onde ele pode escrever, colocar e publicar fotos, links de blogs e sites, vídeos, fazer vídeo ao vivo e divulgar acontecimentos.

²³ Fonte: MAMONA, Karla. **Zuckerberg vende ações do Facebook e embolsa US\$ 52,5 milhões**. Revista Exame online. 3 mar. 2017. Disponível em: <<<https://exame.abril.com.br/mercados/zuckerberg-vende-acoes-do-facebook-e-embolsa-us-525-milhoes/>>>. Acesso em: 30 set. 2017.

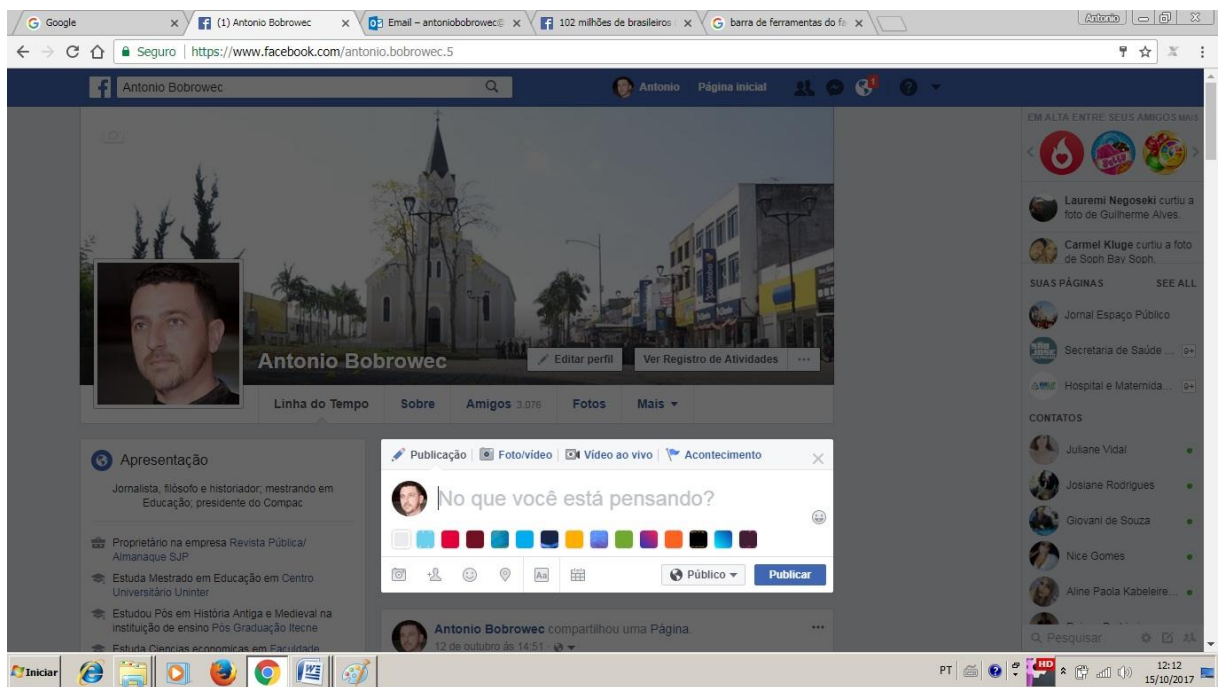
²⁴ Fonte: FACEBOOK. **102 milhões de brasileiros compartilham seus momentos no Facebook todos os meses**. Publicado em: 19 abr. 2016. Disponível em: <<<https://www.facebook.com/business/news/102-milhes-de-brasileiros-compartilham-seus-momentos-no-facebook-todos-os-meses>>>. Acesso em: 30 set. 2017.

Figura 15 - Página do Facebook para criação de perfil de usuário



Fonte: Página de apresentação do Facebook.

Figura 16 - Página do recurso Publicação do usuário do Facebook



Fonte: Perfil pessoal do autor no Facebook.

O recurso **Publicação** é o mesmo usado para publicações em uma *fanpage*, como se verá adiante. Agora se discutirá o conceito de *fanpage* e a sua diferença e vantagens diante do perfil comum no *Facebook*, e por que esta dissertação optou por criar aquela em vez desse.

Como já foi dito, quando se cria um perfil no *Facebook* o usuário pode ser visto e visualizado pelos seus amigos. Estes também podem curtir publicações do usuário na sua *Linha do tempo*. Contudo, o *Facebook* impõe limitações para o usuário, dentre eles o de 5.000 amigos por perfil; a outra é que apenas 10%, em média, dos amigos serão notificados pela rede social quando o usuário fizer alguma publicação. Outra imposição que havia na rede social era que o perfil era destinado exclusivamente para pessoas físicas.

Em 2007, o *Facebook* possibilita o recurso de se criar *fanpages* (página de fãs ou páginas empresariais). Isso permitiu a entrada de perfis empresariais e públicos na rede social, bem como de criar anúncios pagos que poderiam alcançar muito mais pessoas. Não se pode esquecer que o *Facebook* é uma empresa e, mesmo que ele ofereça gratuitamente contas de perfil na sua plataforma, seu objetivo é obter lucro. O recurso gerou nichos de mercado, onde o usuário pode fazer as suas postagens e divulgá-las por valores e públicos determinados, inclusive escolhendo os dias e os locais de publicação.

Dessa forma, a opção pela criação de uma *fanpage* possibilita várias vantagens:

- * Ela caracteriza o perfil do usuário como profissional;
- * O alcance das publicações vai além dos *amigos* e esses passam a ser *seguidores/fãs*;
- * Os seguidores/fãs podem ser milhões em vez de milhares. Um exemplo é a *fanpage* da Xuxa, cantora e apresentadora brasileira, que possui mais de 6,6 milhões de seguidores;
- * Além das postagens, o perfil *fanpage* pode receber curtidas;
- * Há a possibilidade de ampliar a divulgação de publicações com anúncios pagos;
- * Os aplicativos promovem mais interação com o público;
- * O usuário da *fanpage* tem acesso a relatórios de estatísticas, possibilitando uma maior análise das publicações.

Figura 17 - Perfil da fanpage da apresentadora Xuxa no Facebook

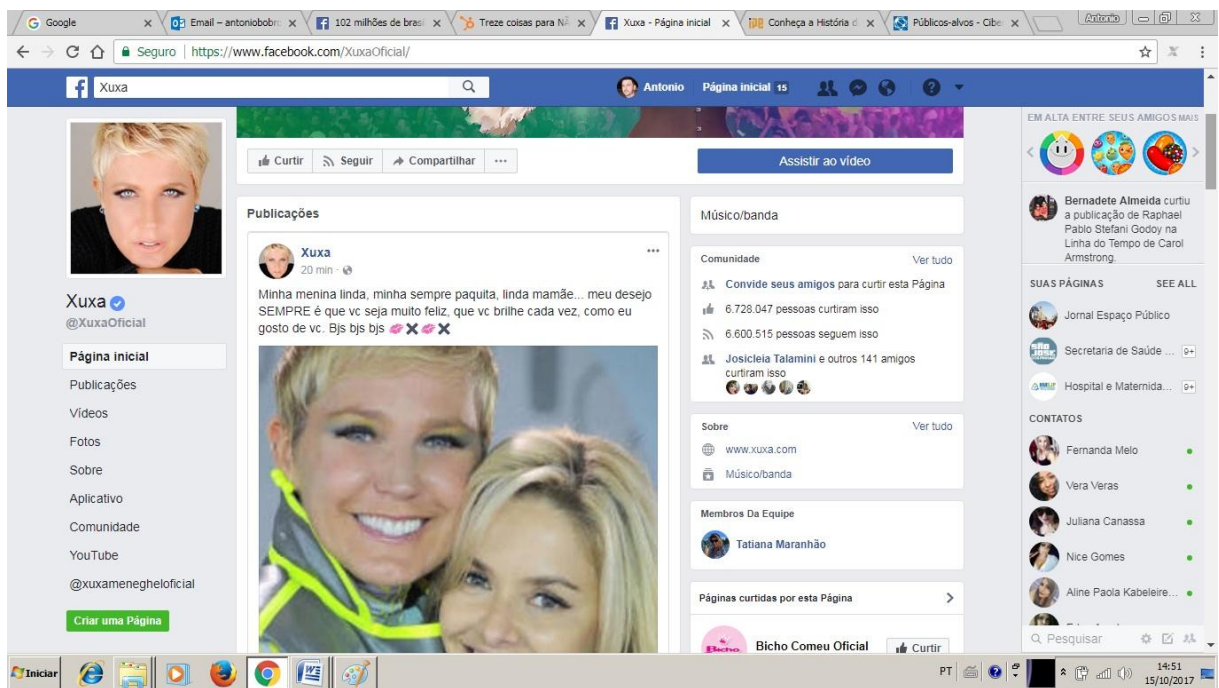


Foto: Facebook.

O que foi até aqui exposto sobre *fanpage* dá uma ideia geral do recurso e de como ela pode auxiliar na publicização de conteúdos sobre história da educação. A partir daqui tratar-se-á de como foi feita a criação do perfil/fanpage História da Educação SJP, que é um dos produtos propostos nesta dissertação.

Para criar uma *fanpage* no Facebook basta acessar a barra de ferramentas do seu perfil. No canto direito tem um ícone em forma de um triângulo de ponta cabeça, o botão *dropdown*. Clicando nele abrem-se várias opções. Pressione o cursor em **Criar página**.

Ao clicar em **Criar página** abre **Criar uma página**. Nela são oferecidas várias opções de perfil de página: *Negócio local ou lugar*, *Empresa, organização ou instituição*; *Marca ou produto*; *Artista, banda ou figura pública*; *Entretenimento* ou *Causa ou comunidade*. Para a criação da página História da Educação SJP optou-se por *Causa ou comunidade*. Ao clicar na opção surge no lugar desejado um espaço onde o usuário deve colocar o nome da *fanpage*. Logo em seguida abre uma pequena página de *Verificação de Segurança*, onde se deve digitar as letras que aparecem na tela e clicar no botão *Enviar*.

Figura 18 - Recurso Criar página (fanpage) no Facebook



Foto: Perfil pessoal do autor no Facebook.

Depois de criar um nome para a *fanpage*, uma nova página é aberta onde o usuário pode *adicionar uma foto de perfil*. Ele pode realizar um *Upload a Profile Picture* (carregar uma imagem de perfil) ou apertar o botão Pular e ir para a próxima etapa.

Figura 19 - Recurso Criar página (fanpage) no Facebook

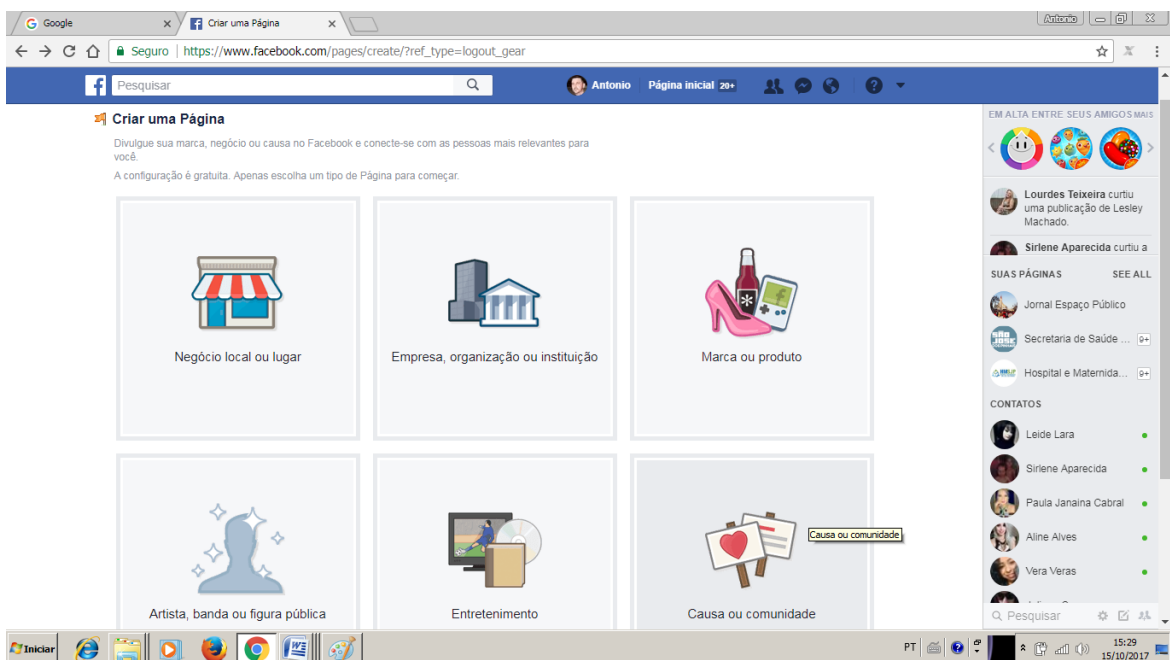


Foto: Perfil pessoal do autor no Facebook.

Figura 20 - Local para carregar uma imagem de perfil para a fanpage no Facebook

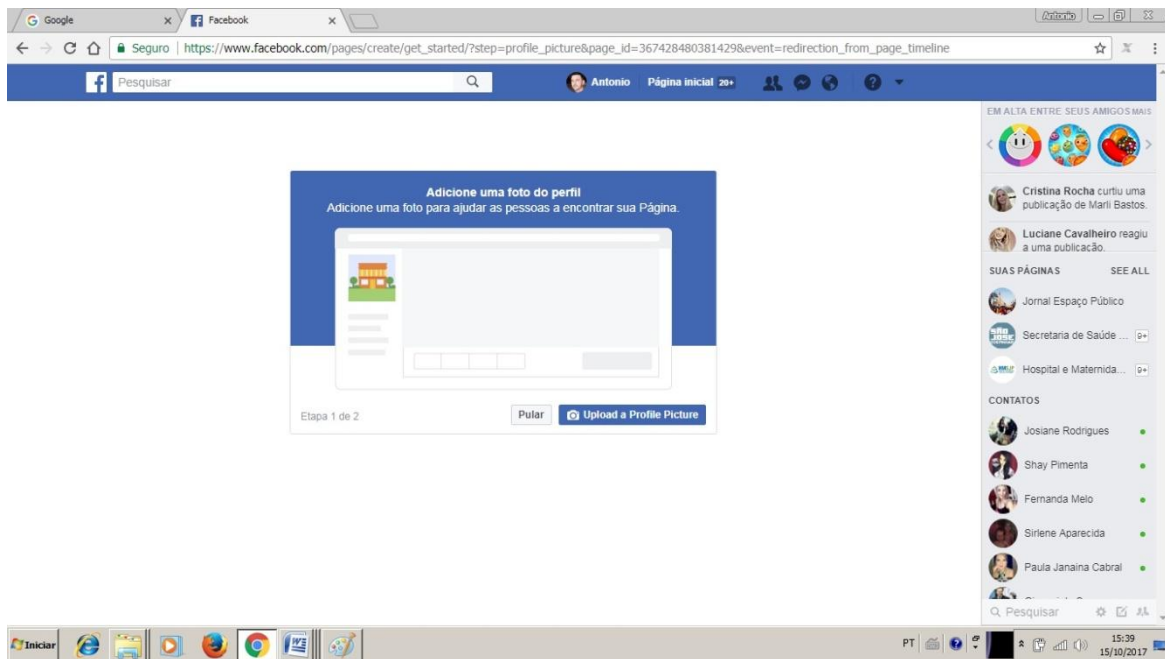


Foto: Perfil pessoal do autor no Facebook.

Em seguida abre a opção *Add a Cover Photo* (adicionar uma foto de capa). Como o próprio Facebook alerta, isso possibilita que o perfil tenha mais alcance e curtidas.

Figura 21 - Local para carregar uma imagem de capa para a fanpage no Facebook

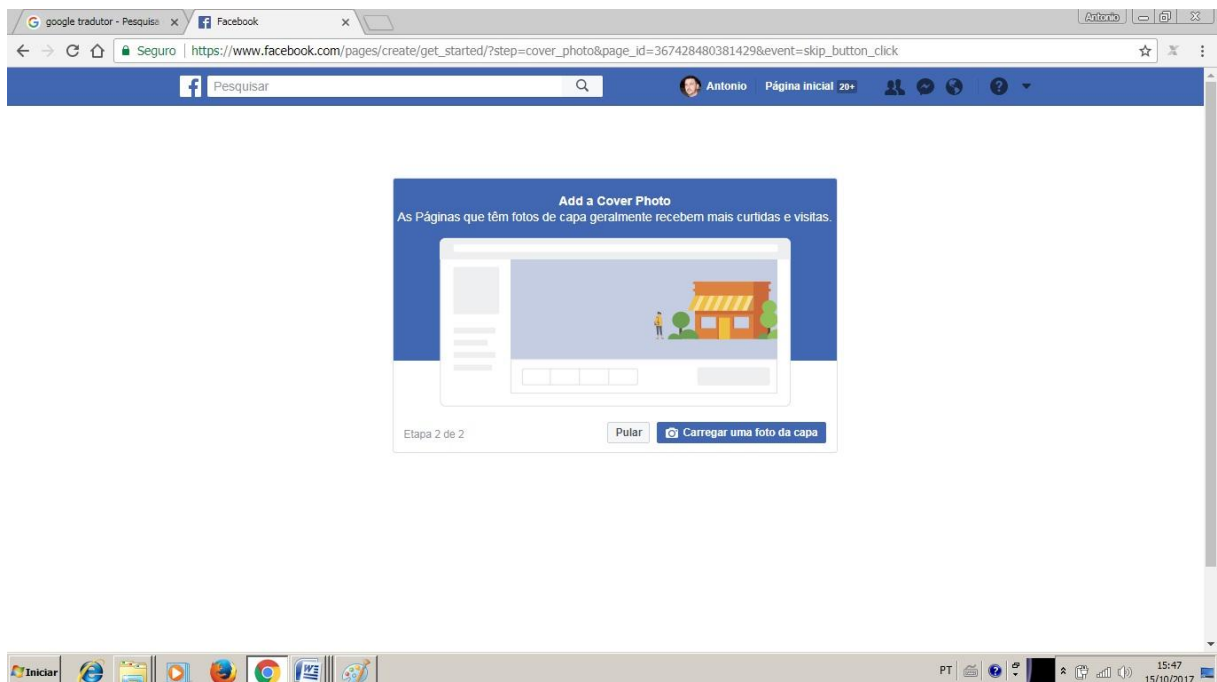


Foto: Perfil pessoal do autor no Facebook.

Caso o usuário tenha pulado as duas últimas etapas e quiser adicionar e/ou trocar uma imagem de capa ou de perfil, pode fazer isso depois e quando quiser. Basta clicar nos botões *Adicionar uma capa* (para foto de capa) e *Adicionar uma foto* (para foto de perfil) e escolher uma foto do seu banco de imagens. Para a foto de perfil, tem ainda a opção *Tirar uma foto*. Para isso, é necessário que o seu computador, *tablet* ou celular tenha uma câmara de registro de imagens. Para o recurso *Adicionar uma capa* há ainda a opção *Escolher a partir dos vídeos*. “Os vídeos devem ter entre 20 e 90 segundos e pelo menos 820 x 312 pixels. O tamanho recomendado é de 820 x 462 pixels. Carregue um vídeo diferente e tente novamente”²⁵.

No lado esquerdo da *fanpage* há vários recursos de edição. Para não entrar em delongas, destaca-se a ferramenta *Sobre*, onde o usuário poderá obter informações gerais sobre a sua página e editá-la, possibilitando mais acessos e informações aos seguidores/fãs da *fanpage*.

Figura 22 - Layout de apresentação da fanpage História da Educação SJP no Facebook

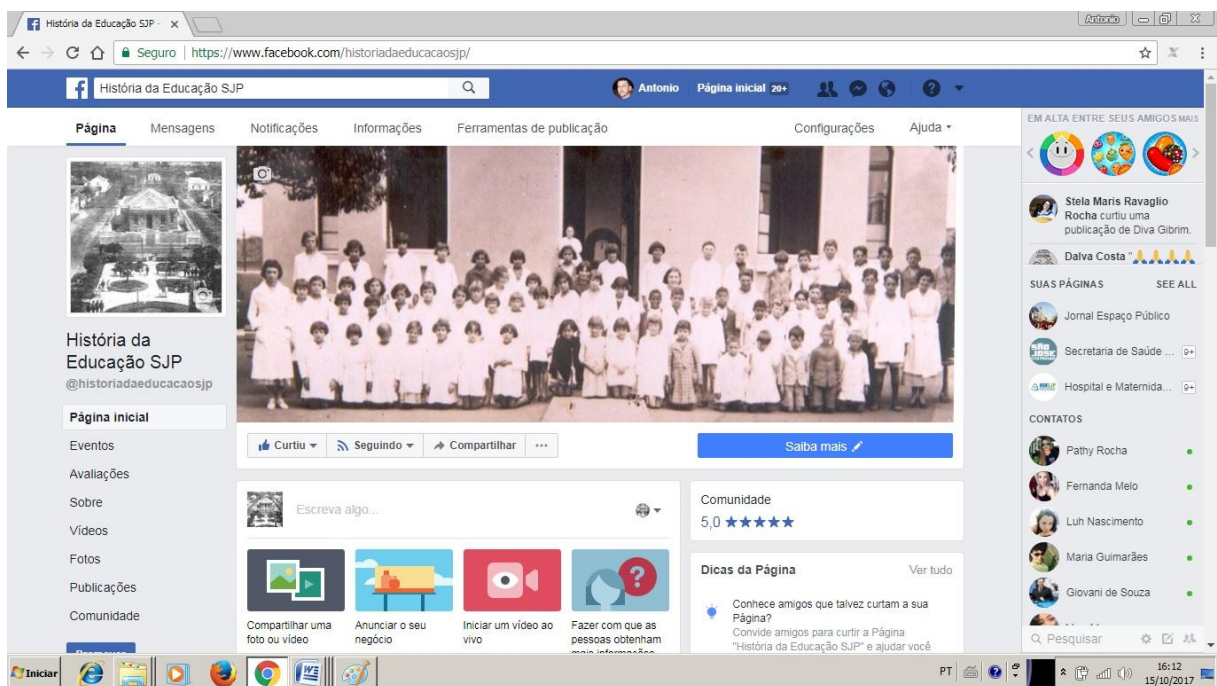


Foto: Imagem da fanpage História da Educação SJP no Facebook.

²⁵ Informações do Facebook, acessadas no perfil do autor.

Figura 23 - Recurso Sobre da fanpage História da Educação SJP no Facebook

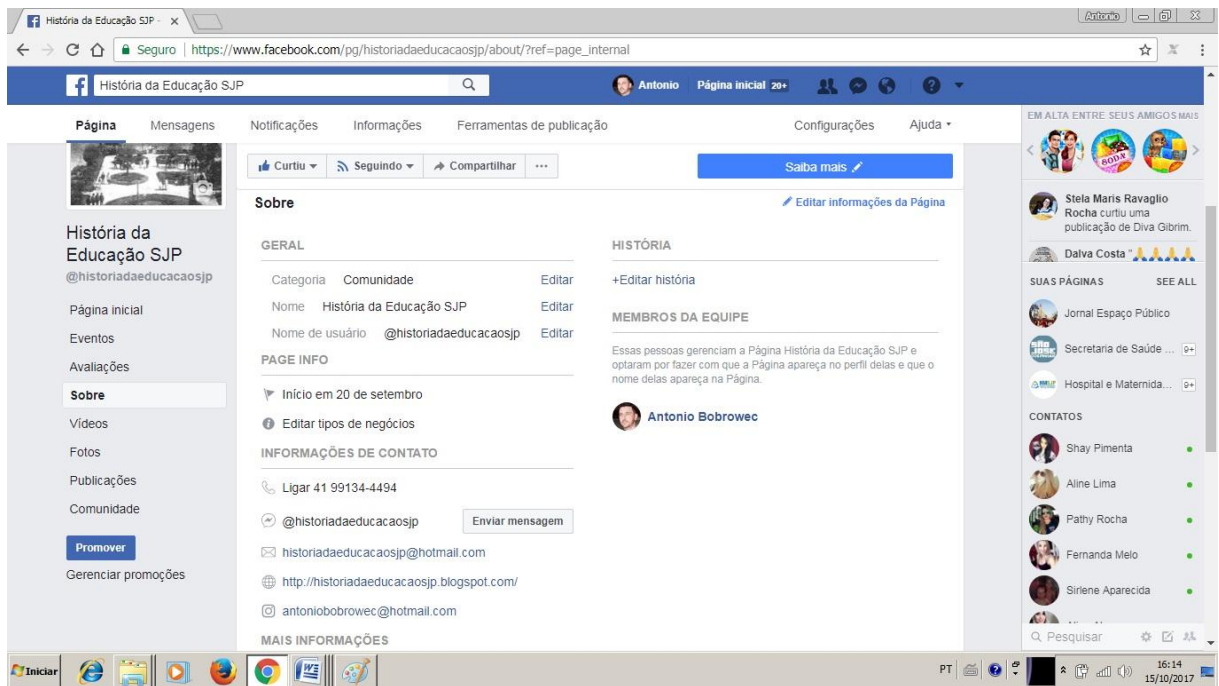


Foto: Imagem da fanpage História da Educação SJP no Facebook.

A fanpage História da Educação SJP foi criada no dia 20 de setembro de 2017. Até o dia 15 de outubro, data de fechamento dos dados coletados para esta dissertação, foram enviados convites para todos os 3.076 amigos do meu perfil Antonio Bobrowec (lembre-se que uma fanpage pode ser adicionada a um perfil pessoal) e a página recebeu 172 curtidas e obteve 174 seguidores. A página não realizou publicações e divulgações pagas, por isso ela foi curtida e passou a ser seguida por amigos de Antonio Bobrowec ou amigos de amigos dele.

O nome do usuário ficou como **@historiadaeducacaoosp**. É muito importante um usuário criar esse dispositivo para que outras pessoas encontrem facilmente a sua página. Nas informações **Geral** a Categoria escolhida foi Comunidade. Em **Mais informações**, foi colocado em Sobre: “Local destinado para a preservação e divulgação da memória das instituições escolares e sobre a História da Educação de São José dos Pinhais em geral”. Em **Declaração de autoria** colocou-se o seguinte texto: “Todo o material aqui divulgado é de responsabilidade de seus autores. É permitida a divulgação de fotos, artigos, vídeos, desde que aja a citação de autoria das obras. A não citação e divulgação de materiais sem autorização fere a lei de direitos autorais”.

Foi criada também uma *reshtag* **#historiadaeducacaosjp**, que possibilita maior acesso ao público em geral e de divulgação dos conteúdos publicados.

Figura 24 - Recurso reshtag historiadaeducacaosjp no Facebook

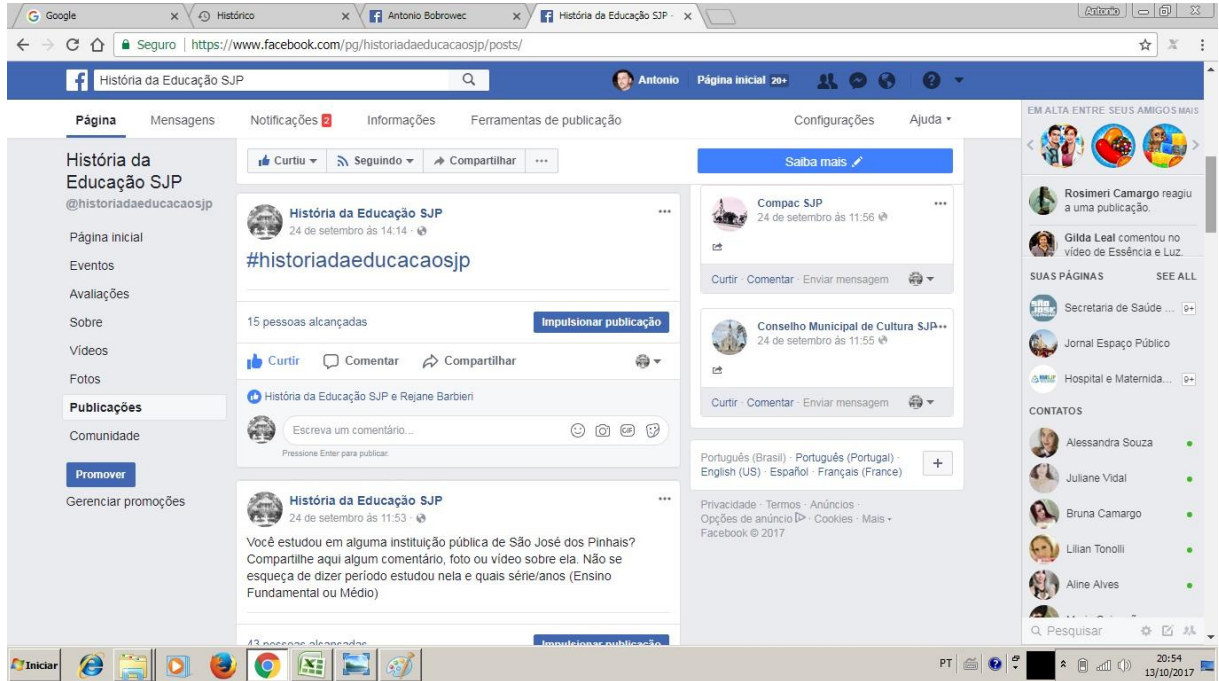


Foto: Imagem da fanpage História da Educação SJP no Facebook.

Figura 25 - Grupo da página História da Educação SJP no Facebook

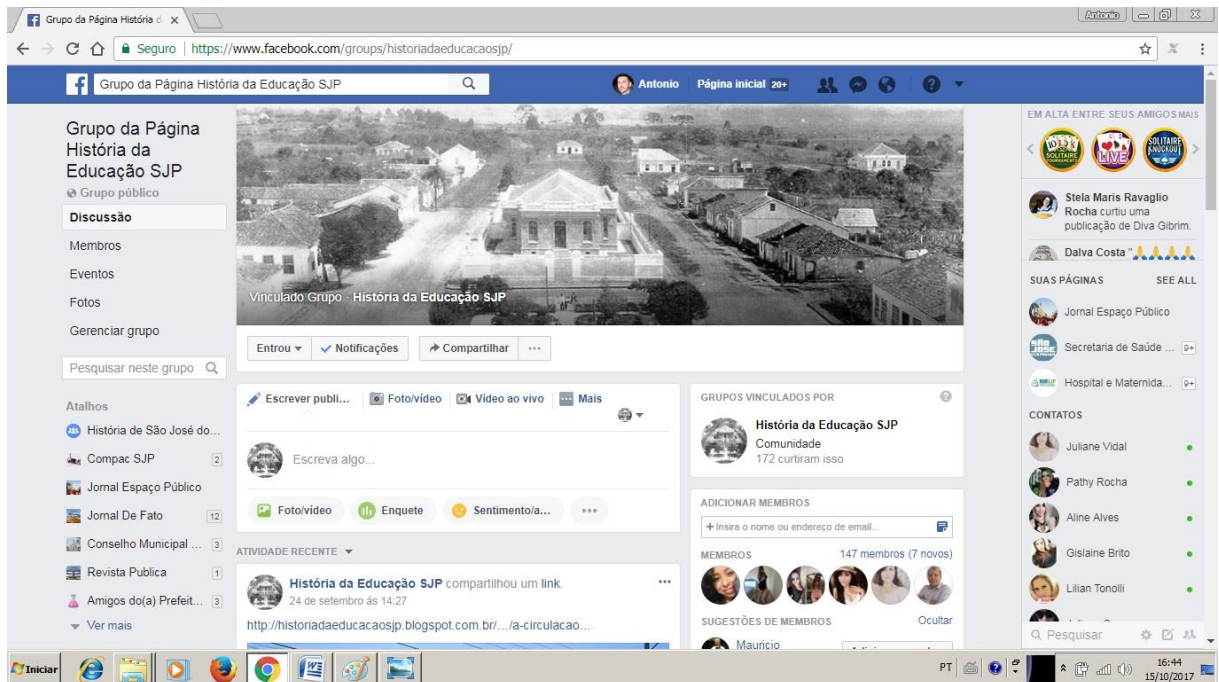


Foto: Imagem do grupo da fanpage História da Educação SJP no Facebook.

Para a *fanpage* foi vinculado um **Grupo** homônimo, criado no dia 24 de setembro de 2017. Até o dia 15 de outubro possuía 147 membros.

Na tabela que segue é apresentada uma visão geral dos resultados e ações desenvolvidas pela *fanpage* entre os dias 20 de setembro e 14 de outubro:

Tabela 3 - Visão geral das ações e resultados obtidos na *fanpage* História da Educação SJP

Ações e resultados	Qtde.
Ações	7
Visualizações	327
Prévias	10
Curtidas	172
Alcance (pessoas)	460
Envolvimentos com a publicação	289
Seguidores	174
Publicações	9

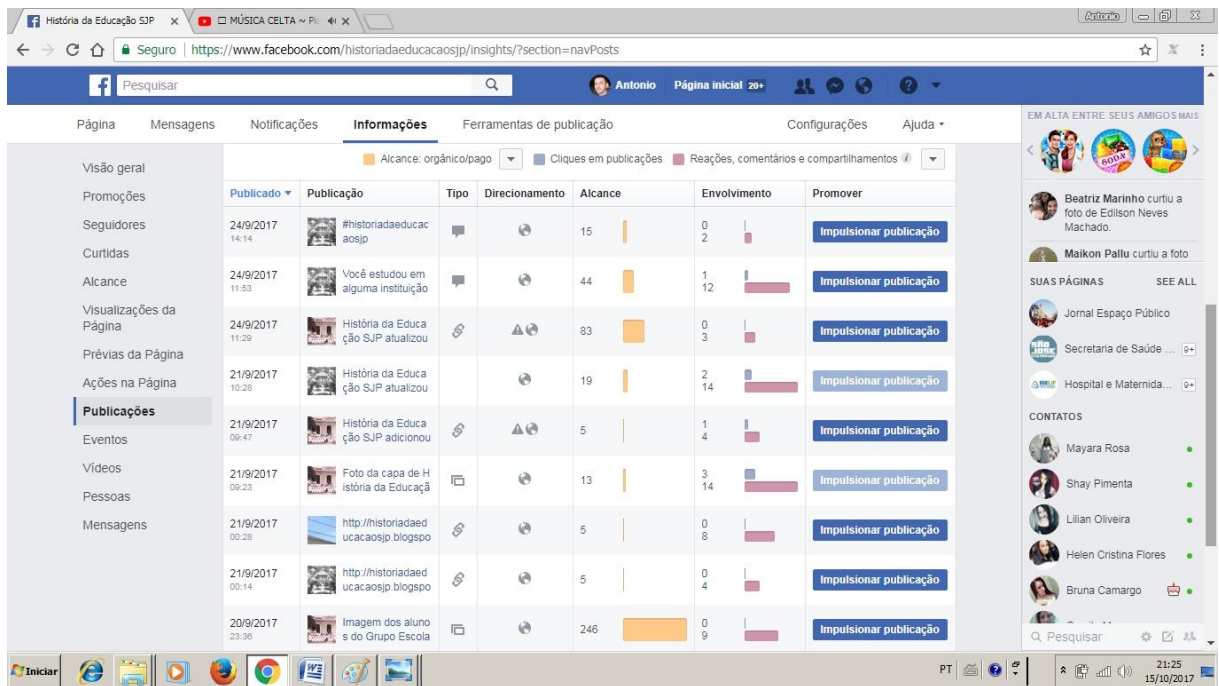
Fonte: Fanpage História da Educação SJP no Facebook

Das 9 publicações feitas na *fanpage*, 5 foram fotografias antigas do Grupo Escolar Silveira da Motta, que funcionou entre os anos de 1919 a 1976 em São José dos Pinhais²⁶.

Como se vê na imagem acima, a publicação que mais obteve alcance foi a foto antiga do Grupo Escolar Silveira da Motta, publicada com o seguinte texto: “Imagem dos alunos do Grupo Escolar Silveira da Motta na entrada do prédio, no início do séc. XX. Hoje seria os fundos da atual Biblioteca Pública Scharffenberg de Quadros”. A publicação conseguiu alcançar 246 pessoas. Mais uma vez, é válido lembrar que as publicações não foram impulsionadas (pagas). A mesma foto obteve, junto com outra foto do ano de 1912, o maior número de reações (14 cada uma).

²⁶ Em 1908 a 1919, o espaço funcionou como Cadeira de Instrução e Casa Escolar.

Figura 26 - Visão geral das publicações feitas na fanpage História da Educação SJP no Facebook



Fonte: Imagem fanpage História da Educação SJP no Facebook.

Esses resultados estatísticos aqui divulgados não visam demonstrar se são bons ou ruins, mas mostrar como funciona o recurso, oferecido pelo *Facebook*, de acompanhamento das publicações, sejam pagas ou não. Com isso, o usuário que pretende criar uma *fanpage* para popularizar a história da educação de sua escola, bairro ou cidade tem uma noção dos vários recursos que são disponibilizados pela plataforma e de como a tecnologia de informação pode ser uma parceira e contribuir para a divulgação e preservação de ações no campo da história e da educação.

O *Facebook* disponibiliza outros dados interessantes, como o horário de visita e o sexo dos seguidores/fãs. Das 9 às 23 horas foi registrado como o período preferencial de visita da *fanpage* pelos seguidores, sempre acima de 60 visualizações. O horário que mais foi visitado foi o das 21 horas, com 78, conforme é descrito na *Figura 29*.

No ícone **Pessoas**, também disponível no lado esquerdo da *fanpage*, pode-se constatar que a maioria dos fãs da página são mulheres (73%). A plataforma também disponibiliza a faixa etária por sexo dos fãs que curtiram a página. A idade entre 35 e 44 anos foi a que mais visitou, com 24% de mulheres e 11% de homens.

Figura 27 - Publicação que obteve mais alcance na fanpage História da Educação SJP no Facebook

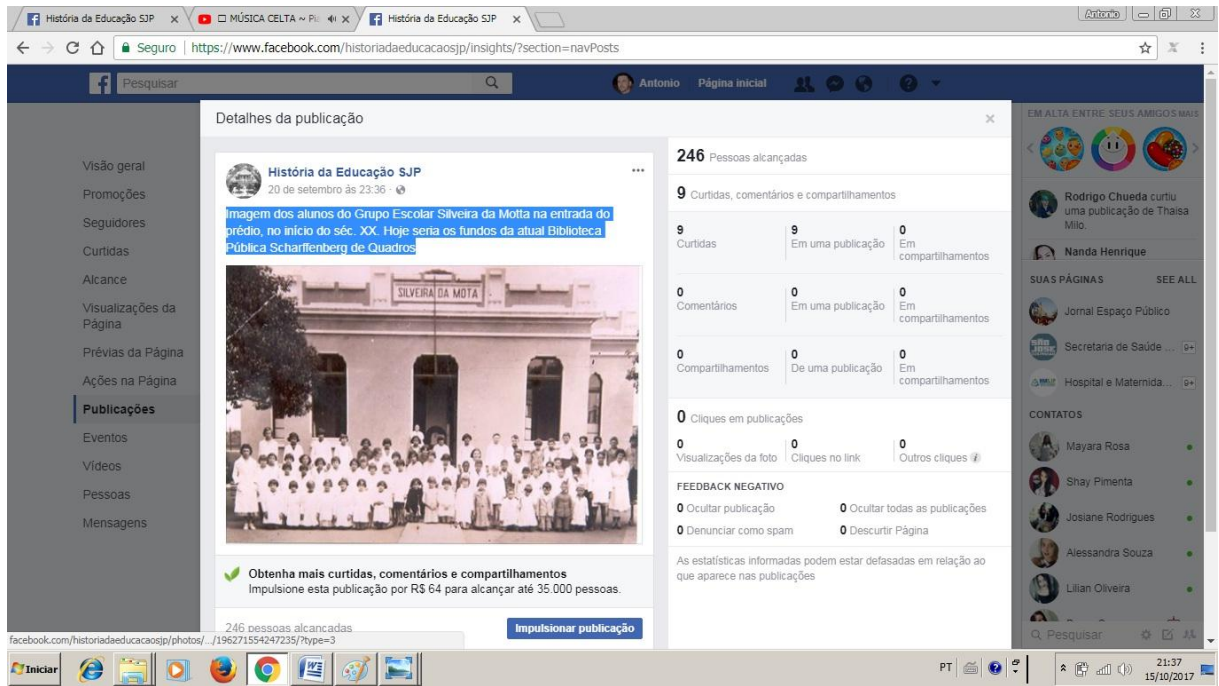


Foto: Imagem fanpage História da Educação SJP no Facebook.

Figura 28 - Publicação que obteve mais reações na fanpage História da Educação SJP no Facebook



Foto: Imagem fanpage História da Educação SJP no Facebook.

Figura 29 - Horários das visualizações da fanpage História da Educação SJP no Facebook

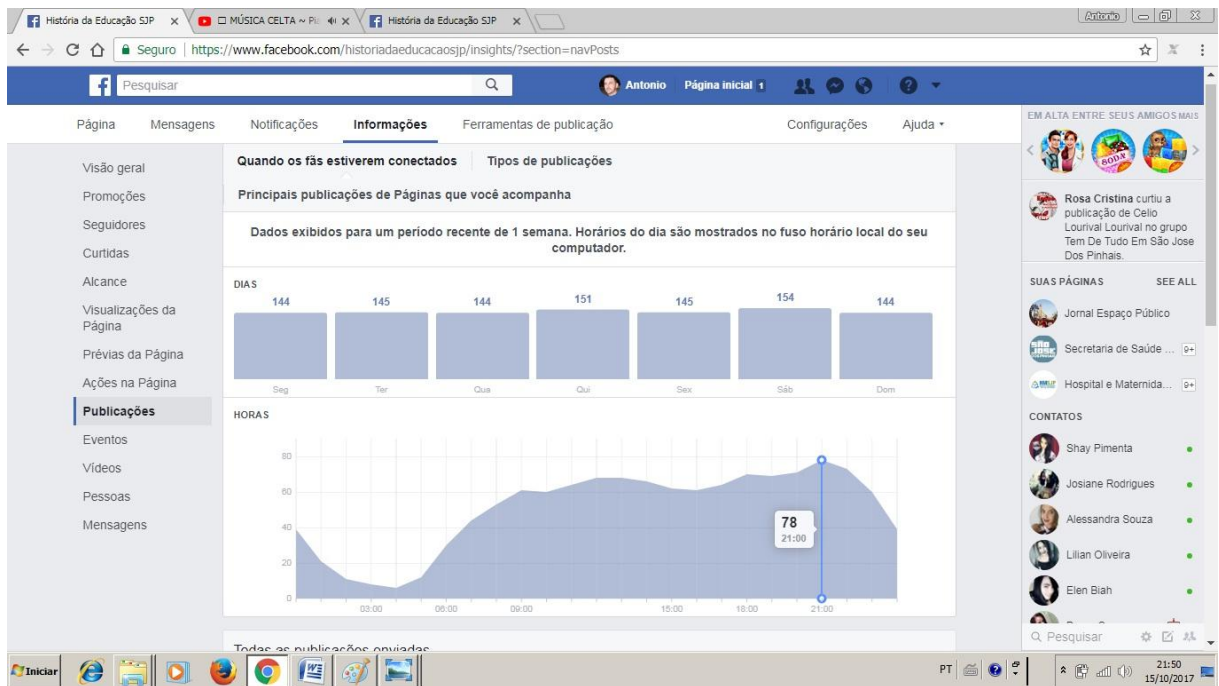


Foto: Imagem fanpage História da Educação SJP no Facebook.

A faixa etária entre 23 e 34 anos teve 19% de mulheres e 5% de homens que curtiram a página. Já entre 45 e 54 anos teve 17% de mulheres e 6% de homens, conforme *Figura 30*.

Ainda sobre as publicações, é importante destacar: na *fanpage* foi publicado o link do artigo divulgado no blog História da Educação SJP. Todas as 364 visualizações tiveram como origem de tráfego o *Facebook*. Essa informação corrobora a proposta desta dissertação de criar duas mídias sociais, um blog e uma *fanpage* no *Facebook*, para que esta servisse de agente divulgador de conteúdos e o blog, um espaço para publicação de materiais com mais texto, com mais dados e de referência para aprofundar a pesquisa sobre a História da Educação de São José dos Pinhais na Internet.

Outro evento a se destacar sobre as publicações no *Facebook* é que não foi usado apenas a *fanpage* História da Educação SJP, mas também outras páginas e o perfil pessoal do autor (Antonio Bobrowec). As páginas foram *História de São José dos Pinhais*, que possui um grupo vinculado a ela com 2.393 membros; *Jornal De Fato*, *Revista Pública* e *Jornal Espaço Público*, veículos de informação e notícias de São José dos Pinhais, além das *fanpages* do *Conselho Municipal de Cultura* e do *Conselho Municipal de Patrimônio Artístico e Cultural* (Compac). Divulgar em outros

locais possibilita maior visibilidade dos conteúdos criados sobre história da educação. Possivelmente, isso resultou nas mais de 350 visualizações do artigo no blog.

Por fim, destaca-se que as publicações realizadas na *fanpage* História da Educação SJP, e outros canais, possibilitaram interessantes e curiosas interações com amigos e seguidores no *Facebook*. Por não ser o foco desta dissertação fazer uma análise das postagens e comentários recebidos nelas, por ser o *blog* e a *fanpage* propostas de divulgação e não objetos de coleta de dados qualitativos, fazer-se-á aqui uma explanação geral dos resultados e interações recebidas.

Figura 30 - Curtidas na fanpage História da Educação SJP no Facebook (por sexo e idade)



Foto: Imagem fanpage História da Educação SJP no Facebook.

Um dos melhores resultados de interação com os *amigos* e *seguidores/fãs*²⁷ foi a postagem onde o texto iniciava com a seguinte pergunta: “Você estudou em alguma instituição pública de São José dos Pinhais?”. A postagem foi feita na *fanpage História da Educação SJP*, mas a que mais obteve curtidas (77) e comentários foi a feita no grupo da página *História de São José dos Pinhais*, com quase 2.400 seguidores. Só nessa postagem foram 32 comentários e 19 participantes.

²⁷ Todos os seguidores da fanpage História da Educação SJP são oriundos do convite feito pelo perfil pessoal do autor.

Figura 31 - Publicação de artigo do blog História da Educação SJP na fanpage do Facebook

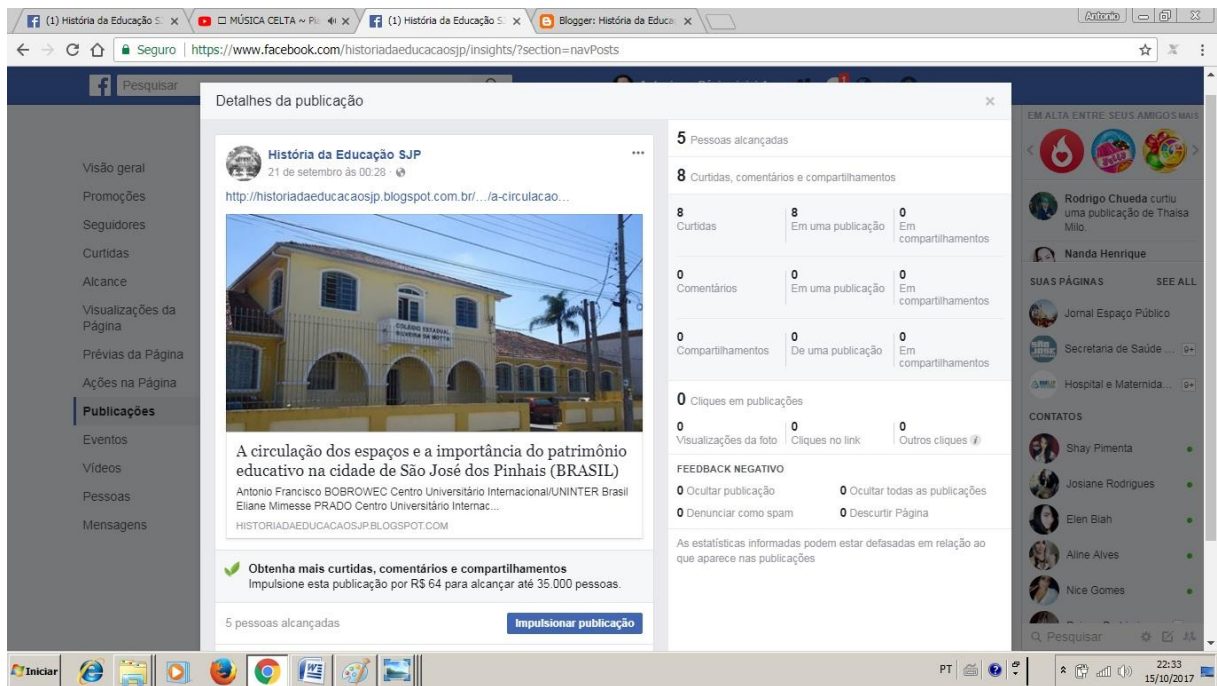


Foto: Imagem fanpage História da Educação SJP no Facebook.

Nos comentários realizados nas postagens, houve pessoas lembrando do nome dos professores que lhes deram aula, de como era o rito escolar da época (os comentários foram de pessoas das décadas de 1960, 1970, 1980 e 2000). Dois deles postaram fotos da época de alunos – a tradicional foto de lembrança, com livros e a bandeira do Brasil (Figura 32).

Outro comentário interessante foi o de uma ex-aluna do Colégio Estadual Costa Viana – instituição que foi o primeiro Ginásio do Município em 1947 (na época o Ensino Secundário era constituído de Ginásio e depois Clássico ou Científico, que integravam o atual Ensino Médio) – na década de 1980 e que no ano de 2006 retornou a esta unidade escolar para atuar como professora.

Figura 32 - Postagem de imagem do tempo de estudante realizada por seguidora do blog História de São José dos Pinhais

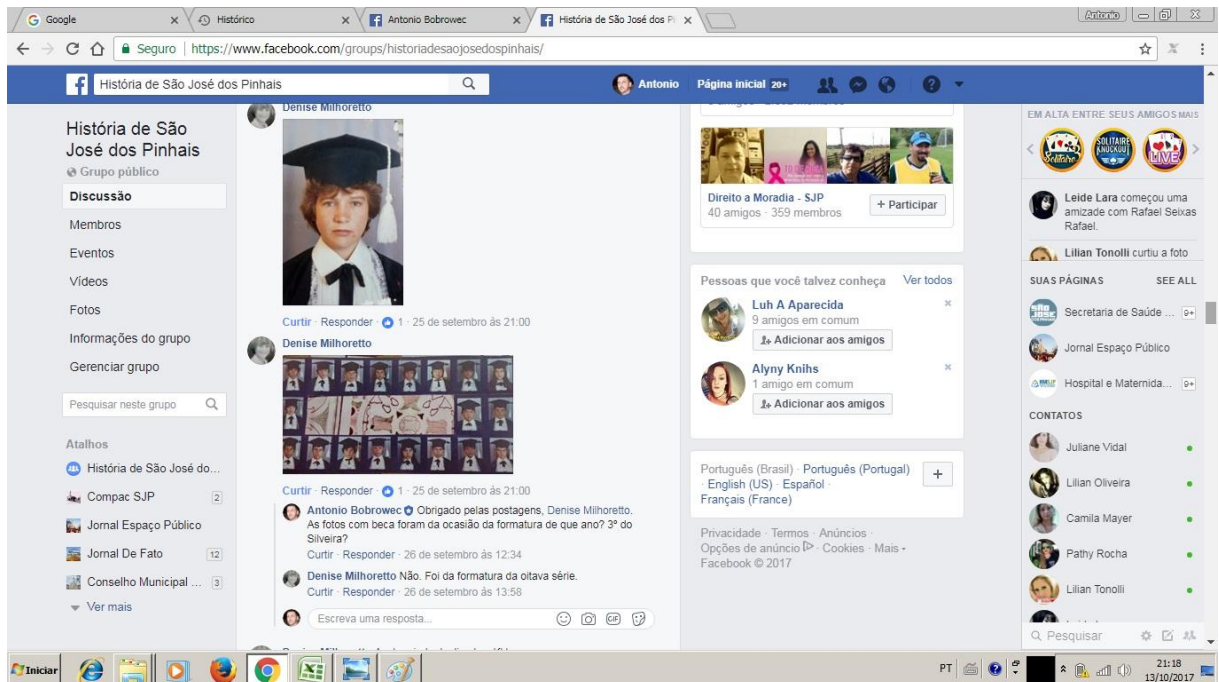


Foto: Imagem fanpage História da Educação SJP no Facebook.

Ainda sobre dados de curtidas dos seguidores/fãs da *fanpage* História da Educação SJP, 171 são brasileiros e 1 dos Estados Unidos. A cidade com maior número de fãs na página foi São José dos Pinhais, com 89 curtidas, seguida de Curitiba (57), São Paulo (6), Araucária, Fazenda Rio Grande e Tijucas do Sul (2), e Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Campo Largo, Campo Magro, Almirante Tamandaré, Piraquara, Rio de Janeiro, Los Angeles (EUA), Irineópolis, Apucarana, Agudos do Sul, Sertãozinho, Campina Grande e Piên, todas com 1 curtida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo principal a divulgação da história da educação de São José dos Pinhais por meio das mídias sociais. Ao criar, mesmo que como uma proposta, os canais de comunicação nas mídias sociais (*fanpage* no *Facebook* e endereço eletrônico de um *blog* no *Blogger*) eles apresentaram adesão do público alvo em forma de acesso/visualizações e, no caso do *Facebook*, com colaborações em forma de mensagens, fotos e comentários dos seguidores/fãs da página.

A dissertação também propôs descrever a história da educação de São José dos Pinhais (capítulo 2). O objetivo foi além de uma simples história narrativa, por um lado; mas, por outro, não almejou esgotar o tema nas páginas escritas desta dissertação. Várias perspectivas foram trabalhadas e que podem ser aprofundadas em trabalhos acadêmicos vindouros. Dentre eles, pode-se citar o estudo das instituições escolares como espaços de educação e cultura, bem como de patrimônio histórico-cultural.

A visão da escola como espaço de construção de conhecimento cultural e histórico teve a colaboração da perspectiva da Economia e da Política, especialmente com a revisão de algumas leis de educação do Brasil e do Paraná e suas consequências para a educação em São José dos Pinhais. Com isso, pôde-se ter uma visão plural da formação da história da educação e demonstrar que vários fatores colaboraram para se obter o modelo que temos na atualidade.

Dessa forma, foram respondidas duas questões para o entendimento da história da educação em São José dos Pinhais: 1) a sua visão macro, na sua relação com a história da educação estadual e nacional; 2) na sua inter/transrelação com as esferas política, econômica e sociocultural local, regional e do país.

O conceito de Patrimônio Escolar foi explorado neste trabalho, principalmente quando se tratou da história dos grupos escolares no Município, com destaque para o Grupo Escolar Silveira da Motta.

No que tange o conteúdo trabalhado sobre a história da educação de São José dos Pinhais, propriamente dito, a preocupação não foi tão somente descrever a educação escolarizada na sua efetiva concretização no século XX, mas apresentar os seus antecedentes histórico-sócio-políticos, sendo ela resultado de medidas que foram criadas nas instâncias nacional e estadual. Por exemplo, comentou-se de

métodos que antecederam a atual escola seriada, como foi o caso, no século XIX, do método *Lancaster*, popularmente conhecido como ensino mútuo e ainda se comentou do uso da escolarização para fins políticos.

Foi visto também que diminuir o analfabetismo e ampliar a rede de ensino não representou o acesso igualitário à população e, como argumenta Saviani (1999), historicamente a educação para a elite foi uma e para a população em geral foi outra. Esses elementos trabalhados servem de suporte com o objetivo de defender a divulgação de uma história da educação que supere a narrativa e a visão elitista, mostrando-se crítica. Isso porque, de nada adianta criar canais de divulgação de conteúdos de história da educação se esses forem meros reprodutores de ideologias contrárias ao pensamento popular, que escondam a suas particularidades e dificuldades de acesso a uma educação de qualidade.

Ainda sobre o conteúdo de história da educação, buscou-se analisá-la na sua relação com as leis educacionais, principalmente criadas pelo Estado e a Federação. Na análise das leis, pôde-se observar as sutilezas ideológicas para a formatação de modelos educacionais, de acordo com o pensamento de cada época. Como exemplo, a influência da Igreja Católica, especialmente com o regime do Padroado em que Estado e Igreja visavam uma sociedade moldada nos valores morais cristãos, e a influência do neoliberalismo para a formação de uma escola mais adequada para as exigências do modelo capitalista de sociedade.

Falou-se também da escola como sendo um equipamento cada vez mais exigido pela sociedade contemporânea, especialmente com o auge da urbanização e da propagação de costumes sociais urbanos, em detrimento dos de caráter rural. Esse conteúdo contribuiu para entender a criação das primeiras instituições e prédios escolares em São José dos Pinhais, especialmente com os valores absorvidos pelos descendentes de imigrantes europeus em terras são-joseenses que propagaram a escola como uma das prioridades para o progresso social.

Referente à parte da dissertação que tratou da análise das mídias sociais na história e a proposta da criação de espaços virtuais para a divulgação da história da educação de São José dos Pinhais, por meio de uma *fanpage* no *Facebook* e em um blog (capítulo 3), algumas ideias foram trabalhadas. Uma delas foi o das mídias sociais como uma possibilidade de preservação da memória do patrimônio escolar, surgindo assim um canal *online* de divulgação e preservação do conteúdo histórico e patrimonial. Como também foi visto, o uso das tecnologias digitais para a

divulgação/promoção de conteúdo histórico e arquitetônico do espaço escolar possibilita acesso democrático a qualquer local e horário pelo internauta.

Contudo, ao mesmo tempo em que este trabalho enalteceu as vantagens dos avanços tecnológicos de informação e comunicação, também buscou lembrar da importância de se ter uma visão global e crítica sobre a educação no país e na sua intersecção com as TICs. Nessa perspectiva, buscou-se 1) superar a ideia genérica de que o pedagógico e o tecnológico não são conciliatórios; 2) usar as redes sociais para alimentar e fomentar conteúdo pedagógico e/ou histórico; 3) trabalhar com as redes sociais para a divulgação e preservação do Patrimônio Cultural Escolar.

Referente à proposta em si, que era a criação das páginas no *Facebook* e em formato *blog*, foi feito um passo a passo para a criação desses espaços e uma representação da divulgação desses conteúdos nos ambientes virtuais.

Finalizando, os objetivos propostos para este trabalho não terminam por aqui. Há vários estudos que podem ser continuados em outras pesquisas acadêmicas, como a maior promoção nas mídias sociais de conteúdos de história da educação por meio de anúncio pago e como eles podem obter mais alcance; a produção de *layouts* adequados aos públicos-alvos em história da educação; a exploração e divulgação da história das instituições escolares; a criação de canais de comunicação em redes sociais para coleta de depoimentos em história da educação, e tantos outros.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. de. **A cultura brasileira**. 4. ed. Brasília: UnB, 1963.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **Historia do Paraná**. v. 1. Curitiba: Grafipar, 1969.

BASTOS, M. H. C. O ensino monitorial/mútuo no Brasil (1827-1854). In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 34-51. Vol. II: século XIX.

BITTENCOURT. Renato Nunes. **Educação como produto de consumo no mercado capitalista ou a negação da flama do saber na tecnocracia neoliberal**. Revista Espaço Acadêmico. N. 146. Jun 2013. Disponível em: <<<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/21230/11337>>> . Acesso em: 03 mar 2016 .

BOBROWEC, Antonio Francisco. A Política em São José dos Pinhais. Almanaque São José dos Pinhais: História e Política. v.1. **Revista Pública**, n. 7, ano IV. 2014. p. 36-92.

BOBROWEC, Antonio Francisco; PRADO, Eliane Mimesse. A circulação dos espaços e a importância do patrimônio educativo na cidade de São José dos Pinhais (BRASIL). In: DAVILA, P.; NAYA, L. M. (Coord.). **Espacios e Patrimonio Histórico-educativo**. V Simposio Iberoamericano de História, Educación y Patrimonio Histórico-Educativo. Erein, Donostia: SEPHE; Universidad Del País Vasco; HMuseoa; RIDPHE, 2016. p. 267-276. Disponível em: <<file:///C:/Users/Documents/Downloads/ESPACIOS_Y_PATRIMONIO.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2017.

BOTO, C. A educação escolar como direito humano de três gerações: identidades e universalismos. **Educação e sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 777-798, out. 2005.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Império do Brasil - Primeiro Período - D. Pedro I (09.01.1822 - 07.04.1831)**. Brasília: site oficial da Câmara dos Deputados, 2009. Disponível em: <<<http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/imperio1.html>>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

_____. Constituição (1824). **Secretaria de Estado dos Negócios do Império do Brasil**. fls. 17. 4. liv. Leis, Alvarás e Cartas Imperiais., Rio de Janeiro, 22 abr. 1824. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>>. Acesso em: 22 mar 2016.

_____. Constituição (1891). **Diário oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 24 fev. 1891. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

_____. Constituição (1988). **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 8 out. 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>>. Acesso em: 25 mar 2016.

_____. Decreto Nº 1.331-A (1854). **Coleção de Leis do Império do Brasil de 1854**. Rio de Janeiro, 17 fev. 1854. Disponível em: <<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

_____. **Discurso, que S. M o Imperador Recitou na abertura da Assembleia Geral, Constituinte, e Legislativa de 1823**. Rio de Janeiro: 3 maio 1823. Disponível em: <<[https://pt.wikisource.org/wiki/Discurso_de_Dom_Pedro_I_\(3_de_maio_de_1823\)](https://pt.wikisource.org/wiki/Discurso_de_Dom_Pedro_I_(3_de_maio_de_1823))>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

_____. Lei Imperial de n. 40 de 3 de outubro de 1834. Dispõe sobre o poder do presidente de província. **Coleção de Leis Império do Brasil do ano de 1834**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.

BURKE, P. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2010.

CABRAL, Dilma. **Assembleia Nacional Constituinte de 1823**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. Disponível em: <<<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=5514>>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.) **Domínio da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, T. F. L. As aulas régias no Brasil. In: STEPHANOU, M; BASTOS; M. H. C. (Org.). **História e memórias da educação do Brasil**. Petrólis: Vozes, 2005, p. 179-191. vol. I: séculos XVI-XVIII.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1982.

CHIZZOTTI, A. A Constituição de 1823 e a educação. In: FPAVERO, O. (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001, p.31-54.

COLÉGIO ESTADUAL SILVEIRA DA MOTTA, Agenda escolar 2008, São José dos Pinhais, 2008.

COLNAGHI, Maria Cristina; MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Baptista de; MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. **São José dos Pinhais: a trajetória de uma cidade**. Curitiba: Editora Prephacio, 1992.

COMENIUS, J. A. **Didática magna**. São Paulo: M. Fontes, 2002.

CORDEIRO, Gisele do Rocio; MOLINA, Nilcemara Leal; DIAS, Vanda Fattori (Org.). **Orientações e dicas práticas para trabalhos acadêmicos**. 2. ed. rev. e atual. Curitiba: InterSaberes, 2014.

CORREIO DE SÃO JOSÉ. São José dos Pinhais, Edição Esp. do Centenário, 8 jan. 1953.

_____. São José dos Pinhais, 30 ago.1954.

CUNHA, L. A. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 151-204.

FACEBOOK. **102 milhões de brasileiros compartilham seus momentos no Facebook todos os meses**. Publicado em: 19 abr. 2016. Disponível em: <<<https://www.facebook.com/business/news/102-milhes-de-brasileiros-compartilham-seus-momentos-no-facebook-todos-os-meses>>>. Acesso em: 30 set. 2017.

FARIA FILHO, L. M.; VIDAL, D. G. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 37-70, 2003.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp/FDE, 1999

GÓES E VANCONCELLOS, Zacarias de. **Relatorio do presidente da provincia do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854**. Curitiba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854. Disponível em: <<<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/614>>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. A relação Estado e educação: uma análise da produção acadêmica brasileira (1971-2000). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 86, n. 213/2014, p. 21-37, maio/dez. 2005.

HARRISON, R.; JONES, A.; LAMBERT, P. Metodologia, história científica e o problema da objetividade. In: LAMBERT, P.; SCHOFIELD, P. (Org.) **História: introdução ao ensino e à prática**. Porto Alegre: Penso, 2011, p. 43-55.

IBGE. **Brasil 500 anos: estatística do povoamento**: evolução da população brasileira. [s.l.], site oficial IBGE, 2017. Disponível em: <<<http://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/evolucao-da-populacao-brasileira.html>>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

INFOPÉDIA. **Estado-nação**. Porto: Porto Editora, 2003-2014. Disponível em: <<[https://www.infopedia.pt/\\$estado-nacao;jsessionid=HyHbPgQAbXdbQR0rLNfLSQ__](https://www.infopedia.pt/$estado-nacao;jsessionid=HyHbPgQAbXdbQR0rLNfLSQ__>>)>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

IPHAN. **Educação Patrimonial**. Disponível em: <<<http://portal.IPHAN.gov.br/pagina/detalhes/343>>>. Acesso em: 20 set. 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al.]. Campinas, Unicamp, 1990.

LYRA, Cyro I. C. de Oliveira. **Espiraís do Tempo: bens tombados do Paraná**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006, p. 318-319. Disponível em: <<<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/arquivos/File/BIBLIOGRAFIACPC/ESPIRAIS/prg1.pdf>>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

MACHADO, M. C. G. O decreto de Leôncio de Carvalho e os pareceres de Rui Barbosa em debate: a criação da escola para o povo no Brasil no século XIX. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 91-103. vol. II: século XIX.

MAMONA, Karla. **Zuckerberg vende ações do Facebook e embolsa US\$ 52,5 milhões**. Revista Exame online. 3 mar. 2017. Disponível em: <<<https://exame.abril.com.br/mercados/zuckerberg-vende-acoes-do-facebook-e-embolsa-us-525-milhoes/>>>. Acesso em: 30 set. 2017.

MAROCHI, Maria Angélica. **Câmara Municipal de São José dos Pinhais: 150 anos: 1853-2003**. Câmara Municipal: São José dos Pinhais, 2003.

_____. **Imigrantes 1870-1950: Os Europeus em São José dos Pinhais**. Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.

_____. **De Freguesia a Diocese: a trajetória da Igreja Católica em São José dos Pinhais 1690-2007**. Curitiba: Travessa dos Editores, 2007.

_____. **História & Memória: a busca pela construção de uma identidade de São José dos Pinhais**. 1.ed. São José dos Pinhais: edição do autor, 2014.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: M. Fontes, 2001

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **A formação do professor e a organização social do trabalho**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1997. Coleção Pesquisa, n. 35.

MIMESSE, Eliane; PALARO, Luciane. As escolas femininas de instrução primária em São José dos Pinhais nos anos finais do século XIX. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. 42, p.157-168, jun 2011. Disponível em: <<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/42/art10_42.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

MOACYR, Primitivo. **A Instrução e o Império: Subsídios para a História da Educação no Brasil: 1823- 1853**. v. 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. (Brasíliana, 5. série. vol. 66).

MOREIRA, Júlio Estrela. **Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá**. v.2. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 1975.

- MOREIRA, Júlio Estrela. **Eleodoro Ébano Pereira e a Fundação de Curitiba à luz de novos documentos**. Curitiba: Imprensa Universidade Federal do Paraná, 1972.
- NICOLAS, Maria. **Alma das Ruas Cidade de São José dos Pinhais**. Curitiba, 3. Fascículo, 1963.
- NOVELLO, Tanise Paula; LAURINO, Débora Pereira. Educação a distância: seus cenários e autores. **Revista Iberoamericana de Educação**, n. 58/4, 15 abr. 2012. p. 1-15.
- PAIVA, J. M. Educação jesuítica no Brasil colonial. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 43-60.
- _____. Igreja e educação no Brasil colonial. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 77-92. vol. I: séculos XVI-XVIII.
- PARANÁ. **Relatórios ao Presidente da Província do Paraná, enviadas pelos Inspectores da Instrução Primária de São José dos Pinhais**. Curitiba: Arquivo Público do Estado do Paraná, 1869.
- _____. **Código de Ensino do Estado do Paraná**. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1917. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/125257/1917_Codigo%20do%20Ensino%20do%20Estado%20do%20Paran%C3%A1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso: 29 jan. 2017.
- _____. Secretaria Estadual da Educação. **Projeto Político Pedagógico Colégio Estadual Silveira da Motta**. Curitiba: 2012. Disponível em: <<<http://www.sjpsilveiradamotta.seed.pr.gov.br/modules/noticias/>>>. Acesso: 29 jan. 2017.
- PARDINHO, Raphael Pires. **Carta do Ouvidor-Geral Raphael Pires Pardino ao rei D. João V, em 30 de agosto de 1721**. In: SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Org.). Monumenta. Inverno, 2000. vol. 3, n. 10. Provimientos do Ouvidor Pardino para Curitiba e Paranaguá (1721). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.
- PETITAT, A. **Produção da escola, produção da sociedade**: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- PILOTTO, Osvaldo. A criação da província do Paraná. Curitiba: [s.n], 1953.
- PORTUGAL. Lei de 6 de novembro de 1772. **Imprensa Régia**. Registada na Chancellaria Mór da Corte, e Reino. Livro das Leis. fol. 106. vers. Lisboa, 12 nov. 1772. Disponível em: <<<http://www.ige.min-edu.pt/upload/docs/Lei-6-11-1772.pdf>>>. Acesso em: 20 jun. 2017.
- PYKOSZ, L. C.; VALÉRIO, T. F. **Fundamentos históricos da educação brasileira**. Curitiba: Ibepe, 2008.

ROBALLO, R. O. B. **História da educação e a formação de professores normalistas**: as noções de Afrânio Peixoto e de Theobaldo Miranda Santos. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

ROJAS, C. A. **Antimanual do mau historiador**: ou como se fazer uma boa história crítica. Londrina: Eduel, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de. **Grupos escolares e escolas reunidas: a implantação e expansão da escola graduada em Mato Grosso**. Disponível em: <<<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/637.pdf>>>. Acesso em: 20 set. 2016

SACRISTÁN, José Gimero. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANTOS, J. A. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 205-224.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. **Câmara Municipal**. LIVROS DE Atas da Câmara Municipal de São José dos Pinhais. Atas de janeiro de 1953 a maio de 1957. (manuscritos) folhas 6 e 7

_____. Prefeitura. **Evolução da População**. Disponível em: <<<http://www.sjp.pr.gov.br/evolucao-da-populacao>>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

_____. Prefeitura. **Projeto Educonexão realiza formação com professores sobre mídias digitais**. São José dos Pinhais, 24 ago. 2017. Disponível em: <<<http://www.sjp.pr.gov.br/projeto-educonexao-realiza-formacao-com-professor-sobre-midias-digitais/>>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

_____. Secretaria Municipal de Cultura: Conselho Municipal de Patrimônio Artístico e Cultural (Compac): Autos de Tombamento, n. 004, Colégio Silveira da Mota, 2002.

_____. Secretaria Municipal de Urbanismo: Inventário da Arquitetura Antiga de São José Dos Pinhais, Política Municipal de Preservação do Patrimônio, Ficha M301, Cadastro Geral de Bens, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**: polêmicas do nosso tempo. 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999. Coleção Polêmicas do nosso tempo, v. 5.

_____. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v.15, n. 44, maio/ago. 2010. p. 380-393. Disponível em: <<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a13.pdf>>>. Acesso em: 27 maio 2015.

SBRAVATI, Myriam. **São José dos Pinhais, 1776-1852: uma paróquia paranaense em estudo.** 187 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1980. Disponível em: <<<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/bitstream/handle/1884/27110/D%20-%20SBRAVATI,%20MYRIAM.pdf?sequence=1>>>. Acesso em: 30 maio 2015.

SCORTEGAGNA, Adalberto; REZENDE, Cláudio J.; TRICHES, Rita Inocência (org). **Paraná Espaço e Memória: Diversos olhares histórico-geográficos.** Curitiba: Bagozzi, 2005.

SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania C. I. Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira. In: LOMBARDI, José Cláudio; NASCIMENTO, Maria Isabel M.; SAVIANI, Dermeval. (Org.). **Navegando pela História da Educação Brasileira.** Campinas: FE/HISTEDBR, 2006.

SOUZA E SILVA, J. N. de. Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje (1870). In: IBGE. **Brasil 500 anos: estatística do povoamento: evolução da população brasileira.** [s.l.], 2017. Disponível em: <<<http://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/evolucao-da-populacao-brasileira.html>>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

SUCUPIRA, N. O Ato Adicional de 1834 e a descentralização da educação. In: FÁVERO, O. (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988).** 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

VECCHIA, A. O ensino secundário no século XIX: instruindo as elites. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 78-90. vol. II: século XIX.

VEIGA, C. G. **História da educação.** São Paulo: Ática, 2007.

VIEIRA; S. L.; FARIAS, I. M. S. **Política educacional no Brasil: introdução histórica.** Brasília: Líber, 2007.

WACHOWICZ, Lílian Anna. **A relação professor-estado no Paraná Tradicional.** São Paulo: Cortez Editora; Autores Associados, 1984. Estudos regionais, n. 1.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **As Escolas da Colonização Polonesa no Brasil.** Curitiba: Champagnat, 2002. Coleção Galha Azul.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Origens e Fundação de Curitiba. In: **Curitiba, origens; fundação e nome.** Curitiba: Boletim Informativo da Casa Romário Martins. vol. 21. n. 105, 1995.

XAVIER, M. E. S. P.; RIBEIRO, M. L. S.; NORONHA, O. M. **História da Educação: a escola no Brasil: São Paulo, 1994.**

ZEM, Maria Lúcia Bassa. **As políticas educacionais no período de 1956 a 1979 no Município de São José dos Pinhais: A Escola Normal Colegial Estadual**

Henrique Pestalozzi. Dissertação História da Educação. Curitiba: PUCPR, 2004. Disponível em: <<http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=907>>. Acesso: 10/03/2016.